

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS - CCH
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCSOC



Discente: JULIO ITZAYÁN ANAYA LÓPEZ

**A Resex Tauá–Mirim como expressão do conflito das linguagens de
valoração: racismo ambiental, necropolítica e des-envolvimento**

LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES DE
PRODUÇÃO E AÇÃO COLETIVA: Questão
Agrária, Trabalho e Ambiente.

JULIO ITZAYÁN ANAYA LÓPEZ

**A RESEX TAUÁ–MIRIM COMO EXPRESSÃO DO CONFLITO DAS LINGUAGENS
DE VALORAÇÃO: racismo ambiental, necropolítica e des-envolvimento**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão,
em nível de Doutorado, para obtenção do Título de Doutor.

Orientador(a): Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana
Júnior

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Anaya López, Julio Itzayán.

A Resex Tauá_Mirim como expressão do conflito das
línguas de valoração : racismo ambiental, necropolítica
e des-envolvimento / Julio Itzayán Anaya López. - 2023.
182 f.

Orientador(a): Horácio Antunes de SantAnna Júnior.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2023.

1. Línguas de valoração. 2. Racismo ambiental. 3.
Resex Tauá-Mirim. I. Antunes de SantAnna Júnior, Horácio.
II. Título.

JULIO ITZAYÁN ANAYA LÓPEZ

**A RESEX TAUÁ–MIRIM COMO EXPRESSÃO DO CONFLITO DAS LINGUAGENS
DE VALORAÇÃO: racismo ambiental, necropolítica e des-envolvimento**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão,
em nível de Doutorado, para obtenção do Título de Doutor.

Aprovada em: 10/11/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior
(Orientador)
UFMA

Profa. Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc
UFPA

Profa. Dra. Tânia Guimarães Ribeiro
UFPA

Prof. Dr. Elio de Jesus Pantoja Alves
UFMA

Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto
UFMA

HOMENAGEM A RIO DOS CACHORROS

(Maria Máxima Pires. In memoriam)

Ei não derrube essa mangueira.

Ei não aterre os manguezais.

Ei não derrube essas palmeiras

pois devemos preservar nossas riquezas naturais.

**Eu sou do Rio dos Cachorros meu irmão, do Taim, do Porto
Grande e da Vila Maranhão.**

**Sou marisqueira, pescador e lavrador. Somos filhos dessa
terra e não desisto não senhor...**

“Máxima ajudou a adiar o fim do mundo” Guilherme Zagallo

Agradecimentos

Aos meus ancestrais, minhas mães e pais que me antecederam nesse caminho, que foram plantando as sementes para me tornar quem sou hoje. A tantas irmãs e irmãos que me acompanham pelos caminhos, não só acadêmicos, mas nos outros, que costumo chamar “os realmente importantes”. Não que o espaço escolarizado não o seja, mas quem me conhece de verdade sabe de que estou falando.

Gratidão às pessoas de cada uma das comunidades que me acolheram desde o primeiro momento que coloquei meus pés lá, meu corpo, meu ser. A todas aquelas pessoas que me ensinaram a importância de se benzer para entrar no território, de entrar nas águas, que me ensinaram a escutar, a fechar os olhos e ver, sentir, respirar e me conectar com a natureza. A você Dona Máxima, que recém faleceu após a defesa e enquanto fazia as correções finais dessa tese. Inspiração eterna, seu canto irá me acolher quando estiver mais fraco e o seu jeito de ser me motivar para continuar quando eu pensar em desistir.

Não citarei os nomes de todas as pessoas das comunidades, oficinas, atividades, reuniões, cursos, Feirinhas e encontros que tem acontecido nesses 6 anos de estadia em São Luís, mas estou tranquilo de saber que essas pessoas sabem muito bem que meus agradecimentos são sinceros e que são dedicados a elas e eles.

Gracias a mi familia, a mis compas de décadas, que siempre me inspiraron a buscar hacer algo chido. Gracias hermanas y hermanos, por acompañarme desde la secu, el Bacho (el único y el mejor), “la poderosa” en dos momentos de mi vida, el trabajo, los barrios por donde andé, crecí y me hice. De igual forma, no colocaré los nombres de todas esas personas, que además de que son muchas (pues, capibara...), ya saben a quienes me refiero y en estas líneas, sabrán encontrarse en ellas.

Um agradecimento muito especial, alegre e amoroso, ao Gedmma e os irmãos e irmãs que me deu. Vocês bem sabem que falo para vocês, que estão lendo essas linhas. Obrigado por me acolher, por mostrar os caminhos ancestrais, por me ajudar a reconectar com mãe África. Pelos rolês, as cervejas, por cuidar de mim. Pelas idas à praia, as sessões de estudo nas reuniões, pelos melhores momentos e os que me fizeram ficar zangado, porque todos me fizeram crescer como pessoa.

Obrigado a todos esses parceiros do futebol e do samba/pagode, que mesmo algumas pessoas “desmerecendo” sua importância, outras entendem o fundamental que tem sido esses dois aspetos na minha vida em São Luís para não pirar. E, principalmente, para me permitir ser uma pessoa extremamente feliz, como não imaginei que poderia ser.

Ao PPGCSoc pela oportunidade de fazer parte do programa. À CAPES pela bolsa que contribuiu a minha estadia em São Luís durante esses anos. A professoras, professores, estudantes com quem compartilhei disciplinas no programa, ao pessoal de limpeza e segurança do Ferreti e CCH, área administrativa do programa, técnicos que apoiaram as Feirinhas. À UFMA, por me brindar a oportunidade de fazer parte dela.

Gratidão Elio, por acompanhar o processo de escrita dessa tese desde a defesa do projeto, lá em 2020. Grato pelas provocações metodológicas, sugestões de leituras, trocas realizadas. E grato também pela amizade e parceria.

Obrigado Maria José, pela leitura crítica e rigorosa. Pelas sugestões e os comentários à tese. Pelas observações amistosas e enriquecedoras à tese.

Obrigado Joaquim e Tania, por aceitar a leitura dessa tese, participar na banca de defesa e contribuir com seus olhares particulares.

Deve ser lugar comum e imagino que debes ter escutado muito na vida, mas “não tem nem palavras” para te agradecer Horácio. Eu falo muito, mas muito além da questão acadêmica. Obrigado por ser esse ser humano maravilhoso, coerente e inspirador. Gratidão por mostrar que é possível sim fazer outro tipo de orientação acadêmica, que é possível sim se posicionar firmemente e não por isso diminuir a qualidade das análises, da produção acadêmica, e muito menos, perder a leveza de ser, a alegria de lutar. Obrigado, de verdade.

Nesse ponto, quero agradecer também a Adriana López Monjardin. Como poderá ver, continua sendo minha professora, uma pessoa tão inspiradora quanto Horácio. Nessa tese, você também se expressa “através de mim”, da minha escrita. Gracias profesora, siempre será una referencia para mí. Nuevamente, para las cuestiones importantes, esas fuera de las salas de aula y de los territorios, si no aquellas de la vida misma.

A “lo más grande de este mundo”. Gracias mi chingón. Pa, ma, por todo y siempre. Homie, chidez. Lícia, vida, obrigado por ser minha duplinha. Te amo como nós sabemos.

Lista de siglas e abreviaturas

Alumar– Consorcio de Alumínio do Maranhão

Anadep- Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

APA– Área de Proteção Ambiental

Apruma- Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão

ARIE- Áreas de Relevante Interesse Ecológico

BR– Estrada Federal

CIDH- Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CNPT– Centro Nacional de Populações Tradicionais

Colun– Colégio Universitário

Confrem- Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos

CIMI- Conselho Indigenista Missionário

CPT– Comissão Pastoral da Terra

CSP Conlutas - Central Sindical e Popular Conlutas

CVRD- Companhia Vale do Rio Doce

Disal- Distrito Industrial de São Luís

EFC– Estrada de Ferro Carajás

Embrapa- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Embrater- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EOP– Estrutura de Oportunidades Políticas

ESEC- Estações Ecológicas

Fetaema- Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão

Fliema- Federação das Indústrias do Estado do Maranhão

Flona- Florestas Nacionais

FMI- Fundo Monetário Internacional

Fumac- Fundo Municipal de Ação Comunitária

Gedmma- Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente

Ibama- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IHGM– Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

Imesc- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

JMTV– Jornal da Mirante TV

Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LGBTQIA+- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer ou Questionadores, Intersexuais, Assexuais + (outras identidades sexuais_

MDI- Movimento em Defesa da Ilha

MMA- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

NMS- Novos Movimentos Sociais

NAEA- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

OAB– Ordem dos Advogados

ONG– Organização não governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

Parna- Parques Naturais

PCB– Partido Comunista do Brasil

PCdoB– Partido Comunista Brasileiro

PCPR- Programa de Combate à Pobreza Rural

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PGC– Programa Grande Carajás

PFC- Projeto Ferro Carajás

PIN– Plano de Integração Nacional

PM– Polícia Militar

PND- Planos Nacionais de Desenvolvimento

PPGCSoc- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT– Partido dos Trabalhadores

RDS- Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Rebio- Reservas Biológicas

Resex- Reserva Extrativista

Sedihpop- Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

SEM– Sociologia do Engajamento Militante

SEMA- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

Sinduscon MA- Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão

Sintrajuf MA- Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União no Maranhão

Sisnama- Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNUC– Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TMPM- Terminal Marítimo de Ponta da Madeira

TMR– Teoria de Mobilização de Recursos

TPP- Teoria do Processo Político

TSE- Tribunal Superior Eleitoral

TUP– Termina de Uso Privado

UC– Unidades de Conservação

UEMA– Universidade Estadual do Maranhão

UFMA- Universidade Federal do Maranhão

UFPA- Universidade Federal do Pará

Ultab- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

Lista de imagens

- Imagem 1. Arquivo Gedmma. Mobilização de apoiadoras/es e integrantes do Movimento em Defesa da Ilha e do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim. 24 julho 2021. Página 45
- Imagem 2. Google Earth. No mapa da imagem acima, se delimita com a cor vermelha a área da Resex Tauá-Mirim. Arquivo Gedmma. Página 49
- Imagem 3. Fotografia pessoal tirada em frente do Palacio dos Leões durante o protesto. 11 agosto 2018. Página 54
- Imagem 4 e imagem 5. Fotografias pessoais. Casa de farinha, comunidade Portinho, Resex Tauá-Mirim. 31 maio 2023. Página 56
- Imagem 6. Fotografia pessoal durante visita à comunidade de Cajueiro, visualizando a devastação provocada na comunidade pela empresa que pretende construir um porto aí. 18 agosto 2018. Página 58
- Imagem 7. Fotografia de Lícia Santos da ocupação em frente do Palacio dos Leões. 11 agosto 2019. Página 60
- Imagem 8. Fotografia de Lícia Santos em frente do Palacio dos Leões momentos antes do despejo de moradores e moradores de Cajueiro e apoiadores. 11 agosto 2019. Página 62
- Imagem 9. Fotografia pessoal. Alberto Cantanhede Lopes ministrando uma oficina na comunidade Rio dos Cachorros. 22 março 2023. Página 65
- Imagem 10. Fotografia pessoal. Na imagem, Alberto Cantanhede Lopes na comunidade Rio dos Cachorros. 31 maio 2023. Página 71
- Imagem 11. Fotografia pessoal. Comunidade Taim. 5 junho 2021. Página 76
- Imagem 12. Arquivo GEDMMA. Atividade de campo e oficina no Rio dos Cachorros, 14 agosto 2021. Página 87
- Imagem 13. Fonte: Spinelli et al, 2016, p. 18. Página 88
- Imagem 14. Mapa do Estado do Maranhão. Fonte: Captura de imagem do mapa disponível em: https://geofpt.ibge.gov.br/produtos_educacionais/atlas_educacionais/atlas_geografico_e_scolar/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/fisico/maranhao.pdf Acesso 4 outubro 2023. Página 89
- Imagem 15. Unidades de conservação no Maranhão Fonte: Spinelli et al, 2016, p. 18. Página 91
- Imagem 16. Fotografia pessoal. Poluição de córrego de água no Rio dos Cachorros, de acordo com informação das moradoras e moradores, consequência da poluição das atividades das empresas na região. 11 junho 2022. Página 92

- Imagem 17. Reservas Extrativistas no Maranhão. Fonte: Instituto Socioambiental. Página 96
- Imagem 18. Reportagem publicada em novembro de 1929 anunciando a inauguração da estação “Urbano Santos”, nome outorgado à estação de São Luís. Jornal do 10/11/1929. Página 99
- Imagem 19. Trem na estação de São Luís, nos anos 1950 (Fotografia de Tibor Jablonsky). Página 100
- Imagem 20. Captura de tela do documento “Porto Multimodal de São Luís”. Fonte: <http://arquivo.iengenharia.org.br/site/ieadm/arquivos/arqnot10476.pdf> Acesso em 19 maio 2021. Página 106
- Imagem 21. Captura de tela do documento “Porto Multimodal de São Luís”. Fonte: <http://arquivo.iengenharia.org.br/site/ieadm/arquivos/arqnot10476.pdf> Acesso em 27 maio 2021. Página 107
- Imagem 22. Fotografia pessoal realizada na comunidade de Cajueiro, durante uma oficina de trabalho/planejamento das atividades de resistência do coletivo Raízes do Cajueiro, no quintal da casa de uma das principais lideranças da comunidade. 26 junho 2021. Página 111
- Imagem 23. Fonte: <http://estadodomaranhao.blogspot.com/2016/11/complexo-portuario-de-sao-luis.html> Acessado em 21 maio 2021. Página 112
- Imagem 24. Disponível em: <http://ronalddealmeidasilva.blogspot.com/2016/08/293-meio-ambiente-polemica-necessaria.html> Acesso em 4 outubro 2023. Página 113
- Imagem 25 e imagem 26. Fotografias pessoais. As imagens, da comunidade Porto Grande, expressam parte da economia local dessa e as outras comunidades integrantes da Resex Tauá-Mirim. 4 junho 2023. Página 114
- Imagem 27. Fotografia pessoal. Registro de oficina sobre defesa do território e violações jurídicas /ambientais no caso Cajueiro. Oficina realizada na comunidade de Cajueiro. 26 junho 2021. Página 116
- Imagem 28, imagem 29 e imagem 30. Fotografias pessoais. “Oficina de comunicação comunitária” na comunidade de Cajueiro. 17 julho 2021. Página 124
- Imagem 31. Fotografia pessoal. Comunidade de Cajueiro, 13 agosto 2021. “Da mãe palmeira aproveitamos todo, seja para artesanato, fazer óleo, biscoito, mingau, se aproveita todo” Dona Lucilene, moradora de Cajueiro. Página 130
- Imagem 32. Fotografia pessoal. Na fotografia aparecem cocos babaçu e instrumentos para quebra-los, prática comum nas comunidades extrativistas do nordeste brasileiro. Comunidade de Cajueiro, 13 agosto 2021. Página 133
- Imagem 33 e imagem 34. Fotografias pessoais. Crianças em uma casa de farinha, comunidade Porto Grande, integrante da Resex Tauá-Mirim. 4 junho 2023. Página 134
- Imagem 35. Fotografia pessoal. Realizada na comunidade de Taim, no quintal da casa de uma das principais lideranças da comunidade. 5 junho 2021. Página 151

- Imagem 36. Fotografia pessoal. Comunidade de Cajueiro. 24 julho 2022. Página 154
- Imagem 37. Fotografia pessoal. Comunidade de Cajueiro, “se agora dá bom, imagina como dava camarão antes deles [Alcoa, os portos de Itaqui e Madeira] virem aqui”, expressou o senhor Manoel quando pedi permissão para realizar a fotografia. 24 julho 2022. Página 156
- Imagem 38. Fotografia pessoal realizada na comunidade de Cajueiro minutos após realizada a derrubada ilegal de casas na comunidade. 12 agosto 2019. Página 165
- Imagem 39. Captura de imagem de vídeo no Palacio dos Leões durante o despejo de moradores, moradores e apoiadores do MDI e o Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim durante protesto pacífico. Arquivo GEDMMA. Página 167
- Imagem 40. Captura de imagem de vídeo disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/08/24/moradores-do-cajueiro-ocupam-sede-de-secretaria-de-direitos-humanos-do-ma.ghtml> Acesso em 4 outubro 2023. Na imagem, uma das lideranças do Cajueiro, antes de passar mal durante a ocupação da SEDIHPOP. Página 168

Lista de gráficos

Gráfico 1. Unidades de Conservação Integrais na Amazônia Legal. Fonte: Instituto Socioambiental. Página 95

Gráfico 2. Unidades de Conservação de Usos Sustentáveis na Amazônia Legal. Fonte: Instituto Socioambiental. Página 95

Lista de tabelas

Tabela 1. Unidades de conservação no Maranhão. Fonte: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). 2020. Página 93

Tabela 2 Unidades de conservação na Amazônia. Fonte: Instituto Socioambiental. 2022. Página 94

Tabela 3. Total de indígenas no Brasil, nas regiões e no Maranhão. Fonte: Elaboração construída com base em dados do IGBE. 2022. Página 98

Entrevistadas e entrevistados das comunidades Cajueiro, Taim e Rio dos Cachorros, bem como integrantes do Movimento em Defesa da Ilha e Conselho Gestor da Resex. Listadas/os pela ordem de aparição no texto

Bartolomeu Rodrigues Mendonça

Professor de sociologia do Colégio Universitário (Colun) da UFMA, presidente da Apruma – Seção Sindical do Andes Sindicato Nacional (sessão sindical na UFMA do sindicato nacional de docentes do ensino superior federal) e coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma).

Davi Sá

Liderança da comunidade do Cajueiro. Mora na comunidade há mais de 60 anos e tem participado como presidente da Associação de Moradores do Cajueiro. É integrante ativo do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim.

Alberto Cantanhede Lopes

Pescador, líder comunitário da comunidade Taim, articulador da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (Confrem), membro do Movimento de Defesa da Ilha, coordenador do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Tauá-Mirim.

Elio de Jesus Pantoja Alves

Professor e pesquisador do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão, um dos coordenadores do Gedmma e membro do Movimento de Defesa da Ilha.

Saulo Arcangeli

Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União no Maranhão (Sintrajuf MA), membro da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas), coordenador do Movimento de Defesa da Ilha e professor do Departamento de Matemática e Informática da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Viviane Vazzi Pedro

Pós-doutora e Doutora em Ciências Sociais pelo PPGCSoc/UFMA; Mestre em Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável dos Trópicos Úmidos pelo NAEA/UFPA [Núcleo de Altos Estudos Amazônicos / Universidade Federal do Pará]; na época da entrevista era advogada do Conselho Indigenista Missionário (CIMI-Maranhão), e membra do Gedmma/UFMA.

João Victor Barbosa Aires

Morador da comunidade Rio dos Cachorros. Jovem, tem se articulado na defesa do território, participando ativamente em diversas atividades visando a legalização da Resex Tauá-Mirim. Tem laços sanguíneos com outras lideranças comunitárias da zona rural de São Luís.

Maria Máxima Pires

Liderança comunitária [ou podemos considera-la “referência comunitária”, como ela prefere ser chamada] da comunidade Rio dos Cachorros, articuladora da Confrem e membro do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim. In memoriam.

Rosana Mesquita

Liderança da comunidade de Taim. Tem atuado por mais de 20 anos na defesa do território e importante referência nas comunidades da Resex Tauá-Mirim.

Resumo

O foco desta tese é a análise e desconstrução do conceito hegemônico de desenvolvimento partindo das experiências e percepções dos agentes locais de três comunidades tradicionais em São Luís pertencentes à Resex Tauá-Mirim. Busca-se compreender os modos da vida social de algumas comunidades tradicionais, como entendem a natureza, (re)-afirmam sua identidade coletiva e que estratégias tecem em contraponto ao modelo hegemônico de desenvolvimento, se mobilizando para defender seu direito a existir. As perguntas que norteiam a pesquisa são: como conceitos pretendidos como universais – desenvolvimento e modernidade- entram em “atrito” com as experiências das/dos agentes locais das comunidades da Resex?; qual a linguagem de valoração da natureza entre as/os membros dessas comunidades que acabam por direcioná-los a favor da legalização da Resex?; de que forma se expressam e materializam nas comunidades que integram a Resex Tauá-Mirim o racismo ambiental e a necropolítica, configurando o que se apresenta como des-envolvimento?

Palavras- chave: Resex Tauá-Mirim; racismo ambiental; linguagens de valoração; necropolítica; des-envolvimento.

Sumário

Agradecimentos	4
Lista de siglas e abreviaturas	8
Lista de imagens	11
Lista de gráficos	13
Lista de tabelas	13
Lista de pessoas entrevistadas	14
Resumo e palavras chaves	16
Introdução	19
Resumo dos capítulos	37

Capítulo 1

Resex Tauá-Mirim: dignidade e identidade coletiva das comunidades Rio dos Cachorros, Taim e Cajueiro pela sua legalização	40
1.1 Identidade coletiva e mudanças na modernidade	40
1.2 Repensando os movimentos socioambientais. Novas abordagens teóricas	42
1.3 Estrutura de oportunidades políticas, ação coletiva, repertório, confronto político e movimentos sociais	49
1.4 A importância do enfoque cultural, o sentido de “injustiça” e “lutas pelo reconhecimento” no movimento pela legalização da Resex Tauá-Mirim	52

Capítulo 2

Engajamento e movimento socioambiental em São Luís: o capital militante de ativistas do Movimento em Defesa da Ilha	64
2.1 Tradição de luta dos movimentos socioambientais em São Luís – MA	64
2.2 Engajamento militante: análise de algumas experiências de agente sociais e ativistas que visam a legalização da Resex Tauá-Mirim	69
2.3 Políticas públicas, grupos de interesse e capital militante	77

Capítulo 3

“As nossas comunidades não estão sob ameaça, estão sobre ataque”: capital transnacional contra a natureza, os territórios e populações	86
---	----

3.1 Amazônia legal e o Maranhão: natureza e populações atacadas pelo capital	86
3.2 Rumo ao des-envolvimento: a colonização do Maranhão	97
3.3 Neoliberalismo: o capital no território maranhense	102
3.4 Efeitos da implantação de grandes empreendimentos desenvolvimentistas na “Grande Ilha”	104
3.5 Cajueiro e a zona rural de São Luís: espaço de lutas e resistências articuladas	111
Capítulo 4	
Des-envolvimento, ética ambiental e linguagens de valoração: racismo ambiental como expressão da necropolítica	120
4. 1 O percurso histórico do conceito desenvolvimento	120
4.2 Éticas ambientais: linguagens de valoração e racionalidades não ocidentais-capitalistas	127
4. 3 Raça, necropolítica e racismo ambiental	135
4.4 Movimentos socioambientais: tentativa de desconstrução e crítica ao des-envolvimento	144
Capítulo 5	
A unidade de conservação como alvo central do conflito socioambiental: o processo de luta pela legalização da Resex Tauá-Mirim	151
5.1 Reservas extrativistas. Breve definição e situação particular no Maranhão	152
5.2 O processo de des-envolvimento na zona rural de São Luís. Continuidade do processo colonizador na modernidade	155
5.3 Resex Tauá-Mirim e o Movimento em Defesa da Ilha: espaços de desconstrução do discurso desenvolvimentista	160
Reflexões para continuar o debate	170
Referências	172

Introdução

No Brasil, Reserva Extrativista (Resex) é um tipo de unidade de conservação ambiental para uso sustentável que possui mecanismos de participação legítima dos seus habitantes na tomada de decisões. Esses espaços deliberativos e novas formas legítimas de ação política são alcançadas a partir da ação popular contra a expropriação de seus territórios, conhecimentos e identidades. Nas palavras de Arcangeli (2020, p. 172-173):

A proposta de criação de reservas extrativistas [...] nasceu como uma proposta dos próprios povos da floresta por uma reforma agrária ecológica para a Amazônia, que era a criação das reservas extrativistas com o intuito de garantir proteção dos meios de vida e a cultura de populações tradicionais, a posse da terra e o usufruto das riquezas presentes nas florestas [...] Trata-se de uma luta que iniciou com os extrativistas que resistiam contra a derrubada das florestas, as investidas para alterar seus modos de produção de vida e processos de desapossamento.

Como será analisado no decorrer da presente tese, a disputa de lógicas, discursos, éticas ambientais, linguagens de valoração, narrativas, práticas, é evidente. Podemos pensar essa disputa/confronto retomando o conceito de Anna Tsing (2005, p. 9), que, refletindo e analisando sobre os que chama macro conceitos, como são modernidade e desenvolvimento, afirma:

eles não têm sido politicamente neutros. Eles estavam profundamente implicados no estabelecimento do poder colonial europeu [...]. Na matriz do colonialismo, a razão universal tornou-se a marca registrada de formas de conhecimento e poder espacialmente dinâmicas e espacialmente expansivas. A razão universal, é claro, foi melhor articulada pelos colonizadores.

Anna Tsing (2005) usa o termo “fricción”, que no presente trabalho iremos traduzir como ‘atrito’, para referir-se aos encontros e desencontros entre o global e o local, ou seja, entre como são delineados de forma abstrata, global, e como esses conceitos (modernidade, desenvolvimento, industrialização) “pousam” nos territórios. Ela afirma:

Falar sobre atrito é um lembrete da importância da interação na definição de movimento, forma cultural e agência. O atrito não apenas retarda as coisas. O atrito é necessário para manter o poder global em movimento (...) O atrito torna a conexão global poderosa e eficaz. Enquanto isso, sem ao menos tentar, o atrito atrapalha o bom funcionamento do poder global. A diferença pode atrapalhar, causando avarias diárias, bem como cataclismos inesperados. O atrito fricção rejeita a mentira de que o poder global funciona como uma máquina bem lubrificada. Além disso, a diferença às vezes inspira a insurreição. O atrito pode ser a mosca no nariz dos elefantes (Tsing, 2005, p. 9).

A presente tese, é um exemplo de “mosca no nariz dos elefantes”, ou seja, das grandes empresas transnacionais e dos empresários de distintos níveis.

Frisando, mais uma vez, a disputa de lógicas, discursos, significados e valorações em torno a natureza, coincidimos com a análise que Solano (2012, p. 342) faz da proposta da Tsing quando afirma:

A importância da fronteira como lugar de atrito consiste principalmente no fato de ela servir como resposta à questão da construção do global como objeto etnográfico. Considerando que universais como as práticas culturais não são autogerados, mas produzidos a partir de atritos e encontros, a etnografia proposta por Tsing se concentra nessas zonas de conformação e adaptação do global, onde o que se analisa é em que sentido esse universal se mostra como uma meta ou um norte para o qual mobilizar modelos sociais e como a resistência a essa meta dá um contexto único a cada processo de globalização, modificando a longo prazo a própria natureza dessa meta.

Para traçar o caminho de análise que foi seguido nessa tese, podemos citar as palavras de Mendonça (2016) quando afirma, em relação às Resex:

São modalidades de Unidades de Conservação previstas no SNUC que permitem a presença humana em suas áreas, mas, pela própria legislação, é requisito fundamental que os grupos ocupantes mantenham atividades de baixo comprometimento do ambiente, ou seja, um modo de vida e meios de produção diferentes dos que fazem parte das sociedades urbanas, industriais e capitalistas, de consumo intensivo de artefatos com grande necessidade de uso de matéria e energia [por isso] ao propor privilegiar o modo de vida tradicional, deve, do mesmo modo, buscar mecanismos que valorizem e reconheçam social, moral, estética e coletivamente maneiras de ser e modos de fazer dispares daqueles da civilização ocidental moderna, urbana, construída ao longo de séculos sob o signo da mercadoria e do consumo (Mendonça, 2016, p. 170-172).

Por outro lado, é fundamental destacar que entendemos que conceitos como modernidade, desenvolvimento e cidadania ocupam um lugar central para a compreensão da configuração, funcionamento e organização da maioria das sociedades, não só do Ocidente (onde surgiram), mas de todo o mundo. Assim, os estudos realizados a partir das ciências sociais permitiram-nos (através do seu trabalho em sociedades não ocidentais e até em delas mesmas) mostrar que os conceitos mencionados, surgidos sob abordagens iniciais de filósofos ou pensadores da ciência política, foram formulados com uma base eurocêntrica e evolutiva em relação à ideia de organização sociopolítica das sociedades, daí o estabelecimento de uma reivindicação universal dos conceitos de cidadania e modernidade, bem como uma concepção específica de desenvolvimento.

Sendo o berço histórico de onde se fizeram reflexões, teorias e propostas para compreender a organização sociopolítica, os autores europeus construíram esses conceitos a partir de uma realidade local concreta que permitia falar e refletir sobre eles. Por isso, modernidade e desenvolvimento foram os principais conceitos utilizados para

realizar as análises políticas e sociais nos novos territórios conquistados e explorados a partir da expansão colonial.

Ao longo da história e pensamento da Europa e dos Estados Unidos, esses conceitos formaram o "núcleo duro" a partir do qual os cientistas sociais analisaram (e analisam hoje em algumas escolas e desde certas teorias) outras dinâmicas sociais, lógicas de comportamento individual/social/coletivo ou práticas de trabalho, mostrando assim uma intenção de aplicar conceitos que se pretendem universais, mas não dão conta da realidade política das diversas sociedades do mundo, de modo que todas as comunidades, povos, culturas e agentes diferentes daqueles referenciais pretensamente universais, fossem consideradas atrasadas, vistas como algo que tinha que ser combatido e erradicado.

Desse modo, o problema de pesquisa desta tese é focado na análise e desconstrução do conceito hegemônico de desenvolvimento, bem como na compreensão do racismo ambiental e da chamada necropolítica¹ a partir das experiências e percepções dos moradores e moradoras de três comunidades tradicionais de São Luís (Cajueiro, Rio dos Cachorros e Taim), pertencentes à Reserva Extrativista (Resex) Tauá-Mirim, especificamente aqueles agentes locais que estão mobilizados para conseguir a sua legalização. Desta forma, pretende-se analisar as relações entre essa concepção específica de desenvolvimento promovida pelos órgãos institucionais de distintos níveis e a proposta dos agentes sociais locais que, frente a práticas necropolíticas - se consideramos o histórico da região, têm uma proposta específica de territorialização: a Resex.

Tendo em mente a abordagem deste problema de pesquisa, o objeto de análise assenta-se em compreender os meios de existência e os modos da vida social de algumas comunidades tradicionais maranhenses, como elas entendem e se relacionam com a natureza, como (re)-afirmam sua identidade coletiva e que estratégias tecem em contraponto ao modelo hegemônico de desenvolvimento e que contraria a lógica daquelas

¹ Como será abordado mais detalhadamente no item 4.3 da presente tese, por necropolítica entende-se 1) contextos e localidades nos quais o estado de exceção torna-se tão normal, a ponto de não ser mais uma exceção; 2) aponta para a exploração generalizada da existência humana em situações que culminam politicamente com a destruição material dos corpos e o julgamento de populações como descartáveis ou supérfluas; 3) mostra como o exercício do poder soberano apela continuamente para a noção fictícia ou fantasmática de inimigo (os grupos considerados descartáveis em nome de um "bem comum" ou "interesse público") para buscar legitimação, numa perfeita articulação entre tecnologias capitalistas e ideologias nacionalistas que invocam o "bem da nação" (Mbembe, 2012).

comunidades que têm uma relação mais respeitosa com a natureza – isto, através de uma linguagem de valoração específica sobre ela.

Neste ponto, é importante mencionar o seguinte; no decorrer da tese, a palavra desenvolvimento será escrita quando referirmos à concepção hegemônica do conceito. Assim, por exemplo, no apartado 4.1, titulado “O percurso histórico do conceito desenvolvimento”, faço referência aos antecedentes históricos e conceituais do conceito hegemônico de desenvolvimento, enquanto na sessão 4.4, intitulada “Movimentos socioambientais: tentativa de desconstrução e crítica ao des-envolvimento”, aparece escrito des-envolvimento, para indicar uma tentativa de desfazer, tirar, ou destruir o envolvimento entre os seres humanos e a natureza, entre os grupos das distintas comunidades atingidas pelos projetos desenvolvimentistas, entre as pessoas da própria comunidade, o envolvimento com o território. Assim, ao longo do texto dessa tese, sempre que aparecer desenvolvimento estou me referindo à concepção hegemônica, seja expressa por autores acadêmicos, empresários ou servidores públicos, etc., enquanto sempre que estiver escrito des-envolvimento estou me referindo à crítica a essa concepção hegemônica, seja por agentes locais, por acadêmicos ou integrantes da rede de apoio em defesa dos territórios e comunidades da zona rural de São Luís que visam a legalização da Resex Tauá-Mirim.

Tais comunidades estão longe de buscar, apenas, benefícios econômicos, mas procuram priorizar aspectos simbólicos, emocionais e territoriais acima das noções de progresso e desenvolvimento, arbitrariamente e violentamente impostos nesses territórios. Neste intento, faz-se necessário analisar os processos de mobilização em defesa do território desses agentes e, para tanto, analisar e compreender a ética ambiental, linguagem de valoração da natureza e as motivações, lógica, sentidos, simbolismos e os “por quês” das pessoas dessas comunidades para permanecer e cuidar de seus territórios.

Perguntas de investigação

Mencionado o problema, explicito as principais questões que norteiam o interesse dessa tese. A primeira delas é: como os conceitos, pretendidos como universais, como modernidade e desenvolvimento, entram em “atrito” (Tsing, 2005) com o contexto e as experiências dos agentes locais das comunidades da Resex? O segundo é: quais são as contribuições de estudar as “exceções” (Ong, 2006) ao neoliberalismo a partir da desconstrução dos conceitos citados através da voz dos agentes locais dos

"bairros/vizinhanças" (Appadurai, 2001)? Finalmente, existem elementos comuns entre os membros dessas comunidades (identidades, atividades produtivas e/ou referências históricas) que permitem afirmar a existência de uma ética ambiental e linguagens de valoração distintos e contrários aos do capital transnacional?

Através destas três perguntas, será possível indagar se existem, e caso existam, as maneiras como os agentes locais criticam, desconstróem, reapropriam e ressignificam conceitos como desenvolvimento, modernidade e cidadania, considerando-os desde o nível local -e, por isso, a partir de um contexto específico. A contribuição da tese seria na possibilidade de ampliar e/ou reformular, de modo crítico-reflexivo, o entendimento sobre tais categorias, as práticas para implementá-las nos territórios e os repertórios/discursos que tentam sustentar sua efetivação, violentando modos de vida.

Justificação da problemática e objeto de investigação

Se pensarmos sobre os determinantes econômicos que conduzem (e determinam) a relação entre o ser humano e a natureza na modernidade, é importante voltar à relação natureza-cultura, o que permite entender a construção de diversas éticas ambientais, linguagens de valoração e racionalidades ambientais. Como será analisado mais adiante, se problematizarmos o fato de que “a natureza condiciona as operações intelectuais graças às quais a cultura recebe um conteúdo empírico”, não é complicado compreender que “a natureza se torna um gigantesco reservatório de propriedades observáveis dentro do qual o espírito terá toda a possibilidade de vir colher objetos para convertê-los em signos” (Descola, 2011, p. 38). Na modernidade e no pensamento ocidental, a natureza aparece como signo da ganância e do maior lucro possível. A natureza como um recurso a ser explorado.

É importante destacar que existe um “amalgama” entre os modos de pensar, fazer e de subjetivização, ideia que Floriani (2019, p. 83) retoma de Michel Foucault para afirmar que dito amalgama “define os contornos ou os padrões ontológicos diferenciados entre modos de viver, modos de perceber e nomear o mundo e de se apropriar material e simbolicamente dele”. As reflexões de Floriani nos convidam a pensar em uma ética específica para cada formação sociocultural, relacionada com uma filosofia e uma forma de se entender e posicionar no mundo, assim como a relação entre os seres humanos e os

animais; os seres humanos com outros seres humanos; os seres humanos e a natureza; e como isso afeta a relação natureza-cultura em cada momento e tempo histórico.

Falar de uma “ética ambiental” implica reconhecer a existência de problemas entre essas diversas éticas, filosofias e modos de subjetivação das culturas que habitam a modernidade, pois “esses problemas reúnem atores heterogêneos, que expressam sentidos diferenciados sobre determinadas formas de representar a natureza e seus usos sociais, entre as quais as hegemônicas, que associam esses usos às lógicas produtivistas de mercado” (Floriani, 2019, p. 87-88). Desta forma, “a ética ambiental emerge, pois, como resposta aos riscos e danos da modernidade e que correspondem a signos negativos civilizacionais” (Floriani, 2019, p. 87-88).

Retomando a abordagem de Araújo (2013), considero que é necessário falar da estreita relação entre modernidade e colonialismo, porque, como menciona Mendonça (2017, p. 10), é necessário rejeitar:

A compreensão corrente e acadêmica sobre modernidade como expressão de uma humanidade civilizada e superior em todas as dimensões (social, política, econômica, cognitiva, moral) e que teria na colonialidade seu efeito colateral e indesejado, que supostamente já estaria superada ou em vias de superação. Ao contrário, procura demonstrar que é possível uma inversão conceitual-analítica, ou seja, que o que perdura e se aprofunda atualmente é a colonialidade.

Nesse sentido, em todos os lugares considerados “modernos” é possível encontrar características da colonialidade, patrimonialismo e relações de dominação e exploração, o que torna possível que haja tal modernidade, ou seja, uma concepção específica de desenvolvimento, neste caso, para o Maranhão.

Para chegar nessa modernidade, os efeitos das políticas públicas de desenvolvimento começaram a atingir a população, com a diminuição da quantidade/qualidade dos peixes e frutos do mar, da flora, da quantidade/qualidade de produção das hortas, roças coletivas e cultivos familiares, e com o surgimento dos primeiros registros de doenças provocadas pela poluição dos empreendimentos nas moradoras e moradores da região, isso já no final da década dos 1990.

Neste cenário, encontramos no conceito “ação coletiva” uma importante chave de análise para problematizar o movimento socioambiental que acontece na zona rural de São Luís, como as comunidades Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande e outras do território considerado como parte da Resex – comunidades que também se viram violentadas e sob ataque anos depois, no conflito pela pretensão de instalar o polo

siderúrgico na região, mas antes devemos esclarecer a diferença entre confronto político e movimentos sociais.

Na obra “O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político”, Sidney Tarrow (2009, p. 38) diz:

as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto (...) quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade (...) então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores especificamente em movimentos sociais.

Assim, os movimentos sociais “são aquelas sequências de confrontos políticos baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos” (Tarrow, 2009, p. 18). Para compreender o surgimento de confrontos políticos que possam se transformar em movimentos sociais, precisamos entender o conceito “estrutura de oportunidades políticas” (EOP). Nas suas palavras, Tarrow (2009, p. 39) propõe entender a EOP como “um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades e, portanto, a movimentos sociais”.

Para falar do movimento, organização e processo que possibilitou a ação coletiva que deu origem à criação da Resex Tauá-Mirim, é fundamental mencionar os antecedentes históricos de defesa do território e pela preservação do meio ambiente em São Luís. Desta forma, é preciso mencionar dois momentos principais na articulação e luta dos ativistas, acadêmicos, artistas, sindicalistas, religiosos e apoiadores dos movimentos pela defesa do meio ambiente na área, momentos e processos organizativos que foram cruciais para entender o atual Movimento em Defesa da Ilha no qual se articulam moradoras e moradores/agentes sociais do Cajueiro, Taim, Rio dos Cachorros e outras comunidades da zona rural de São Luís.

Sant’Ana Júnior (2016, p. 286) afirma que decisões do governo do Maranhão fizeram com que uma área de 2.471 hectares da zona rural de São Luís fosse declarada em 2004 como de utilidade pública para permitir a instalação do polo siderúrgico. Isso resultaria no deslocamento de cerca de 14.400 pessoas de doze comunidades: Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito,

Vila Conceição, Ananandiba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Vila Madureira. Dessa forma:

A Prefeitura Municipal de São Luís (...) aprovou a Lei Municipal nº 3.253², que estabelecia o zoneamento, parcelamento, ocupação e uso do solo no município (...). Este debate tornou-se uma questão pública quando, no ano de 2004, foram anunciados publicamente os planos de instalação de um polo siderúrgico que envolveria a construção de cinco grandes usinas (...) nas imediações do Complexo Portuário de São Luís (SANT'ANA JÚNIOR, 2016: 286).

Como resultado do trabalho realizado na região por parte das e dos agentes locais das comunidades nas duas décadas anteriores e diante das consequências ambientais da instalação de empreendimentos industriais e de infraestrutura em suas vizinhanças, que comprometiam suas atividades econômicas, causavam problemas de saúde e representavam constantes ameaças de perda territorial devido aos projetos de expansão desses mesmos empreendimentos, surgiu a proposta de criação de uma unidade de conservação, a então chamada Reserva Extrativista Taim, oficializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 2003.

Enquanto as e os agentes sociais das comunidades se mobilizavam, os empresários e autoridades públicas também o faziam. Assim, a partir de 2004 as ameaças de perda territorial e de deslocamentos compulsórios³ tornaram-se mais constantes com o anúncio e ações efetivas no sentido de instalação de um grande polo siderúrgico que implicaria no deslocamento compulsório de 12 (doze) comunidades rurais, dentre as quais 6 (seis) estavam entre as que solicitavam a criação da reserva extrativista: Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Cajueiro, Porto Grande e parte da Vila Maranhão (Porto das Arraias).

² Esta lei foi aprovada no ano de 1992. e, segundo ela, essas comunidades estavam classificadas como sendo parte de uma Zona Rural, o que impediria a instalação de empreendimentos industriais. O debate público foi instalado a partir do envio da Prefeitura Municipal de São Luís para a Câmara Municipal de um projeto de lei que alteraria a condição de seus territórios para Zona Industrial.

³ Operamos, aqui, com as definições de deslocamento compulsório de Magalhães (2007, p. 14), segundo a qual é “o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto, um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do próprio grupo social, advindo de uma intervenção externa”, e de Almeida (1996, p. 30), para quem se trata do “conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.

A preocupação entre os habitantes das comunidades envolvidas, bem como de acadêmicos e ativistas da cidade, ampliou bastante, já que:

São Luís viu-se ameaçada pela possibilidade de receber três grandes empresas siderúrgicas na ilha, uma francesa, outra chinesa e outra canadense. Com a instalação dessas empresas, falou-se que o Brasil se tornaria um dos primeiros lugares no ranking de produtores de ferro fundido do mundo. A questão é que isso traria um dano ambiental terrível para São Luís, que é uma ilha que já tem um dano ambiental muito forte. Com a ideia de realizar esse projeto, o governo pensou na possibilidade de retirar pelo menos 14 mil pessoas dessas comunidades. Seriam 12 comunidades deslocadas para a instalação desses projetos, que não eram mais aceitos nos países de origem justamente por causa do passivo ambiental que geram. Segundo o ranking do Brasil, Maranhão é um dos estados com o menor IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] e por isso se tinha um discurso que o estado tinha que ser desenvolvido, o qual iria acontecer com a instalação dessas siderúrgicas (Entrevista realizada com Bartolomeu Mendonça⁴ em 11 julho 2018).

A grande mobilização de comunidades junto a acadêmicos, coletivos da cidade e ativistas foi fundamental nesse processo de luta e vitória do movimento, que conseguiu que o projeto de instalação do polo siderúrgico fosse abandonado no ano de 2005. Estes são alguns dos dados gerais oferecidos pelo recente contexto em que os protestos e mobilizações de pessoas nas comunidades tradicionais de São Luís que compõem a Resex Tauá-Mirim, no estado do Maranhão, estão ocorrendo.

Em relação ao contexto político desse estado, devemos ter em mente que as práticas de intimidação, compra de votos e o fato de retomar táticas dos regimes militares, nos levam a pensar que, longe do fato de que os aspectos morais, políticos e religiosos estejam desconectados, estão muito presentes na política e devem ser incorporados à análise, porque é notório que no Maranhão contemporâneo há uma mistura entre o capital globalizado e as práticas colonialistas, através da qual os laços de consanguinidade estão entrelaçados com relações comerciais que, a partir do local, se articulam com o mundo globalizado (Araújo, 2013, p. 109-111).

Diante das divergências constantes decorrentes da crescente disparidade e exclusão social do sistema e como uma medida preventiva para evitar o surgimento de organizações contrárias, uma das características centrais do Estado é ter um "sistema de vigilância agressiva" também com grande participação da iniciativa privada através de vários acordos com os governos para suprimir e prevenir os vários protestos, como diz

⁴ Bartolomeu Rodrigues Mendonça é professor de sociologia do Colégio Universitário (Colun) da UFMA, presidente da Apruma – Seção Sindical do Andes Sindicato Nacional (sessão sindical na UFMA do sindicato nacional de docentes do ensino superior federal) e coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma).

Naomi Klein (2007). Intimidação, casas derrubadas de forma ilegal, ameaças aos moradores, ativistas solidários, estudantes e professores que acompanham as comunidades, bem como uma violação constante das respectivas leis (ambientais, arqueológicas, etc.) são práticas infelizmente comuns nas comunidades envolvidas no conjunto de comunidades que integram a Resex, mas por um aspecto delimitativo, irei concentrar a análise nas três mencionadas.

Atualmente, o panorama é complicado em termos político-sociais-culturais, especialmente para as comunidades que integram a Resex, habitada por pescadores, agricultores e população negra, razão pela qual considero prioritário e relevante reforçar uma pesquisa apoiada no repertório das ciências sociais nestes cenários. Assim, a presente tese aparece como uma possibilidade de questionar os postulados universais prefigurados nas noções de desenvolvimento e modernidade, pois, enfocando as populações periféricas e marginalizadas, pode-se compreender as implicações das políticas públicas a partir do nível micro, isto é, com as implicações diretas na vida das pessoas considerando a especificidade do contexto social no qual estão inseridas.

O relacionamento com os habitantes das comunidades da área da Resex - durante o primeiro semestre de 2018 quando escrevi minha dissertação - além de muito produtivo, proporcionou múltiplos aprendizados. Como a pesquisa no campo mencionada fora em um curto período, tal contexto incitou a necessidade de expandir estudos na área especialmente na conjuntura sociopolítica exposta nesta tese, no sentido de colaborar a fim de fornecer ferramentas para uma compreensão reflexiva sobre os processos de resistência social e fortalecimento de uma rede de mobilização das comunidades em diferentes dimensões sociais.

Referencial teórico

Para problematizar os principais conceitos que foram discutidos na presente tese através do trabalho de campo realizado nas comunidades, é necessário oferecer algumas características centrais do que se entende por cidadania. Vamos começar a apresentação do referencial teórico mencionando que a padronização das pessoas dentro de cada Estado-nação teve grandes consequências, já que “The simplification of measures, however, depended on that other revolutionary political simplification of the modern era: the concept of a uniform, homogeneous citizenship (...) The idea of equal citizenship, the

abstraction of the -“unmarked”- citizen” (Scott, 1998, p. 32⁵), ou seja, sob a enunciação de uma suposta igualdade em que todas as pessoas foram incluídas, foi feita uma tentativa de apagar e submergir as diferenças que historicamente tiveram grande relevância, como cor de pele, classe social, gênero ou religião, diferenças que continuam a existir hoje em dia e que é importante mencionar justamente para explicar processos históricos de exclusão, opressão e expropriação, o qual se torna difícil quando se fala de uma "igualdade" de todas as pessoas como cidadãos.

Deste modo, as implicações da padronização promovida dentro de cada Estado-nação não foram menores, uma vez que:

La ciudadanía funciona como un componente del manejo de un régimen más amplio de la administración poblacional: un régimen que opera primero dividiendo a la humanidad en discretas subpoblaciones, cada una formada por ciudadanos de un Estado particular, y después, asignando a cada Estado no sólo el derecho sino también la obligación de administrar sus propios asuntos internos (incluyendo, por supuesto, la regulación de entradas y salidas) (Hindess, 2002, p. 112)⁶.

Como já foi possível vislumbrar e, paradoxalmente, o Estado moderno não busca apenas uma constante inclusão e padronização da população, mas também certa exclusão e segregação. Assim, é necessário destacar que “incluso en las unidades políticas que toman la forma de un cuerpo de ciudadanos, hay probabilidad de que existan algunos individuos que no sean ciudadanos” (Hindess, 2002, p. 109)⁷. Por exemplo, pode-se dizer que, devido à série de irregularidades, abusos e violações dos direitos dos agentes locais das comunidades da Resex Tauá-Mirim, estes são tratados como se não fossem cidadãos, apesar de formalmente o serem.

Para entender mais facilmente a afirmação anterior, podemos citar Arjun Appadurai, que expressa:

El Estado-nación lleva a cabo, a través de todo su territorio, el contradictorio proyecto de crear, por una parte, un espacio de nacionalidad chato, continuo y homogéneo y, por otro, una serie de lugares y espacios (...) calculados para crear las distinciones internas y las divisiones que hacen necesarias la

⁵ ‘A simplificação das medidas, no entanto, dependia daquela outra simplificação política revolucionária da era moderna: o conceito de uma cidadania uniforme e homogênea (...) A ideia de cidadania igualitária, a abstracção do cidadão ‘sem marca’’. Tradução livre feita pelo autor.

⁶ “A cidadania funciona como um componente do gerenciamento de um regime mais amplo de administração populacional: um regime que opera primeiro dividindo a humanidade em subpopulações distintas, cada uma formada por cidadãos de um estado particular e depois alocando para cada Estado não apenas o direito, mas também a obrigação de administrar seus próprios assuntos internos (incluindo, é claro, o regulamento de entrada e saída)”. Tradução livre feita pelo autor.

⁷ “Mesmo em unidades políticas que tomam a forma de um corpo de cidadãos, há a probabilidade de que existam indivíduos que não são cidadãos”. Tradução livre feita pelo autor.

vigilância, a disciplina, a mobilização e a cerimônia estatal (Appadurai, 2001, p. 198)⁸.

Neste ponto, faz muito sentido trazer um outro conceito de Appadurai (2001), que é falar de "bairros/vizinhanças", que:

Representan una serie de preocupaciones y ansiedades para el Estado-nación en el sentido de que suelen contener grandes espacios residuales donde las técnicas de constitución de la nacionalidad (tales como el control de la natalidad, la uniformidad lingüística, la disciplina económica, la eficiencia en las comunicaciones, la lealtad política, etcétera.) muy probablemente o bien sean débiles o bien encuentren resistencia (Appadurai, 2001, p. 199)⁹.

Assim entendidos, os bairros/vizinhanças podem ser vistos como espaços que, emergindo e ancorados ao local, realizam desafios ao global e entram em “fricción” (Tsing, 2005) com as abordagens supostamente universais já mencionadas. Assim, a área da Resex Tauá-Mirim pode ser considerada como um “bairro”, no sentido exposto por Appadurai (2001), por isso, a relevância de contribuir com uma tese que aprofunde esse debate neste contexto apresentado.

Considero que, focadas assim, as ciências sociais tornam-se necessárias para apontar questões fundamentais que abordam a escala das especificações locais e particulares, o que ajuda a problematizar noções e conceitos que são apresentados como universais. Como já citei acima, quando Tsing (2005) utiliza o termo “fricción”, ela se refere justamente aos (des)encontros entre o global e o local, afirmando que os termos capitalismo, ciência e política dependem de conexões e relações globais, porque embora haja aspirações, desejos e sonhos para alcançar esses universais e participar do fluxo global, é impossível simplesmente replicar suas versões gerais (ou universais) sem incorporar nossas próprias aspirações, medos, compromissos e demandas (Tsing, 2005, p. 1).

Assim, é possível entender o atrito como a expressão de disputa, confronto, diálogos – ou não, distintas éticas ambientais e linguagens de valoração, encontros e desacordos entre abordagens postuladas como universais e a apropriação ou

⁸ “O Estado-nação executa, em todo o seu território, o projeto contraditório da criação, de um lado, de uma área de nacionalidade plana, contínua e homogênea e, por outro, de um número de lugares e espaços (...) calculados para criar distinções internas e divisões que são necessárias para a vigilância, a disciplina, a mobilização e a cerimônia do estado”. Tradução livre feita pelo autor.

⁹ “Representam uma série de preocupações e ansiedades para o Estado-nação no sentido de que geralmente contêm grandes espaços residuais, nos quais as técnicas de incorporação de nacionalidade (tais como controle de natalidade, uniformidade linguística, disciplina econômica, eficiência nas comunicações, lealdade política etc.) são muito provavelmente fracas ou resistentes”. Tradução livre feita pelo autor.

ressignificação que agentes específicos fazem em relação a conceitos que se apresentam como globais ou universais, a partir de seus lugares específicos e na voz de agentes locais.

Voltando ao conceito de cidadania, as contribuições de Didier Fassin (2016) mostram, pela observação em primeira mão dos critérios de segurança das forças policiais sobre a população, a diferenciação e classificação de pessoas com diferentes atribuições em relação a sua cidadania. Fassin (2016, p. 33) desenvolve o seguinte argumento:

Se puede considerar que, por la manera en que trata a sus ciudadanos, el Estado “transforma a los individuos en sujetos”, quienes se reconocen en la condición especial que se les atribuye (...) La interpelación por un lado procede por “sujeción” (nos sometemos a una dominación, en este caso, de las fuerzas del orden), pero por el otro, hace referencia a una “subjetivación” (nos construimos a través de esta identificación, basándonos aquí en la posición social que se nos ha asignado)¹⁰.

A pesquisa de Fassin (2016) tem como objetivo explicar a maneira pela qual a exclusão de pessoas é criada diariamente, com um forte caráter racial. Além dos fatores étnicos mencionados por Fassin, a importância das classes sociais e do fator econômico é fundamental na análise da atual condição de cidadania.

Neste sentido, Marshall (1949, p. 316) afirma que:

El contrato moderno es esencialmente un acuerdo entre hombres libres e iguales en status, no necesariamente en poder. El status no fue eliminado del sistema social. El status diferencial, asociado a la clase, la función y la familia, fue sustituido por el status simple y uniforme de la ciudadanía, que proporcionó un fundamento de igualdad sobre el que podía construirse la estructura de la desigualdad¹¹.

Nesse sentido, falando das diferenças enterradas no estabelecimento do conceito de cidadania, John Gledhill (2004) indica que a noção atual de cidadania está relacionada a uma concepção europeia e americana que é fundamental para entender a "narrativa ocidental" que aborda o "relacionamento" entre Estado e “sociedade civil”. Desse modo, ao analisar as atuais lutas políticas sob o prisma da cidadania, observamos que o

⁹ “Pode-se considerar que, pela forma como trata os seus cidadãos, o Estado ‘transforma os indivíduos em sujeitos’ que são reconhecidos no estatuto especial atribuído a eles (...) a interpelação, por um lado, prossegue por ‘sujeição’ (nos submetemos a dominação, neste caso, às forças da ordem), mas, por outro lado, refere-se a uma ‘subjetivação’ (nós construímos através dessa identificação, com base aqui na posição social que nos foi atribuída)”. Tradução livre feita pelo autor.

¹⁰ “O contrato moderno é essencialmente um acordo entre homens livres e iguais em status, não necessariamente no poder. O status não foi eliminado do sistema social. O status diferencial, associado à classe, função e família, foi substituído pelo status simples e uniforme da cidadania, que forneceu uma base de igualdade na qual a estrutura da desigualdade poderia ser construída”. Tradução livre feita pelo autor.

neoliberalismo mostra uma condição paradoxal: expande os modos de definir a cidadania e, por outro lado, esvazia sua substância (Gledhill, 2004, p. 76-80).

Pensando nesses argumentos, a seguinte citação de Aihwa Ong (2006) é muito ilustrativa para abordar a proposta de ampliar as noções de cidadania e política – bem como desenvolvimento e modernidade, pensando que:

politics and citizenship crystallize problems of contemporary living, and they also frame ethical debates over what it means to be human today (...) Neoliberal decisions have created new forms of inclusion, setting apart some citizen-subjects, and creating new spaces that enjoy extraordinary political benefits and economic gain (Ong, 2006, p. 5)¹².

Falando de "exceções" no e do neoliberalismo, Ong (2006) refere-se ao fato de que o neoliberalismo é um modo de otimização política que modifica e reconfigura as relações entre governantes e governados, as condições de poder envolvidas na produção de conhecimento, bem como a relação entre soberania e conflitos de territorialidade. Por isso, os trabalhos e explorações etnográficas mostram as relações entre os aspectos globais promovidos pelo mercado e as práticas locais (espaço-temporais) através das quais os problemas decorrentes do global são resolvidos pelos agentes sociais.

Para falar sobre a noção hegemônica de desenvolvimento utilizo as contribuições de Arturo Escobar (1999). O autor acredita que a criação de organizações internacionais, após a Segunda Guerra Mundial –Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo - e sua crescente expansão em vários níveis, propiciaria a criação de uma “rede eficaz de poder”. Através dela, agentes sociais e comunidades estariam ligados a certos ciclos, não apenas relacionados à uma produção econômica, mas cultural, promovendo desta forma “comportamentos e racionalidades” específicas.

Depois de um processo longo e através de vários processos políticos e econômicos no mundo dirigido e imposto pelas grandes potências nas colônias e nos próprios países, Escobar diz que a noção e imaginário do desenvolvimento foi o resultado do conjunto de relações entre elementos, práticas e instituições, bem como a sistematização dessas relações, isto é, o sentido de desenvolvimento posto tornou-se

¹² “Política e cidadania cristalizam os problemas da vida contemporânea e também emolduraram debates éticos sobre o que significa ser humano hoje (...) As decisões neoliberais criaram novas formas de inclusão, separando alguns cidadãos e criando novos espaços que gozam de benefícios políticos extraordinários e ganhos econômicos”. Tradução livre feita pelo autor.

inquestionável, uma espécie de certeza no imaginário social ou, em poucas palavras, como diria o autor, que a realidade “tinha sido colonizada pelo discurso do desenvolvimento” (Escobar, 1999, p. 35-36).

Finalmente, perceber que caminhos possam ser trilhados para uma desconstrução dos conceitos do desenvolvimento, democracia e cidadania é interessante na medida em que se analisa como são construídos, articulados e interrelacionados com estratos ocultos que os venham a constituir. Estratos ocultos estes que criaram um “reino” de pensamento e ação, ou seja, como um fenômeno cultural e histórico específico, com implicações nos modos de vida das famílias e agentes sociais as quais lhes foram impostas, que acabam por reforçar processos sociais que segregam e marginalizam aqueles grupos que não se encaixam nos modelos pré-estabelecidos.

Objetivos

Geral

Analisar como as comunidades tradicionais da Resex Tauá-Mirim mobilizam-se estrategicamente em defesa dos seus territórios, considerado a especificidade de luta e resistência advindos dos seus meios e modos de vida em contraposição aos modelos e conceitos arbitrários impostos, principalmente modernidade e desenvolvimento.

Específicos

- Analisar como os agentes locais articulam-se criticamente, por meio de suas práticas e modos de vida, às noções arbitrárias postas pelo Estado em relação às perspectivas hegemônicas de desenvolvimento, modernidade e cidadania.
- Identificar e compreender quais as principais estratégias de mobilização das comunidades que compõem a Resex Tauá-Mirim e como tem acontecido a construção de uma rede de resistência social, contra os projetos de desenvolvimento em vias de instalação.
- (Re)conhecer como as atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias destas comunidades articulam-se para uma (re)afirmação identitária, seja como extrativistas, pescadores, pertencentes a comunidades tradicionais, quilombos ou outras formas de autodenominação, tecida pelos próprios agentes locais.

- Refletir como as categorias desenvolvimento, modernidade e cidadania devem ser analisadas passando a considerar o sentido e modelos próprios de representação e meios de vida atribuídos pelos agentes sociais.

Orientação metodológica

Esta tese tem como eixo metodológico central a chamada "pesquisa ativista" (Juris, 2008), entendida como a investigação que é feita com, para e sobre os movimentos sociais. Em linha com esta metodologia, os agentes locais com os quais trabalhei não são considerados como meros informantes ou fontes de dados, mas como parceiros do movimento, colaboradores. Também é importante mencionar que a escolha das/dos agentes sociais locais que foram entrevistadas/entrevistados se deve principalmente a que aquelas e aqueles que são das comunidades que pertencem à Resex Tauá-Mirim, são lideranças comunitárias, de ampla trajetória ou jovens – como o caso de João, jovem de 20 anos com um engajamento notável na defesa do seu território. Dos acadêmicos e ativistas do Movimento em Defesa da Ilha e do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim que foram entrevistados e cujas falas foram transcritas, vários fazem parte do Gedmma. Todas e todos os agentes sociais entrevistados autorizaram a reprodução dos seus depoimentos para enriquecer as análises apresentadas nessa tese.

Assim, as diretrizes da “etnografia militante” (Juris, 2008) foram as guias deste trabalho acadêmico, por isso, nas discussões, reuniões e diversas ações propostas pelas/pelos agentes locais, minha participação foi ativa e contínua, afirmando minha posição política. Em suma, a pesquisa ativista e a etnografia militante envolvem um compromisso com o movimento que é acompanhado com uma participação ativa neste. A intenção desta tese, assim, foi a de realizar um trabalho colaborativo cuja intenção é dirimir os efeitos da pesquisa que, por vezes, criam certo distanciamento entre a figura do pesquisador em relação ao seu “objeto” de estudo, no caso, o interlocutor. Para tanto, destaca-se a contribuição da formação de uma rede de relações sociais com os interlocutores, com a oportunidade de criar laços de amizade, respeito e partilha de conhecimentos da forma que menos possa gerar certa “violência simbólica”, sendo menos invasiva possível.

Em relação a técnicas de coleta de informações, a tese foi baseada em uma abordagem qualitativa de modo a atender seus interesses e objetivos. A coleta de

informação foi possível, principalmente, por meio da “observação participante” (Malinowsky, 1995), entrevistas em profundidade, permanência nas comunidades, no que se convencionou chamar desenvolver um “intensivo trabalho de campo”, por meio dos quais, foi possível tecer diálogos informais e discussões com as e os agentes que vivem nessas comunidades, além de acompanhar o cotidiano e a forma como se mobilizam.

O trabalho de coleta de informações junto às e aos agentes das comunidades, vem acontecendo desde 2018, durante o período de elaboração da minha dissertação, mas, principalmente, desde 2019 quando entrei no doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tirando o período entre março 2020 e junho 2021, em que a pandemia impossibilitou as visitas a campo, o acompanhamento e trabalho nas comunidades foi realizado de forma constante no período fevereiro 2019 a julho 2023, tanto nas próprias comunidades, com visitas para conversar com agentes locais, para participar em reuniões ou aplicar questionários para alguns projetos de pesquisa na região, quanto na cidade de São Luís, participando da Feira da Resex Tauá-Mirim na UFMA ou em protestos, atos e mobilizações em distintas instâncias como a Assembleia Legislativa, Secretaria de Meio Ambiente ou Câmara Municipal, por exemplo.

Por meio desse tipo de abordagem, foi possível coletar informações em primeira mão que permitem analisar os significados, códigos e valores através dos quais as pessoas significam e ressignificam conceitos como desenvolvimento, modernidade e racismo ambiental, assim como entender a importância dada à participação em movimentos ambientalistas e à reivindicação da identidade mobilizada pelas/pelos agentes locais.

Por conta do árduo processo que seria empreender pesquisa nas 12 comunidades que compõem a Resex Tauá-Mirim, durante o período aplicável para a conclusão do programa de doutoramento e, principalmente, pelo contexto pandêmico que impossibilitou visitas a campo durante 2020 e boa parte de 2021, considerei a possibilidade de realizar trabalho de campo em três comunidades da região, recorte que foi discutido com meu orientador durante as sessões de orientação para elaboração dessa tese.

Destaco, pelo contexto social e pelas relações já estabelecidas, que realizei acompanhamento e pesquisa nas comunidades de Taim, Rio dos Cachorros e Cajueiro, todas elas integrantes da Resex Tauá-Mirim. A escolha dessas comunidades se deve ao contato prévio que foi feito com lideranças comunitárias destas comunidades no período

de trabalho de campo realizado, no início do ano de 2018, para conclusão das atividades de pesquisa do mestrado, cujo trabalho final foi defendido na Escuela Nacional de Antropología e Historia, no México. Portanto, os vínculos de amizade e companheirismo já estabelecidos tornaram a proposta de trabalho nessas comunidades mais viável.

As comunidades escolhidas foram tomadas como referência a fim de apontar as estratégias de mobilização, os valores e motivações daquelas/daqueles agentes sociais das comunidades, para reafirmação de sua identidade, defesa de seus territórios e modos de vida, aproximar das reflexões sobre éticas ambientais e linguagens de valoração distintas à hegemônica, bem como para redefinir reflexiva e criticamente daqueles conceitos postos anteriormente como universais –modernidade, desenvolvimento e cidadania – e que serão revisitados a partir da contribuição mobilizadora das/dos agentes sociais locais. Além disso, já em questões mais pessoais, as comunidades escolhidas me lembram muito a aquelas comunidades do México onde comecei minha trajetória acadêmica, onde realizei meu trabalho social e pesquisei/acompanhei o processo em defesa do território [no México, de uma comunidade camponesa contra a instalação de duas usinas termelétricas nos arredores da comunidade] que teve um resultado acadêmico (minha monografia de final de curso de graduação) e muitos outros, os importantes, no plano pessoal. Como pode ser intuído, a eleição da temática de análise e acompanhamento dessa tese, não é nova.

Dessa forma, podemos afirmar que essa proposta específica de territorialização, a Resex, se coloca com grande potencial de se contrapor à necropolítica, ao racismo ambiental, à ética utilitarista e à linguagem de exploração da natureza impulsionada por empresários e políticos de distintos níveis. Como já mencionamos, Tsing (2005, p. 6) afirma que “o atrito pode ser a mosca no nariz dos elefantes” e, no caso específico que acompanhamos neste trabalho, a Resex se propõe sê-lo.

Na sequência, apresento um resumo dos capítulos que compõem essa tese.

Resumo dos capítulos da tese

Capítulo 1 Resex Tauá-Mirim: dignidade e identidade coletiva das comunidades Rio dos Cachorros, Taim e Cajueiro pela sua legalização

O capítulo mostra o movimento das e dos agentes sociais de algumas comunidades que integram a Resex Tauá-Mirim para conseguir sua legalização como um novo movimento social cujo objetivo é a luta pelo reconhecimento da sua forma tradicional de vida e contra as injustiças cometidas no processo.

Baseado nas ideias de Stuart Hall, Anthony Giddens e Norbert Elias, se refletiu sobre as concepções de identidade e sujeito clássicas para, posteriormente, fazer o debate sobre a questão da relação entre indivíduo e sociedade, intentando compreender algumas mudanças centrais na modernidade e problematizar o conflito existente entre setores da população.

Assim, é apresentado um panorama geral das abordagens clássicas sobre os movimentos sociais como a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria do Processo Político (TPP), para finalmente abordar a proposta dos chamados Novos Movimentos Sociais tudo isso seguindo a proposta de Angela Alonso (2009), colocando especial atenção aos aspectos culturais da proposta dos novos movimentos sociais.

Num segundo momento, são problematizados os conceitos “estrutura de oportunidades políticas”, “ação coletiva” e “repertório”, propostos por Tarrow (2009) e que, se bem pertence ao enfoque da TPP, considero que oferece aportes importantes se nosso interesse é colocar a cultura e os processos de construção de “redes de apoio” que, no final, possibilitam a formação de uma identidade coletiva nos agentes sociais locais e apoiadores do movimento pela legalização da Resex Tauá-Mirim.

Finalmente, se retoma a definição de “cultura” proposta por E.P. Thompson (1998) para problematizar as noções de “injustiça”, de Barrington Moore (1987), e as ideias em torno às “lutas pelo reconhecimento”, de Axel Honneth (2003), articulando tais propostas teóricas com o material empírico das mobilizações dos habitantes da Resex e apoiadores do movimento, que foi recopilado durante o período de trabalho de campo especificado acima.

Capítulo 2 Engajamento e movimento socioambiental em São Luís: o capital militante de ativistas do Movimento em Defesa da Ilha

O capítulo coloca em diálogo algumas propostas teóricas com as informações recolhidas a partir das visitas às comunidades da zona rural de São Luís, nas quais foram realizadas entrevistas/conversas com moradoras/es, ativistas e diversas/os acadêmicas/os do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim. Também, nesse capítulo são incluídas e analisadas falas de reuniões, audiências públicas e diversos eventos do movimento no período de fevereiro 2019 a julho 2023.

Nesse capítulo, as reflexões das e dos integrantes do Movimento em Defesa da Ilha, do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim e agentes sociais locais, assim como as minhas próprias, são pensadas e analisadas à luz das propostas de teóricos como Sawicki; Simeant (2011), Matonti; Popeau (2006), Phélippeau (2001), Champagne (1998), Bourdieu (1989) e Offerlé (1998), problematizando diversas noções como campo político, profissionalização da política, engajamento militante, movimento socioambiental, grupos de interesse, capital militante, entre outros.

Desta forma, o capítulo é dividido em quatro seções nas quais são problematizadas as referidas noções, conceitos, fenômenos e processos. A partir de uma base e aproximação antropológica, são incorporadas análises sociológicas e políticas para aprofundar o debate e tecer reflexões com o conjunto da tese.

Capítulo 3 “As nossas comunidades não estão sob ameaça, estão sobre ataque”: capital transnacional contra a natureza, os territórios e populações

Nesse capítulo são apresentados dados geográficos e históricos frisando a importância do Maranhão como parte da Amazônia, destacando sua localização estratégica no fluxo do grande capital internacional. O capítulo foi construído destacando as vozes das e dos agentes sociais locais que, em conversas nas próprias comunidades ou em eventos públicos, permitiram abordar questões sobre a forma de agir dos governos para implementar o desenvolvimento nas comunidades, os objetivos e formas de implantar as políticas públicas neoliberais nos territórios e os efeitos dos grandes empreendimentos desenvolvimentistas na área.

O capítulo, como dito, prioriza a voz das e dos agentes sociais locais, mas apresenta dados oficiais sobre população, IDH, renda e escolaridade por exemplo. O questionamento às políticas públicas desenvolvimentistas é visível, principalmente nas análises realizadas por esses agentes. Se começa a delinear, assim, a disputa de narrativas, lógicas, códigos e linguagens de valoração, fundamentais para compreender a reivindicação pelo direito de existir nessas comunidades.

Capítulo 4 Des-envolvimento, ética ambiental e linguagens de valoração: racismo ambiental como expressão da necropolítica

Nesse capítulo se especificam os conceitos centrais da tese, tais como desenvolvimento, éticas ambientais, linguagens de valoração, racismo ambiental e necropolítica. Da mesma forma, se aborda o processo e movimento pela legalização da Resex Tauá-Mirim como o cenário de disputa de narrativas expressado anteriormente. Se apresentam falas, opiniões e ideias das e dos agentes sociais locais, o que permite realizar a crítica e desconstrução do conceito desenvolvimento, no seu sentido hegemônico.

Capítulo 5 A unidade de conservação como alvo central do conflito socioambiental: o processo de luta pela constituição da Resex Tauá-Mirim

Finalmente, nesse capítulo se apresenta o processo de organização prévia, os embates e dificuldades para constituir a Resex Tauá-Mirim e, principalmente, a importância da sua legalização não só para as comunidades da zona rural de São Luís, mas para a própria cidade e para o Estado do Maranhão.

Por último, se oferecem algumas reflexões para continuar o debate.

Capítulo 1

Resex Tauá-Mirim: dignidade e identidade coletiva das comunidades Rio dos Cachorros, Taim e Cajueiro pela sua legalização

1.1 Identidade coletiva e mudanças na modernidade

O que nos torna quem somos? Nossa identidade depende inteiramente de nossa própria pessoa ou se constrói em relação com a dos outros? Os parâmetros, características e definições para falar da identidade tem sido os mesmos ao longo da história?

Responder essas questões tem implicações que não são poucas nem de pouca importância, já que, ao falar de identidade, colocamos a base para entender como, porque e quais são as circunstâncias que permitem a alguns grupos de pessoas/coletivos se manifestar em oposição à tentativa de imposição de projetos de outros grupos/corporações, os quais têm outros interesses e lógicas que guiam suas ações.

Na obra “A identidade cultural na pós-modernidade”, Hall (1999, p. 7) afirma:

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Mesmo sendo um argumento cuja proposta é essencialista, a ideia das mudanças na modernidade é importante, pois permite descentrar, deslocar e fragmentar (Hall, 1999, p. 8) nossa visão das identidades na atualidade. Para fazer isso, Hall primeiramente analisa as três principais concepções de identidade ligadas às noções do sujeito.

A primeira é aquela que parte do sujeito do Iluminismo, o qual “estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (Hall, 1999, p. 10). Por outra parte, a noção de sujeito sociológico refletia sobre a complexidade do mundo moderno e afirmava que o “núcleo” do sujeito “não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os

valores, sentidos e símbolos (a cultura) dos mundos que ele/ela habitava” (Hall, 1999, p. 11).

Finalmente, Hall (1999, p. 12) afirma que o que acontece na pós-modernidade é o seguinte:

O sujeito (...) está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas (...) O próprio processo de identificação, através do qual nós projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

As reflexões de Anthony Giddens (1991) sobre as mudanças da identidade na modernidade são parecidas às de Hall, daí que Giddens (1991, p. 10-11) afirme:

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança características dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana.

O mais interessante neste momento é colocar a seguinte ideia no centro da análise: a sociedade não é um todo homogêneo, unificado e bem delimitado. Retomando os argumentos de Laclau, Hall (1999) afirma que a sociedade se encontra em constante transformação e é “descentrada”; que se encontra caracterizada pela diferença e está atravessada por múltiplas divisões. Porém, longe de ser características negativas, é preciso entender que “se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial” (Hall, 1999, p. 17).

Refletindo sobre o que é a sociedade, é possível destacar que ao longo da sua obra teórica, Norbert Elias (1994) propõe desconstruir noções que ele entende como substancializadas, tais como a suposta oposição indivíduo-sociedade. Colocando como base a ideia de que não há teoria nem método único e manifestando sua oposição ao pensamento racionalista, busca entender a dimensão social e excluir qualquer pano de fundo normativo que sirva como base à teoria social.

Na obra “A sociedade dos indivíduos”, Elias (1994) começa se perguntando, o que é a sociedade? Sua resposta é simples e nos leva a entender a sociedade como “uma

porção de pessoas juntas”, a qual funciona pelo fato de que muitas pessoas, de forma isolada, querem e fazem certas coisas “no entanto, sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa particular” (Elias, 1994, p. 13).

Ao refletir sobre a sociedade e os grupos dentro dela, é impossível não parar para pensar nos conflitos entre os grupos ou, inclusive, entre indivíduos do mesmo grupo. Nesse sentido, Elias (1994, p.17) nos convida a pensar:

só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito. A dificuldade parece estar em que, nas ordens sociais que se nos apresentam, uma das duas coisas sempre leva a pior.

Como apresentado na terceira seção do presente capítulo, a realidade constantemente nos mostra como em contextos locais acontecem conflitos entre setores da sociedade ou, também, diferenças entre pessoas da mesma comunidade a respeito de certo tema que afeta o conjunto; sendo evidente a necessidade de aprofundar nos estudos das ciências sociais para dar conta das dinâmicas de mudanças de identidade, formação de novos movimentos sociais e conflitos pela disputa de diversas formas de entender e ser no mundo.

1.2 Repensando os movimentos sociais. Novas abordagens teóricas

Injustiça, indignação, revolta, conflitos e lutas. Ao longo da história, populações do mundo todo têm entrado em disputa. Às vezes contra outras nações, setores ou coletivos na defesa da sua soberania ou procurando conquistar sua independência; mas outras, com membros da mesma sociedade à qual pertencem. Quais são as razões disso acontecer?

Diversos teóricos sociais têm estudado os protestos, manifestações e revoltas de diversos coletivos tentando encontrar generalidades ou, no mínimo, explicações sobre os motivos por trás delas. Assim, surgem perguntas como: O que faz as pessoas se manifestarem publicamente contra injustiças? Quais são as bases sociais e éticas dos

protestos? Quais são as razões que levam as pessoas a tomar uma causa como própria e participar ativamente nela?

É preciso esclarecer que não é qualquer protesto ou revolta que se pode considerar como um movimento social. Como esclarece Angela Alonso (2009) no artigo “As teorias dos movimentos sociais. Um balanço do debate”, no começo deste século tem acontecido mudanças importantes nas características das mobilizações coletivas, as quais “ganharam escala global, caráter violento e se concentraram em bandeiras identitárias” (Alonso, 2009, p. 49), sendo preciso uma revisão das interpretações dos teóricos dos movimentos sociais.

A década dos 60 do século passado foi chave na reformulação das perspectivas de análise dos movimentos sociais. A partir dos seus estudos, Angela Alonso (2009, p. 49) conclui que o termo “movimentos sociais” foi cunhado baseado no quadro dos anos 1960 no Ocidente “para designar multidões bradando por mudanças pacíficas (...) desinteressadas do poder do Estado”.

Durante as décadas dos 30 aos 60 do século passado, a teoria da mobilização política colocou no centro da explicação dos movimentos sociais a cultura, sendo essa a “chave explicativa” na correlação entre duas estruturas: da personalidade e da sociedade. Advinda do contexto posterior à segunda guerra mundial e com a instauração da sociedade de massas, as explicações apontavam a pessoas extremadamente individualistas e com o único propósito de satisfazer suas próprias necessidades, motivo pelo qual “a explicação tinha pilares psicossociais, amparando-se em emoções coletivas, e tom sombrio, ressoando o contexto de avanço dos regimes totalitários” (Alonso, 2009, p. 50).

A década dos 60 trouxe uma reformulação dessa teoria, já que tanto na Europa como nos Estados Unidos aconteceram mobilizações muito importantes. Longe de ter como base à classe social, as mobilizações encontraram nas reivindicações étnicas, de gênero e estilos de vida, suas fontes mais fortes e fecundas. Assim, movimentos pela defesa de direitos civis, o ambientalismo ou o feminismo mostraram que seu objetivo não era a tomada do poder do Estado, mas reivindicações por outras formas de entender e se entender no mundo, com outras bases éticas, códigos de conduta e, principalmente, reivindicações do direito de existir com características específicas distintas à hegemônica,

evidenciando que esses movimentos “não cabiam bem em nenhum dos dois grandes sistemas teóricos do século XX, o marxismo e o funcionalismo” (Alonso, 2009, p. 51).

Jovens, mulheres e estudantes, sobretudo da classe média, reivindicaram a defesa de estilos de vida com qualidade e a afirmação de uma diversidade de estilos para vivê-la. Segundo Alonso (2009), as demandas “pós-materiais”, como foram chamadas por Inglehart, vieram acompanhadas por formas alternativas de ação política direta e por exigências de mudanças nos padrões da sociedade e da cultura, demandas “a serem logradas pela persuasão, isto é, léguas longe da ideia de tomada do poder de Estado por revolução armada” (Alonso, 2009, p. 51). Com o surgimento de um novo fenômeno, foi preciso criar novas explicações para compreender as sociedades.

Ainda segundo Alonso (2009) a primeira delas foi a chamada “Teoria de Mobilização de Recursos” (TMR), proposta por Mc Carthy e Zald. A proposta argumentava outra resposta, bem distinta, das explicações das mobilizações coletivas: a racionalidade das mesmas. Assim, “contra o funcionalismo, defenderam que, longe de expressão caótica de insatisfações individuais não canalizadas pelas instituições, movimentos, como o por direitos civis nos Estados Unidos, tinham sentido e organização” e, criticando ao marxismo, “argumentaram que descontentamentos e motivos para a mobilização, sejam eles privações materiais ou interesses de classe, sempre existem, o que os tornariam inócuos para explicar a formação de mobilizações econômicas”, dessa forma, “mais importante que identificar as razões seria explicar o processo de mobilização” dos protestos (Alonso, 2009, p. 51-52).

A TMR, em suma, propunha o seguinte:

A ação coletiva só se viabilizaria na presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização, isto é, da coordenação entre indivíduos de outro modo avulsos. A criação de associações ou, mais comumente, o uso de estruturas comunitárias preexistentes, daria a base organizacional para os movimentos sociais (Alonso, 2009, p. 52).



Imagem 1. Arquivo Gedmma. Mobilização de apoiadoras/es e integrantes do Movimento em Defesa da Ilha e do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim. 24 julho 2021.

As críticas a essa proposta não demoraram a aparecer, já que “avalia os movimentos sociais igualando-os a um fenômeno social como outro qualquer” (Alonso, 2009, p. 53). Ao privilegiar a racionalidade, negou importância a aspectos centrais da cultura, tais como os valores ou ideologias, focando unicamente no aspecto racional das ações coletivas. Pelo enfoque, outra crítica importante foi o fato de desconsiderar a existência de agentes coletivos, já que pressupõe atores individuais, além de fazer análises conjunturais e não ligar os movimentos concretos a dinâmicas macro ou de alcance maior.

Por outra parte, a Teoria do Processo Político (TPP) focou sua atenção à construção de explicações não deterministas nem economicistas, construindo explicações macro-históricas e combinando política e cultura nas suas análises. Entre seus principais teóricos, Alonso (2009, p. 54) menciona Sidney Tarrow e Charles Tilly, sendo este último quem “construiu uma sociologia política histórica, que combina tradições e cuja ambição é identificar os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente, por meio da comparação entre casos”.

Tarrow propõe o conceito “estrutura de oportunidades políticas” (EOP) para compreender o parâmetro político que influencia a oportunidade de aparecer, se manter ou terminar das ações coletivas e dos movimentos sociais. Em resumo, “nas dimensões

formais e informais do ambiente político, se abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da *polity*” (Alonso, 2009, p. 55).

No trabalho apresentado nesta tese, a TPP permite compreender que:

a coordenação dentre os potenciais ativistas é crucial para produzir um ator coletivo, mas os agentes coletivos não são preexistentes; eles se formam por contraste durante o próprio processo contencioso (...) A coordenação depende de solidariedade, produto de *catnet*, isto é, da combinação entre o pertencimento a uma categoria (*catness*) e a densidade das redes interpessoais vinculando os membros do grupo entre si (*netness*) (Alonso, 2009, p. 55).

Para além da importância da solidariedade, a proposta precisa de “estruturas de mobilização”, quer dizer, de recursos formais e informais que favoreçam a organização, tais como organizações civis e redes sociais. Assim, para a TPP, é preciso tanto a solidariedade quanto o controle coletivo de recursos para a ação, sendo importante mencionar que tudo isso “só configura um movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis” (Alonso, 2009, p. 55).

Um outro ponto importante dessa teoria é o fato de que tenta superar a ideia do Estado e da sociedade como entidades monolíticas, sólidas e perfeitamente integradas, definindo os movimentos sociais não como contra o Estado, mas como uma luta entre “detentores do poder” e “desafiantes”, os quais procuram ter influência sobre o governo na procura pelo controle de recursos controlados por membros da *polity*. Assim, a TPP entende aos movimentos sociais como uma “interação contenciosa” que “envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder” (Alonso, 2009, p. 56), ou seja, um confronto de linguagens de valoração, princípios éticos e formas de entender e defender o direito de existir como grupos sociais específicos.

Na mesma TPP, um outro conceito de grande importância é o “repertório”, que pode ser definido como:

Um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha [razão pela qual] os agentes, em meio ao processo de luta, escolheriam dentre as maneiras convencionalizadas de interação presentes no repertório aquelas mais adequadas à expressão de seus propósitos (Alonso, 2009, p. 58).

Se a TPP outorgou mais peso à cultura na explicação da ação coletiva e dos movimentos sociais em comparação com a TMR, é com a chegada da teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) que podemos afirmar que há “uma interpretação

efetivamente cultural” para os movimentos sociais (Alonso, 2009, p. 59). Com esse enfoque, podemos citar autores como Alberto Melucci, Alain Touraine ou Jürgen Habermas que não constituíram uma escola como tal, mas que têm sim similitudes nas suas propostas tais como criticar a ortodoxia marxista, manter afinidade com os enquadramentos macrohistóricos e afirmar que no percurso do século XX aconteceu uma mudança na “natureza do capitalismo”.

Com as mudanças na sociedade capitalista, cujo centro deixou de ser a produção industrial e o trabalho, apareceram novos agentes nas mobilizações coletivas, os quais defenderam novas agendas, temas e reivindicações pelas quais lutar. Segundo Alonso (2009, p. 60), Touraine afirma que após a década dos 1960 aconteceu uma reconfiguração na sociedade, na qual, o trabalho e a indústria deixaram de ter a centralidade de antes. Assim, o autor fala de uma “sociedade pós-industrial” na qual “a dominação teria se tornado eminentemente cultural”, fazendo que os conflitos se trasladassem para a esfera privada.

Os NMS, então, seriam a expressão de novas formas de vida e os novos sujeitos membros de grupos marginais ou minorias excluídas, como a população LGBTQIA+, mulheres, negros ou indígenas. Longe de tentar combater ao Estado, os novos movimentos sociais “seriam agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil” (Alonso, 2009, p. 61), aparecendo e se mostrando como novos agentes coletivos e, principalmente, como portadores de outros projetos culturais.

Citando a Habermas, Alonso (2009) afirma que as mudanças no capitalismo trouxeram um duplo processo. De um lado, a expansão da monetarização para todas as relações sociais e, pelo outro, a burocratização, que “minaria as formas tradicionais de interação”, o que provocou uma “colonização do mundo da vida” pela esfera da economia (Alonso, 2009, p. 61). Nesse sentido, Alonso (2009, p. 63) afirma:

Os novos movimentos sociais defenderiam formas autogestionárias, novos modelos participatórios e a criação de “contrainstituições”, protegidas da influência dos partidos de massa, da indústria cultural e da mídia, nas quais a comunicação livre fosse possível. Fariam, então, uma “política expressiva”, desvinculada de qualquer demanda por bens ou cargos políticos, e voltada para a afirmação de identidades e para a preservação da autonomia e de formas de vida sob ameaça da racionalização sistêmica levada a cabo pelo Estado e pelo mercado (O sublinhado é meu).

Já nos anos 80 do século XX, o conflito deslocou-se do mundo laboral para o corpo convertido em objeto científico – com expressões concretas em movimentos de mulheres, ambientalistas e população LGBTQIA+, ou melhor, para movimentos com formas religiosas com exemplos tais como diversos tipos de integralismo (Alonso, 2009, p. 64). Como Alonso (2009, p. 64) afirma, as análises de Melucci podem ser resumidas na seguinte afirmação:

Os novos movimentos sociais seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações “pós-materialistas”, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas.

Os aportes de Melucci são centrais, já que se afastou tanto das explicações psicológicas quanto das macro-explicações, formulando a seguinte pergunta: Como um ator coletivo é formado ou quais relações e processos levam os indivíduos a se envolverem coletivamente numa ação política?”.

Para encerrar este tópico do capítulo, é preciso dizer que nessa linha argumentativa:

Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida [de uma reivindicação específica atrelada ao direito de existir]. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada (...) almejando mudanças culturais no longo prazo (Alonso, 2009, p. 67).

O movimento pela legalização da Resex Tauá-Mirim, como analisado em essa tese, se apresenta como um exemplo dos chamados novos movimentos sociais, sendo um movimento que se coloca no centro de uma disputa de códigos simbólicos, de linguagens de valoração e práticas específicas de relação com a natureza; de confronto direto pelo controle territorial de uma zona com grande interesse transnacional; e que expressa o direito de existir da população dessa região. Nesse ponto da tese, é importante apresentar visualmente a área da Resex Tauá-Mirim, para compreendermos melhor o decorrer do trabalho apresentado nesta tese.



Imagem 2. Google Earth. No mapa da imagem acima, se delimita com a cor vermelha a área da Resex Tauá-Mirim. Arquivo Gedmma.

1.3 Estrutura de oportunidades políticas, ação coletiva, repertório, confronto político e movimentos sociais

Como colocado acima, Sidney Tarrow (2009), representante da TPP, aporta conceitos importantes para categorizar os confrontos políticos e diferenciá-los dos movimentos sociais. Como ele coloca, primeiro é importante saber que:

O confronto político ocorre quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores. Tais confrontos remontam ao início da história. Mas prepará-los, coordená-los e mantê-los contra opositores poderosos é a contribuição singular dos movimentos sociais (Tarrow, 2009, p. 18).

Para esclarecer a diferença entre confronto político e movimentos sociais, na obra “O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político”, Tarrow (2009, p. 38) diz:

as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por

outros, em ciclos mais amplos de confronto (...) Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade (...) então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores - especificamente em movimentos sociais.

Assim, os movimentos sociais “são aquelas sequências de confrontos políticos baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos” (Tarrow, 2009, p. 18).

Um ponto central na sua abordagem é mencionar que a ação coletiva de confronto é o ato irredutível que está na base de todos os movimentos sociais, protestos, confrontos e revoluções, por isso estabelece:

a ação coletiva torna-se de confronto quando é empregada por pessoas que não tem acesso regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia os outros ou às autoridades. A ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou estados poderosos (Tarrow, 2009, p. 19).

Então, quando surge a possibilidade de um confronto político que possa derivar em um movimento social? Para compreender o surgimento de confrontos políticos que possam se transformar em movimentos sociais, precisamos entender o conceito “estrutura de oportunidades políticas” (EOP). Nas suas palavras, Tarrow (2009, p. 39) propõe entender a EOP como “um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades e, por tanto, a movimentos sociais”. Assim, é possível resumir a proposta de Tarrow (2009, p. 43) da seguinte maneira:

O confronto se cristaliza em movimento social quando ele toca em redes sociais e estruturas conectivas embutidas e produz quadros interpretativos de ação coletiva e identidades de apoio capazes de sustentar o confronto com oponentes poderosos (...). Os repertórios de confronto, redes sociais e quadros culturais diminuem os custos de atrair pessoas para a ação coletiva, produz confiança de que não estão sozinhos e dá um sentido mais amplo às suas reivindicações.

Com Tarrow, compreendemos que “o repertório é um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito como outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam” (Tarrow, 2009, p. 51). Em síntese, “os repertórios não são

simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores” (Mc Adam; Tarrow; Tilly, 2009, p. 24).

As mudanças nos repertórios acontecem lentamente e podem ser consideradas como pontos chave nos ciclos de confronto. Assim, é importante esclarecer que “dentro de um mesmo ciclo, temas, símbolos e inovações táticas de ações individuais e grupais influenciam uns aos outros” (Mc Adam; Tarrow; Tilly, 2009, p. 26).

Tarrow (2009) defende que confrontar não é o único objetivo dos movimentos sociais, mas sim organizar, elaborar ideologias, socializar e mobilizar seus membros, motivo pelo qual estes se engajam em na construção de identidades coletivas.

Tarrow (2009, p. 99) afirma:

O confronto é muito mais relacionado a oportunidades de ação coletiva - e limitado por restrições a ela - do que por fatores sociais e econômicos persistentes e experimentados pelas pessoas. O confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para escapar da submissão e encontra oportunidades para usá-los. Ele também aumenta quando as pessoas se sentem ameaçadas por custos que não podem arcar ou que ofendem o seu senso de justiça.

O autor enumera algumas situações nas quais é mais fácil para os desafiantes apresentarem suas reivindicações. Por exemplo, abre-se o acesso institucional quando surgem divisões nas elites, quando a capacidade de repressão do Estado declina ou quando os aliados se tornam disponíveis. Assim quando esses fatores se combinam, é possível o surgimento de episódios de confronto político.

Tarrow (2009, p. 138) também propõe compreender a existência de três tipos básicos de ação coletiva e sua inter-relação:

O repertório de confronto oferece três tipos básicos de ação coletiva: violência, ruptura e convenção. Eles combinam, em graus diversos, as propriedades do desafio, da incerteza e da solidariedade. A violência é a forma mais fácil de ser iniciada, mas em circunstâncias normais é limitada a pequenos grupos com poucos recursos que querem produzir prejuízos e arriscar-se à repressão. A convenção tem a vantagem de criar rotinas que as pessoas entendem e que as elites irão aceitar ou até facilitar (e) a terceira forma, a ruptura, quebra a rotina, espanta espectadores e deixa as elites desorientadas, ao menos por um tempo.

Para encerrar este tópico e começar a focar sobre aspectos culturais dos movimentos sociais, é preciso comentar que Tarrow (2009) fala sobre o poder do simbolismo na ação coletiva. Assim, o autor afirma que os confrontos políticos e os movimentos sociais requerem a intervenção de agentes concretos para se tornar quadros

de ação coletiva; que em nenhum lugar a cultura política herdada serviu para explicar quais símbolos dignificariam e dariam vitalidade à ação coletiva e quais não; e que, por esse motivo, é só na luta em que as pessoas descobrem os valores que compartilham e o que as separa.

Nesse sentido:

Os símbolos da ação coletiva se instalam através de dois processos principais: a longo prazo, eles entram na consciência das pessoas através de um processo capilar de formação de consenso e mobilização; num prazo mais curto, eles afetam as pessoas através das transformações realizadas pela própria ação coletiva (Tarrow, 2009, p. 147).

Tarrow (2009, p. 209) afirma que, às vezes, o “sucesso” para diversos movimentos é o estabelecimento de uma identidade coletiva, mais do que conquistar sucesso político, razão pela qual o autor entende os movimentos como processos enriquecedores num sentido psicológico (oferecendo uma disposição a assumir riscos) quanto num sentido político dando acesso a novas habilidades e a perspectivas ampliadas.

Mesmo que as teorias clássicas da ação coletiva possam avaliar a anterior afirmação como um erro, considero que, como vai ser apresentado abaixo, a proposta faz total sentido se tomamos em consideração a experiência concreta dos moradores das comunidades que estão lutando pela legalização da Resex Tauá-Mirim, seu movimento social e a conformação da sua identidade coletiva no percurso mesmo do movimento.

1.4 A importância do enfoque cultural, o sentido de “injustiça” e “lutas pelo reconhecimento” no movimento pela legalização da Resex Tauá-Mirim

Ao analisar populações marginalizadas, constante e historicamente atingidas pelas classes dominantes e pelas elites no poder como empresários e outros agentes com forte influência nos processos políticos e econômicos, é comum procurar explicações históricas, sociológicas e antropológicas para tentar explicar as ações de resistência e as demandas dessas populações. Mas, para isso, é fundamental realizar essa análise lembrando que:

a densidade do presente em que vivemos, vista a partir da Amazônia, revela como aquilo que sempre foi considerado marginal e secundário na dinâmica de acumulação, ou seja, as fronteiras para onde o capitalismo se desloca são

estruturantes e permanentes em uma dinâmica econômica que não funciona sem autoritarismo e violência, como uma máquina de destruição de territórios de vida (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 54).

Mesmo que sua análise se encontre baseada nos hábitos dos setores populares britânicos do século XVIII, os aportes de E. P. Thompson (1998) são centrais para compreender algumas mobilizações contemporâneas já que, e com o principal objetivo de apresentar e explicar o conceito “economia moral”, o autor de “Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional”, define a cultura da seguinte forma:

Um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa (...) assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (Thompson, 1998, p. 17).

Por que falar de uma aldeia de elementos conflitivos e de contradições sociais e culturais dentro do conjunto? Aprofundar na análise do que acontece em um local concreto pode ser esclarecedor nesse sentido.

Colocar no centro da problemática a questão cultural, tal e qual os autores da teoria dos NMS fazem, permite superar tradições teóricas explicativas clássicas nas quais, desde um sentido estrito, não poderíamos categorizar a ação coletiva dos agentes das comunidades da Resex Tauá-Mirim como um movimento social, já que carecem de características centrais para defini-lo como tal. Para confrontar essa ideia, algumas notas etnográficas.

Colocando uma rede de pesca na frente do Palácio dos Leões, sede do Governo estadual na noite do dia 11 de agosto de 2018, um grupo de moradores de Cajueiro começou uma manifestação. “Vai pescar agora?” Perguntaram para um morador, recebendo como resposta “Se o governo não quer que pesquemos lá na nossa praia, se quer nos tirar daí, então eu vou ter que vir aqui para pescar e tirar meu sustento” (anotações no caderno de campo, realizadas em 11/08/2018). Pescadores tradicionais e camponeses colocando em cena sua forma de conceber o mundo, de se entender nele. Movimento para tomar o poder? Nada disso. Expressão de uma outra forma de ser, de outros objetivos, de uma reivindicação da cultura e as atividades laborais. Defesa de um direito de existir.

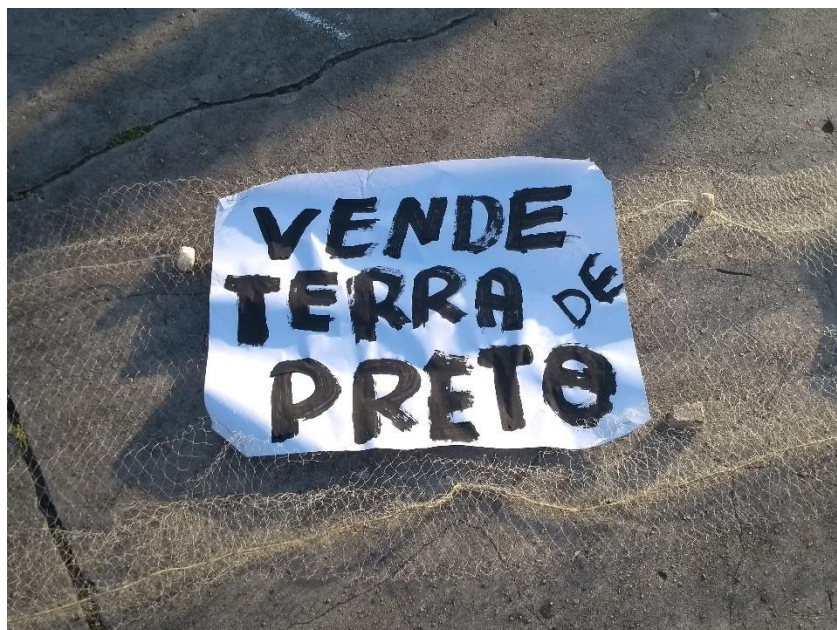


Imagem 3. Fotografia pessoal tirada em frente do Palacio dos Leões durante o protesto. 11 agosto 2018

O simbolismo por trás desse ato é forte, assim como muitos outros realizados pelos moradores e apoiadores do movimento nos protestos, assembleias, palestras, ocupações de prédios ou outras mobilizações. Baseado nos estudos de Thompson (1998, p. 21), uma possível explicação da importância da cultura seria a seguinte:

Quando atentamos para o simbolismo do protesto [podemos perceber que] os problemas são diferentes, e possivelmente mais agudos, porque o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo (“necessidades”), às inovações técnicas ou à racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização familiar dos “papéis produtivos”.

Na porta de sua própria casa, conversando enquanto prepara o almoço, o senhor Davi Sá afirma “Eu não quero trabalho, eu já tenho trabalho: meu trabalho é pescar, fazer a roça, viver na natureza é o que eu sei e quero fazer. Não quero ser um empregado. Então se perguntam para mim, não, não quero esse emprego que estão oferecendo não” (Entrevista realizada com Davi Sá¹³, em 15 maio 2019). “É o que meus pais me ensinaram, sei pegar uma manga no quintal, macaxeira, quiabo, caju, e o que sei fazer e o que quero que meus filhos façam aqui”, comenta uma senhora da região.

Os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas

¹³ Davi Sá é uma liderança da comunidade do Cajueiro. Mora na comunidade há mais de 60 anos e tem participado como presidente da União de Moradores Bom Jesus do Cajueiro. É integrante ativo do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim.

realidades, nem as re-expressem. Os costumes podem fornecer o contexto em que as pessoas talvez façam o que seria mais difícil de fazer de modo direto (...) eles podem preservar as necessidades da ação coletiva, do ajuste coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e domínio dos que deles co-participam (Thompson, 1998, p. 22).

Para defender que a zona rural de São Luís seja uma área com “vocação industrial”, representantes do Governo do Estado de Maranhão costumam afirmar que é “uma zona de exportação” ou que se encontra numa “zona estratégica de desenvolvimento para o Brasil”. Nesse processo de construção de lógicas, sentidos e discursos sobre o desenvolvimento na região, é importante lembrar, como afirma Elena Damasceno¹⁴ (2016, p. 200), que

A alteração do plano diretor de São Luís é uma estratégia utilizada pelos empreendedores, políticos e detentores do “grande capital” para legitimar a falácia da “vocação industrial” da Ilha do Maranhão e conseqüentemente expropriar a terra e local onde mant m o modo de vida centenas de pessoas consideradas populações tradicionais.

Dessa forma, podemos analisar que as autoridades d o classificações diferentes para áreas específicas da comunidade e tratam Cajueiro como se o impacto do empreendimento fosse apenas em Cajueiro, quando a verdade seria na zona rural, em todo São Luís e, inclusive, no Maranhão todo.

¹⁴ Para uma revisão mais aprofundada do contexto do processo de organização prévio, de criação e autodeclaração da Resex Tauá-Mirim, bem como das implicações das tentativas de alteração do Plano diretor da cidade de São Luís, recomenda-se a leitura da tese “A RESEX DE TAUÁ-MIRIM E SEUS RIZOMAS: um trabalho de construção coletiva e etnografia do processo”, da autora citada aqui e referenciada nas Referências no final da tese. Nesse mesmo sentido, recomenda-se também fortemente a leitura do “Relatório Socioantropológico” elaborado pelo Gedmma (2014), citado também no final desta tese.



Imagens 4 e 5. Fotografias pessoais. Casa de farinha, comunidade Portinho, Resex Tauá-Mirim. 31 maio 2023.

Na análise realizada na presente tese, entendemos que entram em disputa códigos diferentes para entender a relação com a natureza, o trabalho, as atividades econômicas e é assim que o papel das secretarias de estado nestes problemas pode ser entendido. Assim, com essas ações de empresários e integrantes da classe política local e regional as quais atingem aos moradores, chega também o sentimento de injustiça, atrelado à sensação de um ataque direto ao direito de existir dessas populações.

Para entender esses ataques ao direito de existir das comunidades tradicionais, camponesas, ribeirinhas, quilombolas, Ailton Krenak (2019, p. 21) nos ajuda a não esquecer que:

O que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais sempre recorrendo a práticas desumanas para promover mudanças em formas de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros, é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza.

Esses ataques, não só aos povos indígenas, aos chamados “índios” por parte de alguns setores da sociedade, também são ataques, violências, narrativas construídas contra diversas populações marginalizadas citadas acima, as quais praticam, defendem, transmitem e vivem com uma ética ambiental e linguagens de valoração não hegemônicas, de respeito e convívio com a natureza. Sofrer esses ataques, ver ameaçada e comprometida a própria existência não só individual, mas coletiva, sofrer na pele, nos corpos/territórios esses processos de necropolítica, o racismo ambiental, provocam a

sensação de uma injustiça, principalmente pela negação da possibilidade do direito de existir como coletividades humanas específicas.

Na obra “Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta”, Barrington Moore Jr. (1987) explica que seu objetivo é mostrar como gente de baixo da escala social sente respeito por sua vida própria e como explica sua condição. Nas palavras de Moore Jr. (1987, p. 9), “é um livro que interroga por que as pessoas aceitam amiúde a condição de vítimas de suas sociedades enquanto, em outras ocasiões, elas se tornam tão iradas e buscam, com energia e paixão, fazer alguma coisa para mudar suas condições”.

Na tentativa de decifrar elementos centrais e comuns em relação aos sentimentos de injustiça, Moore Jr. intenta oferecer exemplos de diversas sociedades humanas procurando encontrar “variações extremas” das concepções sobre injustiça. A obra é uma tentativa de descobrir mecanismos psicológicos e sociológicos dos sentidos de injustiça, considerando também dimensões históricas.

Além de ressaltar os aportes teóricos e metodológicos da obra, é interessante retomar sua noção sobre as normas e como influenciam na percepção, por parte das pessoas, de que uma ação é justa ou injusta desde o ponto de vista das normas sociais. Podemos acrescentar, que o sentimento de injustiça acontece quando o direito de existir dos grupos é violentado, quando as linguagens de valoração são muito distintas e quando existe um confronto de narrativas sobre a forma de ser e se relacionar com o entorno quando grupos externos tentam impor uma dinâmica específica nos próprios territórios habitados pelos agentes sociais locais.

De forma resumida, Moore Jr. (1987, p. 21) expressa a situação da seguinte forma:

as normas sociais e sua violação são componentes cruciais na ira moral e no sentido de injustiça. Em essência, é a ira diante da ofensa o que uma pessoa sente quando outra viola uma norma social (...) um indivíduo pode estar irado porque sente que a norma vigente é ela própria errada, e que é preciso implantar outra. Na vida real tais situações assumem, com frequência, a forma de desacordos sobre o que a norma é realmente. Sem normas a governar a conduta social não haveria um fato como a indignação moral ou um sentimento de injustiça. Da mesma maneira, a consciência da injustiça social seria impossível se os seres humanos pudessem ser convencidos a aceitar toda e qualquer norma.

“Nós temos aqui décadas, eu desde pequeno cresci aqui. É injusto que o governo queira tirar nos daqui”, expressa Davi Sá na frente da sua, durante uma conversa no

próprio Cajueiro. O trabalho de campo realizado na Zona Rural de São Luís ao longo desses anos permite identificar toda uma série de diferenças na aplicação da justiça, a violação dos direitos humanos e ambientais dos moradores da área da Resex Tauá-Mirim, pois como expressa o senhor Davi Sá (entrevista realizada com Davi Sá, em 15 de maio de 2019) a respeito de autoridades, empresários e órgãos de governo "eles nos tratam como cidadãos de segunda ou terceira classe, eles não respeitam os nossos direitos porque somos pobres, camponeses e pescadores. Não valemos o mesmo porque somos negros, eles nos tratam como se não fossemos pessoas”.

Assim como em muitas outras partes do mundo, para a Zona Rural de São Luís a justificativa das autoridades e dos “representantes populares” é de que as obras trariam desenvolvimento para as comunidades. Quando os modelos de desenvolvimento impulsionados pelas políticas públicas foram questionados, esses agentes sociais apelaram para a falta de respeito pela sua maneira tradicional de tomar decisões, realizadas por meio de assembleias comunitárias nas quais são tomadas decisões coletivas. Estes, entre outros, foram alguns dos motivos para os moradores começarem a ter um sentimento de injustiça com respeito à situação que estão vivenciando.



Imagem 6. Fotografia pessoal durante visita à comunidade de Cajueiro, visualizando a devastação provocada na comunidade pela empresa que pretende construir um porto aí. 18 agosto 2018.

Ao longo dos últimos anos, as comunidades que integram a Resex Tauá-Mirim têm sofrido inúmeras situações de assédio, abuso e violação de direitos humanos e ambientais no referente à instalação e construção do porto na comunidade do Cajueiro. Situações como o desmatamento, ameaças a lideranças e apoiadores do Movimento em Defesa da Ilha (que será explicado no capítulo 2) e integrantes do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim e a violação de regulamentos judiciais, ambientais e de direitos humanos foram documentadas ao longo desses anos (2018-2023), tanto pelo Gedmma como por entidades e ONGs que integram o Movimento em Defesa da Ilha e o Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim.

Nas análises de Moore Jr., pode-se dizer que existem três elementos chave ao falar de “necessidade social”. O primeiro é que existe uma noção de causalidade que expressa que “alguma coisa muito desagradável está destinada a ocorrer no futuro se a necessidade não for atendida” (Moore Jr., 1987, p. 28). No caso, poderíamos pensar no argumento do governo em relação à necessidade de implementar o projeto pensando no desenvolvimento de São Luís, ou inclusive do país – tirando o fato de que, analisando os fluxos internacionais da economia na atual etapa neoliberal e as atividades das corporações transnacionais, os ganhos do projeto muito provavelmente não irão ficar no Brasil.

Pensando nisso, é pertinente mencionar os outros dois elementos que Moore Jr. (1987, p. 28) aponta ao mencionar as necessidades sociais e pensar como podem provocar conflitos sociais e levar à ação coletiva:

Uma maneira de atender à necessidade pode satisfazer a um grupo na sociedade, e outra maneira satisfará a outro. Ambos provavelmente reivindicarão que a sua forma atende à necessidade “real” da sociedade em seu conjunto (...) Finalmente, se um pesquisador continuar a insistir na questão sobre o “porquê” dessa necessidade ou imperativo particular existir para tal grupo ou sociedade específicos, a pergunta deverá em algum ponto comportar um julgamento ético.

A ocupação da frente do Palácio dos Leões na tarde do domingo 11 de agosto de 2019 foi outro exemplo da articulação dos moradores com o grupo de apoiadores de movimento em oposição à instalação do porto no Cajueiro. A rede de apoio mostrou-se fortalecida com o lanche coletivo oferecido por apoiadores do movimento, que permitiu que professores, ativistas, advogados, artistas, estudantes e moradores da zona rural de São Luís passassem a noite frente ao Palácio.



Imagem 7. Fotografia de Lícia Santos da ocupação em frente do Palacio dos Leões. 11 agosto 2019.

Se nos questionamos sobre quais são algumas das razões que levaram a conformar essa rede de indignação contra a instalação desse porto, a obra de Axel Honneth (2003) “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais” oferece algumas ideias interessantes. Nela, o autor estabelece o seguinte:

são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades (Honneth, 2003, p. 156).

A intenção de Honneth (2003) é identificar conflitos que surgem de experiências de desrespeito social ou de ataques coletivos ou individuais às identidades capazes de provocar ações que busquem reestabelecer relações de reconhecimento mútuo. O autor identifica nas relações de reconhecimento três esferas distintas e interligadas. A primeira delas é a esfera emotiva, a qual “permite ao indivíduo uma confiança em si mesmo, indispensável para os seus projetos de auto-realização pessoal”; a esfera da estima social, na qual “esses projetos podem ser objeto de um respeito solidário” e, finalmente; a esfera jurídico-moral “em que a pessoa individual é reconhecida como autônoma e moralmente imputável, desenvolvendo assim uma relação de auto-respeito” (Honneth, 2003, p. 18).

Na segunda-feira, dia 12 de agosto de 2019, aconteceram situações que permitem entender o movimento contra o porto desde a perspectiva dos aportes dos autores citados. Enquanto esperavam uma resposta oficial por parte de governo, já que os moradores afirmaram que não sairiam da frente do Palácio dos Leões até receber uma explicação de porque o desmatamento continuava no Cajueiro e, especialmente, exigir a suspensão das obras, os moradores receberam a notícia de que, nesse momento, estavam sendo derrubadas, de forma ilegal, suas casas na comunidade.

As irregularidades, que já eram muitas, continuaram se acumulando, já que, por lei, as ordens de reintegração de posse devem ser notificadas no mínimo com 48 horas de antecedência, o qual, obviamente, não aconteceu. “Que que eu faço? Estão destruindo minha casa agora! Onde que eu vou morar?”, expressou uma idosa, moradora do Cajueiro, na frente do Palácio (Anotação no caderno de campo, 12/08/2019). Companheiros, moradores e ativistas que acudiram a Cajueiro nesse momento só conseguem falar uma coisa a respeito do acionamento da polícia e da maneira como foi feita a reintegração de posse: “foi indignante”, um abuso, foi “desumano”. Na ocasião, uma mulher grávida recebeu gás pimenta nos olhos¹⁵. Outras pessoas choravam de raiva e tristeza enquanto suas casas eram derrubadas.

Honneth (2003, p. 274) afirma que:

As formas de reconhecimento do amor, do direito e da solidariedade formam dispositivos de proteção intersubjetivos que asseguram as condições da liberdade externa e interna, das quais depende o processo de uma articulação e de uma realização espontânea de metas individuais de vida.

A violação e ataque de alguma dessas três formas de reconhecimento (amor, direito e solidariedade), o que permite começar as lutas pelo reconhecimento. No caso que vem acontecendo no Cajueiro desde 2014 – que afeta a zona rural e as comunidades que integram a Resex Tauá-Mirim, podemos identificar as três formas de desrespeito. Diante da situação acontecida aquela manhã em Cajueiro, os moradores decidiram ficar na frente do Palácio para exigir uma resposta das autoridades. Durante a noite, o desalojo dos moradores por parte do batalhão de Choque da Polícia Militar (PM). Idosos, ativistas, moradores, tratados “como terroristas”, como foi avaliado pelas pessoas despejadas.

¹⁵ Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/02/17/governo-flavio-dino-china-maranhao/> Acesso em 12 set. 2023.



Imagem 8. Fotografia de Lícia Santos em frente do Palacio dos Leões momentos antes do despejo de moradores e moradores de Cajueiro e apoiadores. 11 agosto 2019.

A partir dos seus estudos, Moore Jr. (1987) afirma que enquanto a noção de justiça é construída socio culturalmente, a noção de injustiça é inata. Para ele, “tanto as normas sociais como a ira que elas despertam têm uma origem dual. É impossível entendê-las, seja exclusivamente em termos de natureza humana inata, seja em termos de dinâmica social” (Moore Jr., 1987, p. 32).

Neste sentido, e para finalizar este primeiro capítulo, menciono que para Honneth (2003), toda luta por reconhecimento inicia por meio da experiência do desrespeito. Para ele, o desrespeito pode se mostrar em três formas: como violação, privação de direitos e degradação. Nas suas palavras:

Em relação ao tipo de desrespeito que se encontra na degradação cultural de uma forma de vida, é a categoria de “vexação” que recebe um emprego preferencial (...) com a experiência do rebaixamento e da humilhação social, os seres humanos são ameaçados em sua identidade da mesma maneira que o são em sua vida física com o sofrimento de doenças (Honneth, 2003, p. 218-219).

Em resumo, quando o seu direito de existir é violentado de forma direta.

Compartilhando alguns exemplos do que vem acontecendo no movimento contra o porto e pela legalização da Resex Tauá-Mirim, é possível entender a importância da

cultura expressa nos costumes, o sentido de pertencimento a um território; os sentimentos de injustiça por parte dos agentes locais, devido ao conjunto de irregularidades cometidas contra eles; e como o movimento pode ser considerado como um exemplo de luta pelo reconhecimento.

O desrespeito coletivo e a vexação sofrida pelos moradores têm possibilitado que descontentamentos pessoais se transformem em ação coletiva e formem um novo movimento social que, apesar de tantas adversidades, hoje continua firme em oposição à construção do porto na comunidade do Cajueiro e, principalmente, pela legalização da Resex, que daria garantia ao direito de existir das comunidades da região.

Para finalizar o capítulo, me parece que a afirmação de Alonso (2009, p. 79) é sumamente pertinente para compreender a importância da cultura na atual conjuntura civilizatória para oferecer explicações mais abrangentes e completas partindo das ciências sociais:

A cultura seria uma caixa de ferramentas, composta por símbolos, rituais e visões de mundo, que só adquiririam sentido pelo uso, isto é, quando mobilizados para orientar ações. A cultura se relaciona com a ação política em chave pragmática: como estruturadora dos processos de seleção, interpretação, reinvenção e uso intencional de significados por agentes uns contra outros, a partir de um repertório comum.

Assim, considero que a experiência, conhecimentos e ações dos agentes sociais da zona rural de São Luís, especialmente daqueles que moram nas comunidades que integram a Resex Tauá-Mirim, são um aporte valiosíssimo para compreender a disputa de códigos, linguagens de valoração, éticas ambientais e narrativas do território em questão.

Capítulo 2

Engajamento e movimento socioambiental em São Luís: o capital militante de ativistas do Movimento em Defesa da Ilha

2.1 Tradição de luta dos movimentos socioambientais em São Luís - MA

Para falar do movimento, organização e o processo -e dos grupos de trabalho, reuniões, discussões e debates que possibilitaram a criação da Resex Tauá-Mirim -, é fundamental mencionar os antecedentes históricos de defesa do território e pela preservação do meio ambiente em São Luís. Desta forma, é preciso mencionar dois momentos principais na articulação e luta dos ativistas, acadêmicos, artistas e apoiadores dos movimentos pela defesa do meio ambiente na área, momentos e processos organizativos que foram cruciais para entender o atual Movimento em Defesa da Ilha.

Mas, para além de esses processos mais visíveis, que apareceram de forma pública e visível, encontramos processos mais antigos, de articulação, diálogo, de reuniões e conversas dos agentes locais para defender os seus territórios. Como afirma Alberto Cantanhede Lopes¹⁶, mais conhecido como “Beto do Taim”:

A gente está se articulando desde os anos 80 para criar, juntar, um conjunto de outros territórios pequenos, e aí entram o Rio dos Cachorros, Porto Grande, o Taim, que estão juntos ainda, parte do Cajueiro, parte da Vila Maranhão, e outras seis comunidades na ilha de Tauá Mirim, que é a ideia de criar um território comum na modalidade de unidade de conservação de desenvolvimento sustentável, ou reserva extrativista, então, essa é a luta que a gente tem. Começamos a discussão para criação desse modelo no final dos anos 80, 88-8 [do século XXI] (entrevista realizada com Alberto Cantanhede Lopes, em 31 de maio de 2023).

¹⁶ Alberto Cantanhede Lopes é pescador, líder comunitário da comunidade Taim, articulador da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (Confrem), membro do Movimento de Defesa da Ilha, coordenador do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Tauá-Mirim.



Imagem 9. Fotografia pessoal. Alberto Cantanhede Lopes ministrando uma oficina na comunidade Rio dos Cachorros. 22 março 2023.

Agora, falando desses momentos de articulação mais visíveis na sociedade ludovicense, devemos mencionar, em primeiro lugar, o denominado “Comitê em Defesa da Ilha” [daqui em diante Comitê apenas], cujo contexto deve ser entendido lembrando que:

Nos anos 80 [do século XX], quando chega a Alumar e a ferrovia do projeto Carajás (mais ou menos nos mesmos anos), houve um processo de reação muito intenso em São Luís. Foi um grupo de intelectuais que mais tarde se aliou às comunidades e especialmente com a participação efetiva da igreja católica, com as denominadas “comunidades eclesiais de base” fortemente influenciadas pela Teologia da Libertação, as quais tiveram um papel significativo em ajudar a sistematizar um trabalho básico. Nesse período houve um intenso trabalho dentro da ilha de São Luís, principalmente naquelas comunidades que estavam sendo diretamente impactadas pela instalação dessas grandes fábricas de alumínio. A verdade é que não apenas o local da fábrica foi afetado, mas também as comunidades vizinhas porque construíram depósitos de resíduos químicos e logística que envolveu a incorporação de territórios e eles não estão vazios, eles têm pessoas morando lá. Essas comunidades foram organizadas com membros do Comitê [em Defesa da Ilha] e eles fizeram um ótimo trabalho de educação aqui em São Luís (entrevista realizada com Elio de Jesus Pantoja Alves¹⁷, em 16 de julho de 2018).

A experiência do Comitê foi fundamental na geração e consolidação das lideranças comunitárias, isso porque representa a primeira grande mobilização coletiva daquele período para a defesa do território de São Luís. Foi assim que:

Nesse período, as comunidades de Cajueiro, Rio dos Cachorros, Taim e as mesmas 12 comunidades que agora estão ameaçadas pela construção do

¹⁷ Elio de Jesus Pantoja Alves é professor e pesquisador do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão, um dos coordenadores do Gedmma e membro do Movimento de Defesa da Ilha.

porto¹⁸, começaram a se preocupar mais com a questão territorial (em termos jurídico-legais) e propuseram que a área fosse transformada em assentamento rural pelo governo estadual, que foi alcançado em 1998 após muita pressão política (...) Tantas foram as críticas que o governo do estado do Maranhão contrata um grupo de trabalho para analisar a viabilidade do projeto de construção do porto. O grupo, formado principalmente por cientistas da área de ciências naturais (biólogos, geólogos, engenheiros ambientais), emite uma opinião contrária à instalação do projeto. No entanto, o governo não levou em consideração essa opinião (entrevista realizada com Elio de Jesus Pantoja Alves, em 16 de julho de 2018).

Um segundo momento de articulação de comunidades, grupos e agentes sociais em busca de defesa territorial e socioambiental, que discutiu fortemente os projetos políticos emanados de órgãos governamentais e empresariais e que concentrou seus esforços em buscar a preservação das formas tradicionais de subsistência, foi o “Movimento Reage São Luís” [daqui em diante Reage apenas].

Como compartilha Lopes (2023):

Em 2003 pedimos a oficialização, fizemos o pedido de estudo. O Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] procedeu e fez os estudos. Em 2007 disse que era viável, fez a consulta pública e o processo ficou pronto para a criação. Agora era ir pra Brasília, chegar lá na mesa do presidente da República - já que precisa de um decreto federal – e em 2009 a gente teve a notícia de que o pedido tinha sido indeferido pela ausência de um documento que nós tínhamos certeza que ele estava lá, nós tínhamos colocado lá. Era uma carta do governo do estado, que é uma anuência, [esse documento] não está no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), nem no Sisnama [Sistema Nacional de Meio Ambiente], que é uma orientação do Congresso, e os governos dos estados foram utilizando essa orientação do Congresso para impedir a criação de novas unidades de conservação. Nós tivemos essa carta em 2007 e quando o processo chegou na mesa do presidente, essa mesma carta tinha sumido, providencialmente uma em quase 600 páginas do processo desapareceu (Transcrição de entrevista realizada com Alberto Cantanhede Lopes, em 31 de maio de 2023).

A partir de 2004, as ameaças de perda territorial e de deslocamentos compulsórios tornaram-se mais constantes com o anúncio e ações efetivas no sentido de instalação de um grande polo siderúrgico que implicaria no deslocamento compulsório de 12 (doze) comunidades rurais, dentre as quais 6 (seis) estavam entre as que solicitavam a criação da reserva extrativista. A proposta do polo siderúrgico era da, então, mineradora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a partir de 2007 apenas Vale S.A., em parceria com grupos empresariais estrangeiros, tais como Baosteel Shanghai Group Corporation (chinês), Arcelor (francês), Pohang Steel Company-Posco (sulcoreano) e ThyssenKrupp

¹⁸ Refere-se à tentativa de construção de um porto privado, o Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís, na comunidade Cajueiro, que vem, desde 2014, gerando um conflito socioambiental e territorial na zona rural de São Luís.

(alemão) e com o apoio dos governos federal, estadual e municipal (Sant'Ana Júnior; Alves; Mendonça, 2007). Resistindo à instalação do polo siderúrgico, surge o Movimento Reage São Luís (Alves, 2014).

Enquanto os coletivos, membros das comunidades e acadêmicos começavam esse processo, os grupos político-empresariais também mudaram suas peças. Nesse sentido, Alberto Cantanhede Lopes explica:

Para entender essa história de China no Brasil, devemos lembrar que, em 2003-2004, Lula [então presidente da República] fez uma viagem para China, inclusive com o governador do Maranhão [José Reinaldo Tavares, naquele momento] e vários governadores mais junto com empresários e deputados. Eles foram em quatro ou cinco aviões numa caravana. O resultado disso foi a proposta do polo siderúrgico que ia ser implantado em São Luís (entrevista realizada com Alberto Cantanhede Lopes, em 21 de julho de 2018).

Neste contexto, das relações entre local, regional, nacional e internacional (o qual vai ser discutido numa próxima sessão), não é complicado entender que:

Já nos anos 2003-2004, o governo do estado do Maranhão anunciou a instalação de um polo siderúrgico em colaboração com a empresa Vale e uma empresa chinesa, um megaprojeto dentro da ilha e acima das comunidades bem no Cajueiro. O movimento é reativado porque implicaria a expulsão de muitas comunidades e é assim que surge o movimento “Reage São Luís” proposto pelas comunidades que, aliadas com outros movimentos, começam a ganhar força reivindicando a bandeira novamente socioambiental, isso porque a questão ambiental vai muito além da questão de classe. O discurso das comunidades era que os efeitos desse megaprojeto iriam atingir não apenas as comunidades, mas também aqueles que vivem nos bairros nobres. Não apenas para aqueles que moram nessas localidades, mas também para os ricos (entrevista realizada com Elio de Jesus Pantoja Alves, em 16 de julho de 2018).

É importante destacar, como um ativista e coordenador do movimento coloca, que nesse processo de luta

houve muitos confrontos nas audiências públicas e na Câmara Municipal. Foi na revisão dos documentos que se percebeu que uma grande área era de conservação permanente e que não podia ser alterada, razão pela qual houve uma redução na área prevista pro polo siderúrgico (entrevista realizada com Saulo Arcangeli¹⁹, em 1º de agosto de 2018).

A preocupação entre os habitantes das comunidades envolvidas, bem como de acadêmicos e ativistas da cidade, cresceu bastante. Assim, começou uma forte

¹⁹ Saulo Arcangeli é Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União no Maranhão (Sintrajuf MA), membro da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas), coordenador do Movimento de Defesa da Ilha e professor do Departamento de Matemática e Informática da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

mobilização das comunidades rurais de São Luís que foi central para o Reage, que também:

foi formado por sociólogos, advogados, arquitetos e urbanistas que tinham um compromisso político no debate sobre a questão urbana no município de São Luís. Houve também o estudo de uma geóloga que mostrou que se o polo fosse instalado causaria grandes danos às reservas de aquíferos da cidade, ameaçando todo o ecossistema da ilha. Esse estudo que se tornou uma tese de doutorado foi uma ferramenta usada em resposta aos anúncios do governo sobre a viabilidade socioambiental do megaprojeto. O movimento também teve apoio legal, por exemplo de um advogado muito estudioso da questão socioambiental, que realizou um estudo comparativo entre a cidade de São Luís, uma cidade localizada no sudeste do país chamada Vitória do Espírito Santo, e Cubatão em São Paulo, que tinha a maior taxa de poluição do mundo na época. Demonstrou que, se São Luís recebesse aquele polo siderúrgico, atingiria níveis de poluição maiores que Vitória e Cubatão. Isso se tornou um grande debate em audiências públicas, que ocorreram apenas devido à pressão do movimento. O governo queria dominar o discurso, mas encontrou uma forte oposição e capacidade das comunidades, que conseguiram que, das cinco audiências programadas, no final fossem realizadas 13, pelo qual os empresários acabaram desistindo (entrevista realizada com Bartolomeu Mendonça, em 11 de julho de 2018).

A grande mobilização de comunidades junto a acadêmicos, coletivos da cidade e ativistas foi fundamental nesse processo de luta e vitória do movimento. No entanto, para entender o resultado desse processo não devemos nem podemos perder de vista o fato de que:

A situação política foi extremamente importante porque no nível federal estava Lula como presidente, que teve um pouco mais de diálogo com movimentos sociais; no âmbito estatal tivemos a transição do grupo político de oligarquia Sarney por um governador como Jackson Lago [2007-2009], que foi um período curto, mas no qual negociou um pouco mais com os movimentos devido à sua orientação progressista. Havia uma ministra do Meio Ambiente que provém da militância e da luta social, como Marina Silva, que teve bandeira ambiental e durante sua gestão participou negando a assinatura da autorização para tais projetos. Nessa conjuntura, colocou-se em evidência que os movimentos podem dar oposição ao ponto de barrar esses planos desenvolvimentistas (entrevista realizada com Elio de Jesus Pantoja Alves, em 16 de julho de 2018).

Finalmente:

O polo siderúrgico não foi construído. Em 2005, foi o cancelamento oficial, mas os projetos industriais continuaram a se expandir como a empresa de cimento, as empresas de mineração que trabalham com areia, a termoeletrica em 2009 que é menor que o polo, mas com impacto similar [trabalha com carvão] e que expulsou uma comunidade. Em 2010, houve uma diminuição na instalação desses projetos e retornou o antigo projeto de construir um porto no Cajueiro. Assim, observamos que, quando não é um projeto, é outro. Então, essa área pode ser pensada como uma zona de sacrifício, porque se não é uma coisa é outra, mas o grande capital continua insistindo (entrevista realizada com Elio de Jesus Pantoja Alves, em 16 de julho de 2018).

Sendo esses os dois principais antecedentes de organização coletiva e comunitária em defesa dos territórios da zona rural de São Luís, temos elementos para analisar a construção, anos depois, do chamado Movimento em Defesa da Ilha, que atualmente encabeça junto com ao Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim, a luta pela sua legalização.

2.2 Engajamento militante: análise de algumas experiências de agentes sociais e ativistas que visam a legalização da Resex Tauá-Mirim

Na obra “Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses”, os autores Frédéric Sawicky e Johanna Simeant (2011) repassam e fazem um levantamento crítico sobre a sociologia do engajamento militante (em diante SEM). O objetivo central é definir dois desafios da pesquisa: “examinar mais atentamente o vínculo entre transformações macrossociais e engajamento, e a composição organizacional da militância” (Sawicky; Siméant, 2011, p. 200).

A SEM é “toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (Sawicky; Siméant, 2011, p. 201). Os autores aclaram que não é uma subárea disciplinar propriamente dita, talvez pela variada proveniência disciplinar dos seus protagonistas, como os cientistas políticos, sociólogos, historiadores e, em menor medida, economistas e psicólogos sociais.

Como mencionado no anterior capítulo, enquanto diversos autores tentavam explicar as mudanças nas mobilizações e protestos coletivos; outros refletiam sobre a forma de engajamento dos militantes daqueles chamados “novos movimentos sociais”. Sawicky e Siméant (2011, p. 204) analisaram este novo tipo de movimentos sociais entendendo-os como baseados na solidariedade; com fins humanitários ou com dimensão altruísta; agrupados em movimentos “sem” (documentos, teto, emprego); ou “anti” (publicidade e comunistas); como antirracistas e, principalmente, ambientalistas, como o caso acompanhado e analisado na presente tese.

É fundamental sinalizar que a fusão com a perspectiva interacionista permitiu a reformulação do paradigma do engajamento militante, pelo que considerando os aportes

da proposta de Sawicky e Siméant, é importante destacar a ideia de que “o protesto é uma das raras situações em que se pode desenvolver e articular as convicções morais pessoais” (Sawicky; Siméant, 2011, p. 211). Isso traz a possibilidade de pensar os protestos contra a construção e instalação de um porto no Cajueiro e pela legalização da Resex Tauá-Mirim como expressões visíveis de sentimento de injustiças sofridas, de violações às formas de vida dos moradores e, assim, por meio da análise da trajetória de vida de algumas lideranças, explicar os motivos da oposição a esse grande empreendimento, frisando o direito de existir dessas comunidades.

Destaca-se também que “o engajamento leva a endossar uma identidade para si mesmo e para os outros”, sendo compreensível como os indivíduos procuram “proteger e sustentar as fontes centrais de significação e de identidade que compõem suas vidas” (Sawicky; Siméant, 2011, p. 215), ou seja, fazendo a defesa de uma ética ambiental e linguagem de valoração específica da natureza e de como se relacionar em/com ela. No decorrer do processo de escrita da tese, aconteceram momentos e situações nas quais algumas lideranças das comunidades e agentes sociais da região aparentemente não estavam mais engajadas ou desistiram de participar no movimento. No momento de analisar o motivo por trás disso, as análises de Sawicky e Siméant chamam nossa atenção no sentido de compreender que o “desajuste entre esfera de amigos, familiar, profissional e militante condicionam as chances de se permanecer ou não engajado” (Sawicky; Siméant, 2011, p. 216), o que tem uma relação direta com as “propriedades sociais daqueles que se engajam” (Sawicky; Siméant, 2011, p. 217).

É interessante alertar que a atenção das lógicas individuais não deve permitir esquecer que, na maioria das vezes, as lógicas de engajamento se inscrevem em trajetórias coletivas e que, também na maioria das vezes, ocorrem com um trabalho prévio das organizações.

Para analisar essa situação, Alberto Cantanhede Lopes nos compartilha a sua própria história e como ela se entrelaça com a história da comunidade do Taim:

Sou Alberto Cantanhede Lopes, nasci aqui no Taim e aos poucos a gente vem vivendo uma parte da história que é assim, intrigante, né? Porque vem de Upaon Açu, da grande ilha, porque a terra foi primeiramente ocupada pelos indígenas [...]. Com a chegada dos europeus ao longo do litoral brasileiro, e em São Luís não foi diferente, esses nativos, com medo do conflito, saíram do povoado deixando ele vazio. Décadas mais tarde, o mesmo movimento pelo escravagismo, traz ao território um grupo de pessoas agora fugindo do

escravismo e com a ordenação de ordens religiosas, essa é a informação que a gente tem. Esse grupo pertencia a uma nação indígena africana chamada Tainos, e como o local tinha muita pedra, eles rebatizaram homenageando sua nação de origem, fazendo alusão a aquele recurso que eram as pedras, porque era muito comum pedras enormes ao longo da comunidade, então botaram taino, ‘ita’ de pedra, no tupi, e preservando tainos. Com o final da escravatura, esse grupo também segue seu rumo por achar que o espaço era pequeno, começa a especulação de terra e esse grupo também esvazia, procura outros rumos, para no final do século XIX, um grupo de pescadores que vieram basicamente da região do Munim - predominantemente de uma família de sobrenome Moraes, reocupar e estabelecer relações com as famílias que já estavam aqui na Vila Maranhão, Rio dos Cachorros, Porto Grande, e aí o povoado foi crescendo (entrevista realizada com Alberto Cantanhede Lopes, em 31 de maio de 2023).



Imagem 10. Fotografia pessoal. Na imagem, Alberto Cantanhede Lopes na comunidade Rio dos Cachorros. 31 maio 2023.

Como será analisado na continuação, as propostas dos autores citados permitem entender que se bem é interessante colocar atenção nas biografias e trajetórias dos integrantes dos movimentos, não devemos esquecer as lógicas; recursos; e as estratégias que as organizações usam para manter e aumentar seus militantes. Lopes continua:

O Taim ficou sempre no recanto, na ponta da ilha nessa península aqui, daí o que sobrou para Taim foi apenas 86 hectares, talvez o menor território comunitário de São Luís. Para se ter uma referência, o Taim é menor do que o lago de lama vermelha que a Alcoa produz, que é de 100 hectares, nós temos 86. A partir dos anos 70, eu já passando dos 10 anos de idade - nasci em 1962, começa-se a ouvir falar muito de remoção, sempre remoção. O governo criando empresas, destinadas a expandir a industrialização. Nesse período o Porto do Itaqui já estava em construção, e muitas empresas se estabeleceram como Moinho de Trigo, Oleama, todas já prevendo a exportação de produtos. Passavam 5, 10 anos, e já estava de volta uma equipe demarcando os terrenos

desde a BR até a margem do mangue aqui [da comunidade]. Aí, a gente pode ver, na prática, o corte desses territórios tanto pela BR-135, quanto pela ferrovia Transnordestina e mais tarde Carajás [refere-se à Estrada de Ferro Carajás], assim como a instalação do porto de Alumar. Aí a gente foi cada vez mais intensificando esse conflito pela permanência aqui. Então, na década dos 70, isso que antes eram notícias, boatos pra gente, foi se materializando aos poucos (entrevista realizada com Alberto Cantanhede Lopes, em 31 de maio de 2023).

Sawicky e Siméant (2011, p. 233) afirmam que “compreender o engajamento em uma organização supõe não apenas dar conta dos motivos e das motivações, mas também das estratégias da organização para manter e orientar essas motivações”. Como observado por esses autores, a “consideração maior do tempo na análise do engajamento” de alguns agentes específicos é fundamental. Dessa forma, entender o engajamento como um processo permite direcionar “a análise das interações que presidem à adoção e, sobretudo, à estabilização em uma linha de ação militante” (Sawicky; Siméant, 2011, p. 212).

Desta forma, torna-se evidente a necessidade de fazer pontes: micrológico (os indivíduos e suas interações mútuas); macrológico (as transformações socioeconômicas, culturais e políticas); e micrológico-mesológico (os grupos e as organizações mais ou menos institucionalizadas) (Sawicky; Siméant, 2011, p. 221). Lopes continua:

Junto dessa área tem, aí no meio, uma área que não pertence a ninguém que mora na comunidade mas que tem o título que soma quase outras 300, então essa gleba que soma quase 600 hectares abriga o Limoeiro, Taim e Rio dos Cachorros, e a gente sabe que pela legislação da União, essa faixa de mangue que permanece aqui é a nossa única segurança aqui nesse momento, porque como eles não podem instalar diretamente a fábrica dentro do mangue, nós temos um cinturão de mangue que ainda vai nos dizer que a gente pode permanecer nessa luta (entrevista realizada com Alberto Cantanhede Lopes, em 31 de maio de 2023).

Compartilhar propriedades sociais entre indivíduos e membros de um grupo é necessário, mas não suficiente para que um indivíduo se mobilize, sendo necessário considerar também os estímulos intelectuais, o papel das organizações visíveis e também de indivíduos reconhecíveis (Sawicky; Siméant, 2011, p. 212-213). Nesse sentido, é pertinente continuar com as análises de algumas trajetórias de vida de alguns militantes e agentes sociais pela defesa e legalização da Resex Tauá-Mirim e do Cajueiro. A primeira delas é a história de uma acadêmica e militante, integrante do MDI.

Quando criança, tive uma coisa muito forte com a imagem de Chico Mendes que é um líder que lutou pela criação das reservas extrativistas dos Povos da Amazônia. Eu morava em São Paulo, mas foi uma imagem muito forte que me apareceu porque na minha imaginação eu tinha muito amor pela floresta amazônica e eu queria conhecer aquelas aldeias, era uma coisa que eu tinha

guardado no meu inconsciente. Eu fiz um curso técnico em outra área porque meu pai era sindicalista e também foi um dos fundadores do PT [Partido dos Trabalhadores], ele fez muitas assembleias nos bairros, eu estava em greves e depois nós na família tínhamos muito relacionamento com a política. Eu acreditava naquela época que, para lutar politicamente, seria bom se eu me tornasse advogada, mas meu pai não acreditou e se opôs. Quando eu disse a ele que ia fazer um Curso Técnico em Processamento de Dados porque queria estudar Direito, ele disse: "Não, eu não quero essa pessoa na família" porque ele acreditava que os advogados eram essencialmente corruptos. Isso ficou na minha cabeça e eu queria provar que não era assim: eu fiz minha formação em direito (entrevista realizada com Viviane Vazzi Pedro²⁰, em 16 julho 2018. Os sublinhados são meus).

Analisar essa parte da história de vida de uma ativista do movimento é interessante por diversos motivos. Primeiramente, explicita a importância das experiências pessoais e a influência dos familiares e pessoas próximas nas histórias de vida dos militantes engajados nesse tipo de movimentos sociais. A relação de proximidade familiar com o âmbito institucionalmente definido como política; a participação precoce em assembleias, greves e outras formas de mobilizações; mesmo como os imaginários do que “ajudaria” para participar nas lutas; todos eles, fatores importantes no engajamento dos militantes. Viviane continua seu relato:

Comecei a trabalhar e descobri que havia uma área chamada "Direito Ambiental" e pensei que fosse algo relacionado à proteção da natureza (...) Um dia descobri nos arquivos os dados de um caso (no qual até eu estava trabalhando) em que foi planejado o deslocamento de 30 mil pessoas para a instalação de uma empresa de mineração. Eu fiquei brutalizada. Comecei a ver os outros e tive uma crise de choro, já estava sentindo e de alguma forma, eu já sabia no fundo que o que estava fazendo não era o que eu queria. Tentei procurar emprego em outros lugares, mas nem gostava mais do direito. Eu não acreditava nesse sistema e queria trabalhar em direito ambiental pelo que eu amava fazer e foi assim que comecei a procurar oportunidades em educação ambiental, porque eu acreditava que a educação é mais transformadora e que tinha mais a ver com a luta que eu queria. Consegui um emprego em Brasília, dentro do Ministério do Meio Ambiente e trabalhava juntamente com o Ministério da Educação. Lá tive a possibilidade de criar e participar junto com muitas organizações de pescadores das aldeias amazônicas, da Comissão de Florestas, de Relações Internacionais e de muitas outras organizações. Foi aí que eu comecei ouvir aos povos (entrevista realizada com Viviane Vazzi Pedro, em 16 julho 2018. Os sublinhados são meus).

Interessante analisar as mudanças que a companheira teve no decorrer da sua vida laboral. Ao perceber processos, ações e procedimentos do direito nos quais ela não se sentia nem um pouco à vontade, sua percepção sobre a profissão mudou. O fato mais

²⁰ Viviane Vazzi Pedro é pós-doutora e doutora em Ciências Sociais pelo PPGCSoc/UFMA; Mestre em Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável dos Trópicos Úmidos pelo NAEA/UFPA [Núcleo de Altos Estudos Amazônicos / Universidade Federal do Pará]; na época da entrevista era advogada do Conselho Indigenista Missionário (CIMI-Maranhão), e membra do GEDMMA/UFMA.

importante para destacar aqui foi a reconfiguração da identidade tanto individual como em relação com a identidade pensada coletivamente, modificando assim as “fontes centrais de significação” (Sawicky; Siméant, 2011) dessa militante.

Nesse mesmo sentido, a opinião de outro acadêmico e militante do MDI ajuda a compreender a configuração dos padrões de significação para se engajar no movimento, mesmo como o processo dinâmico e dialético que acontece na conformação das identidades, tanto individual como coletiva:

Entendo a história da luta de São Luís como algo que é reconfigurado e se reinventa. Envolve aprendizagens, a construção da identidade coletiva através de experiências e isso é muito importante porque uma das estratégias das empresas é que as comunidades não sejam percebidas como coletividades, querem tratar o conflito com casos individuais. Quando eles chegam buscam negociar individualmente para fracionar internamente (entrevista realizada com Elio de Jesus Pantoja Alves, em 16 de julho de 2018).

Continuar analisando trajetórias pessoais de distintos agentes sociais envolvidos na defesa desses territórios, das distintas linguagens de valoração, do direito de existir dessas comunidades, e das formas e processos mediante os quais opera a necropolítica, ajuda a ampliar nossa compreensão não só do MDI, o Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim ou do movimento socioambiental aqui analisado, mas sim do engajamento e carreira dos próprios militantes e agentes sociais, entendendo o que outorga e constrói um sentido não só individual, mas coletivo, para participar nesses processos.

Meu interesse pelo Cajueiro tem a ver com minha trajetória de vida. Eu comecei o bacharelado em 2002. No meio da carreira em Ciências Sociais [2004], São Luís passou pela possibilidade de sofrer a implementação de três grandes siderúrgicas na ilha, uma francesa, uma chinesa e a outra canadense. Quando essa proposta foi feita pelo setor privado em consórcio com os governos locais e centrais, que deslocaria cerca de 14.000 pessoas de suas comunidades, pensei que fosse preciso conhecer melhor para ter uma resposta. Na universidade havia alguns grupos de pesquisa, mas acreditávamos que era necessário um grupo específico para discutir questões de São Luís. Então, nesse ponto, decidimos junto com outros dois alunos formar outro grupo que foi o Gedmma (Grupo de Estudo: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente). Com o grupo de trabalho Gedmma, queríamos fazer pesquisas que não eram apenas teóricas, mas que coletaram informações empíricas para monografias e construí-las pensando na luta. Buscamos entender o processo acadêmica e sociologicamente, entendendo que ao mesmo tempo éramos agentes de participação para resistir à implementação desse projeto (entrevista realizada com Bartolomeu Mendonça, em 11 de julho de 2018. Os sublinhados são meus).

Analisando esses depoimentos e trajetórias de vida, é notório como o contexto macrológico (as transformações socioeconômicas, culturais e políticas); influencia no nível mesológico (nos grupos e as organizações mais ou menos institucionalizadas) e,

finalmente, atinge o nível micrológico dos militantes (os indivíduos em si e suas interações mútuas). Uma vez tomada uma decisão de agir, a militância se materializa, por exemplo, na criação de um grupo de estudo e acompanhamento com características militantes, entendendo-se e colocando-se como agentes de participação nos conflitos.

Em relação com as políticas públicas e o papel delas nos conflitos socioambientais analisado no próximo tópico, a opinião desse militante e agente social do MDI oferece algumas ideias iniciais importantes:

A questão da propriedade histórica, de fato e tradicional, não é considerada, o que conta é o oficial. Nos órgãos é comum escutar a expressão “se você não possui um registro, você não é proprietário”. Para garantir a legalidade e legitimidade da propriedade pensou-se em fazer daquele território uma reserva extrativista, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que é uma lei federal no Brasil que menciona que onde quer que a existência de comunidades tradicionais que vivem mais ou menos harmoniosamente com o ambiente natural seja reconhecida, eles podem solicitar a implementação de uma reserva extrativista (entrevista realizada com Bartolomeu Mendonça, em 11 de julho de 2018. O sublinhado é meu).

A intenção de fazer uma Reserva Extrativista tem encontrado inúmeros obstáculos colocados por agentes de diferentes instâncias governamentais (municipal, estatal e federal), assim como de empresários e corporações transnacionais; mesmo estando contemplada por lei. Isso porque a Resex Tauá-Mirim é cenário de uma disputa de narrativas, linguagens de valoração e práticas específicas que os moradores reivindicam como o seu direito de existir.

Outro militante compartilha:

Minha militância vem do movimento estudantil da educação no ensino médio. Comecei minha participação no movimento sindical da faculdade e depois também fui para a UEMA como professor. Mais tarde, participei como analista de computadores no Ministério Público da União. Com todo esse caminho fortaleci meu vínculo sindical; participei da conformação da Federação Nacional dos Trabalhadores Judiciais Federais do Ministério Público da União. Mais tarde, criamos o CSP Conlutas, em 2004. A CSP foi fundamental na luta, porque aqui no Maranhão temos um relacionamento com outras organizações, mas mantemos nossa independência nessa luta conjunta. Hoje, eu tenho uma militância muito forte além de pertencer ao PSTU [Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado] (entrevista realizada com Saulo Arcangeli, em 1º de agosto de 2018).

Como nos outros exemplos e trajetórias de vida dos militantes apresentados neste trabalho, é notória a influência da trajetória de vida dos militantes no engajamento nos movimentos sociais. Assim, a “carreira” dos militantes pode ser entendida em relação com os movimentos dos quais fazem parte e nos quais se engajam.

Sendo mencionadas pessoas que já têm uma trajetória de bastantes anos de defesa dos territórios, de valorização de linguagens de valoração de respeito à natureza, que reivindicam o direito de existir nos próprios territórios e que discursam e efetivam uma disputa de narrativas e práticas contra hegemônicas, considero que também é muito importante analisar as falas de novos agentes sociais, moradores das comunidades que integram a Resex Tauá-Mirim e que visam sua legalização. Assim, João Aires²¹, jovem morador (22 anos de idade) da comunidade Rio dos Cachorros compartilha:

Me considero envolvido na defesa do meu território, mais ou menos há uns 2 (dois) anos atrás. Confesso que antes não ligava muito pra essas questões de conflitos e lutas! Em meados desses dois anos, comecei a participar de reuniões que me fizeram chegar à conclusão de que é muito importante a nossa participação nas lutas sobre a defesa dos nossos territórios por conta da história dos nossos povos e também preservar a natureza e, enquanto comunidade, a nossa ancestralidade (entrevista realizada com João Victor Barbosa Aires, em 4 outubro de 2023).

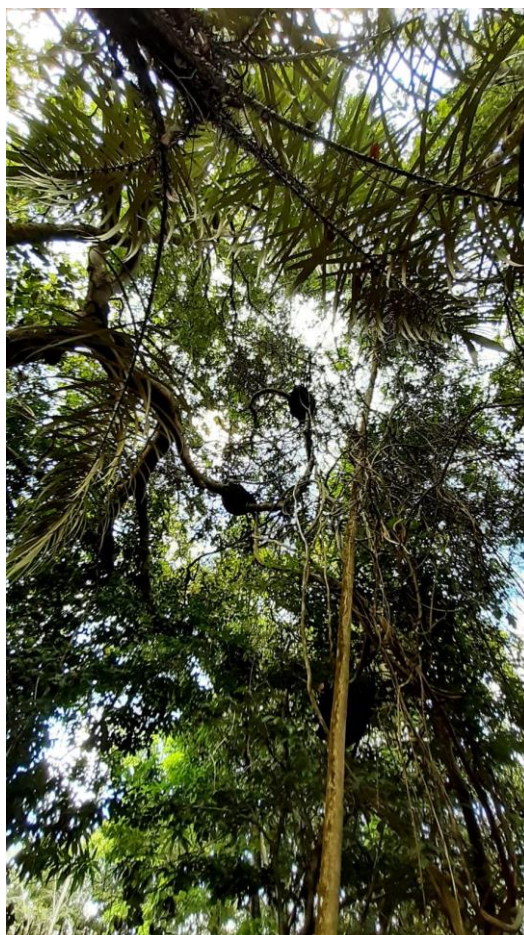


Imagem 11. Fotografia pessoal. Comunidade Taim. 5 junho 2021.

²¹ João Victor Barbosa Aires é morador da comunidade Rio dos Cachorros. Jovem, tem se articulado na defesa do território, participando ativamente em diversas atividades visando a legalização da Resex Tauá-Mirim. Tem laços sanguíneos com outras lideranças comunitárias da zona rural de São Luís.

As palavras de João Victor são interessantes porque, nesses dois últimos anos, tem participado de diversas oficinas, reuniões, atividades e cursos não só na própria comunidade, mas em outras da Resex Tauá-Mirim, em São Luís e em outras cidades, o que o tem permitido se aproximar de algumas das temáticas analisadas nessa tese.

Na minha opinião: acho que os grandes empresários que rodeiam a zona rural de São Luís; são eles os responsáveis pela poluição do ar através de emissões de gases e pela a contaminação dos nossos rios através de resíduos que escorrem e que acaba também prejudicando o nosso braço de mar, utilizado para a pesca à mercê de sustentar famílias que sobrevivem do extrativismo, tanto da minha comunidade quanto pessoas de comunidades vizinhas [...] Tenho aprendido muito com os movimentos em defesa dos nossos territórios, basicamente tudo que envolve a sociedade e os nossos direitos enquanto moradores, a inclusão social até o racismo seja ele qual for. Mas voltado pra o território o “racismo ambiental tem crescido bastante a níveis que assustam (entrevista realizada com João Victor Barbosa Aires, em 4 outubro de 2023).

Na sua fala, João expressa muitas das temáticas analisadas nessa tese. A preocupação pela poluição ambiental provocada pelas empresas, empresários e grandes projetos desenvolvimentistas na região, a alarmante situação que paira sobre os rios, animais marinhos, os territórios e as pessoas que aí habitam realizando praticas extrativistas como pesca, mariscagem, quebrando coco, na lavoura e outras do tipo, mas também a preocupação com as violações aos direitos humanos dessas populações, a falta de inclusão social e a violência do racismo, seja na expressão do racismo ambiental ou de outras formas. Além disso, a consciência da necessidade de reforçar a identidade coletiva dos agentes locais para continuar defendendo os territórios ameaçados/atacados pelas políticas públicas do dito desenvolvimento.

2.3 Políticas públicas, grupos de interesse e capital militante

As políticas públicas de desenvolvimento têm um papel central no surgimento dos conflitos socioambientais. Para sustentar essa ideia, Carlos Crespo (1999) compartilha algumas ideias sobre o papel do Estado, a relação entre políticas públicas e como elas causam conflitos socioambientais em áreas locais. Na sua opinião:

Políticas públicas, no cenário local, direta ou indiretamente, geram dois “efeitos de poder”, diferentes e ao mesmo tempo complementares: por um lado disciplinar à sociedade e, ao mesmo tempo, promover e/ou estimular conflitos socioambientais devido a que as políticas públicas ambientais são incorporadas às políticas de segurança do Estado. [Assim, as políticas públicas] procuram interpelar à população, como indivíduos e como um corpo social ao mesmo

tempo, orientando para normalizar subjetividades, disciplinando à sociedade dentro de uma cultura ambiental, neste caso, inspirado na lógica do mercado (Crespo, 1999).

Crespo garante que as políticas públicas ambientais, direta ou indiretamente, promovem várias formas de resistência que são expressas através de conflitos socioambientais, que demonstram a contradição entre o desenvolvimento, que é impulsionado/implementado/imposto pelas distintas instâncias governamentais, e o “princípio da sustentabilidade” dos habitantes das populações às quais se pretende “beneficiar” com essas políticas (Crespo, 1999).

Neste contexto, é importante lembrar que “ao tutelar a natureza, tendo em vista a sua utilidade econômica, as novas leis ambientais se opõem às representações atribuídas pelos diversos grupos sociais designados como povos e comunidades tradicionais do país” (Shiraishi, 2017, p. 119), pelo que compreendemos “o uso crescente do Direito como mecanismo de elaboração e legitimação da pilhagem” (Mattei; Nader, 2013, p. 2).

Com essas ideias em mente e mantendo o foco nos vínculos entre governos, empresários e corporações transnacionais, é possível entender que os governos locais promovem obras e políticas públicas de desenvolvimento durante seus mandatos, buscando obter “crédito político”. Como afirma Crespo, o resultado disso é que, quando surgem conflitos socioambientais, os governos agem como atores ativos e não como mediadores, manifestando-se mais frequentemente como defensores de empresas transnacionais, do investimento e do desenvolvimento; mesmo à custa das próprias comunidades.

Neste contexto, é fundamental analisar a forma em que os grupos e movimentos sociais interagem, debatem e a forma em que colidem com os poderes e dinâmicas institucionais. A opinião de Michel Offerlé (1998, p. 130) é a seguinte:

Qualquer intervenção dos grupos no espaço público supõe uma organização de suas atividades em um campo triplo: a organização dos próprios grupos, a organização das instituições estatais que respondem às suas solicitações, a organização do espaço reservado aos grupos nas autoridades públicas.

A proposta de Offerlé (1998) é realizar uma sociologia política construtivista; que tem como objetivo descobrir, explicar e analisar como se fazem explícitos e visíveis os grupos de interesse. Já que os grupos de interesse não são espontâneos, a proposta seria analisar aquilo que já está instituído, assim como a atuação dos agentes naquilo que já

está instituído, sendo assim, um processo de co-construção e co-produção de significados e categorias que usam os agentes. Desta forma, o objetivo é analisar tanto o efeito do instituído sobre o agente como o efeito do agente sobre o instituído (Informação verbal do professor Igor Grill)²².

Para compreender a forma em que os grupos de interesse reagem às políticas públicas, mesmo como a forma em que os agentes se posicionam frente a elas e se engajam nos movimentos, é importante lembrar que:

Qualquer política pública envolve, portanto, a invenção de uma burocracia, corte e redesenho de unidades administrativas. As políticas públicas implicam um conteúdo, um programa, uma orientação normativa, um fator de coerção, uma fonte social e pressupõem dispositivos e agentes tecnológicos suficientemente adaptados a eles por suas disposições para poder agir (Offerlé, 1998, p. 132).

No atual contexto neoliberal existem alguns casos em que a teoria e a prática do neoliberalismo entram em contradição pois, como afirma David Harvey (2005, p. 77-78), “a ideia neoliberal de um sistema de informação perfeito e um campo de jogo equilibrado para a concorrência, parece uma utopia inocente ou uma forma deliberada de emaranhar os processos que levarão à concentração de riqueza”.

A primeira área em que a contradição acima mencionada é visível é a necessidade de criar um clima satisfatório para o investimento capitalista. Sendo impulsionadas as condições como estabilidade política ou respeito à lei, a noção da força de trabalho e do “meio ambiente” como simples mercadorias causam contradição, uma vez que, quando surge um conflito muitas das vezes propiciado pelos próprios governos e autoridades, o Estado dará privilégios à geração do “clima ideal” para as empresas sobre os direitos coletivos dos trabalhadores ou sobre o “meio ambiente”, reduzindo assim as condições e a qualidade de vida da população em questão, negando-lhes o direito de existir.

A segunda área, intimamente ligada à anterior, apresenta-se quando na ocorrência de qualquer conflito entre as partes, o Estado procura favorecer “a integridade do financeiro” e a solvência das instituições, independentemente do bem-estar da

²² Fala do professor Igor Grill na disciplina “Teoria Política”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA). 19 nov. 2019.

população ou os efeitos que ela sofre, bem como a redução de qualidade do ambiente que envolveria o desempenho das empresas ou corporações (Harvey, 2005, p. 79-80).

As duas áreas mencionadas, referidas às contradições entre teoria e prática neoliberal, como dito por Harvey (2005, p. 77-78), nos obrigam a analisar algumas normativas construídas por organismos internacionais como a ONU ou o Banco Mundial “no gerenciamento dos níveis de pobreza como estratégia para o avanço do neoliberalismo” (Maranhão, 2009, p. 139), ou seja, no sentido da pretensão de reverter o “atraso” de algumas populações (ribeirinhas, quilombolas, camponesas etc.) e levá-las ao chamado desenvolvimento. Por exemplo, no período 1995-2005, a gestão de Wolfenson como diretor do Banco Mundial, “iniciou um novo ciclo de reformas estruturais, de natureza político-institucional, fundamentais à sustentabilidade das reformas neoliberais” (Pereira, 2011, p. 181), sendo importante destacar duas linhas de ação:

Promoção de um clima hospitaleiro ao fluxo internacional de capitais e à acumulação capitalista, para cuja obtenção o Banco [Mundial] que deveria priorizar, na relação com os governos, questões como a remodelagem do aparato público e de suas relações com o setor privado, a redefinição dos sistemas legais e o fortalecimento dos direitos de propriedade (e na) articulação nos âmbitos global, nacional e subnacional – de novas “associações” (partnerships) com o setor privado, instituições bilaterais e multilaterais, bancos regionais de desenvolvimento, governos, ONGs e outros atores sociais, e o aprofundamento daquelas já existentes (Pereira, 2011, p. 181).

Raquel Giffoni Pinto (2019, p. 51) analisa que, “em um contexto de liberalização das economias observamos uma relativa despolitização de ação governativa pública simultaneamente à uma politização da ação empresarial”, motivo pelo qual “a partir da década de 1990, o Estado brasileiro vem assumindo um ‘papel dito shumperiano’” no qual se preocupa, principalmente, com as condições de competitividade das empresas, deixando de garantir direitos sociais” (Pinto, 2019, p. 51). Dessa forma, é possível explicar como, diante do surgimento dos agentes, grupos ou movimentos sociais que questionam o Estado e suas políticas de desenvolvimento, os governos respondem em muitas ocasiões repressivamente, negando algumas das liberdades que eles supostamente defendem de expressão e ação por exemplo.

Neste sentido, Martínez Alier (2007, p. 277-278) afirma:

Note-se que num primeiro momento existe a esperança de que o governo reconheça seus erros. Por isso mesmo, essas lutas, pressupondo que o mero conhecimento da injustiça seja suficiente em si mesmo para remediá-la, são reiteradamente iniciadas com cartas e reclamações dirigidas para as

autoridades representativas de cada administração estatal (...). Quando as petições deixam de ser respondidas, os manifestantes recorrem a outras formas de enfrentamento, ao mesmo tempo em que apelam para uma audiência mais ampla, nacional e internacional.

Embora em um primeiro momento possam procurar mediação ou dialogar com os opositores, quando esses procedimentos falham, os governos, irremediavelmente, são "forçados" a recorrer à outras medidas como intimidação, uso do aparato jurídico ou repressão policial para suprimir a oposição como aconteceu no caso do Cajueiro. Em resumo, o poder repressivo do Estado se estende contra os opositores e protege os interesses corporativos (Harvey, 2005, p. 87).

Como Rosa Maris Rosado (2008, p. 154) afirma, dizer que os conflitos socioambientais podem ser resolvidos por meio das políticas públicas implica, muitas vezes, a simplificação da complexidade do processo. Assim, se questiona a “legitimidade de alguns pontos de vista, descartando algumas perspectivas, dando peso somente a uma delas”. A proposta de Alier nos convida a pensar em um “pluralismo de valores”, o que quer dizer levar em consideração “os diversos discursos de valoração, empregados pelos diferentes atores sociais, ao expor seus argumentos em lutas caracterizadas como ‘ecologismo dos pobres’” (Rosado, 2008, p. 157).

O acompanhamento do movimento da zona rural de São Luís oferece essa possibilidade na medida que possibilita “desnaturalizar” categorias como desenvolvimento e modernidade, fazendo a sociogênese das categorias e tentando compreender os motivos, formas, significados, sentimentos e valores por meio dos quais os agentes se constituem para si mesmos, para os outros e para o Estado como um grupo de interesse.

Os governos geram tanto uma legislação como uma estrutura normativa que oferece vantagens às empresas e corporações transnacionais sobre determinados interesses específicos como os setores energético ou agrícola, por exemplo. Geralmente, nos casos em que existem nexos entre os consórcios público-privados com instâncias municipais ou estaduais, o setor privado é quem recebe os benefícios e, caso particular dos moradores que são atingidos e não participam dos “benefícios”.

A partir de seus estudos, Offerlé (1998, p. 137-138) afirma que:

As políticas e a contribuição dos grupos para sua realização não são apenas da decisão e da não-decisão, mas também da repetição (...) Vimos que a atividade

de um grupo, sob qualquer forma que possa parecer, não lhe confere o status de ator relevante no espaço em que ele pretende atuar (...) Assim, desde a identificação de um problema, a formação de uma solução ou ação, a tomada de decisão, a aplicação e avaliação (...) Partir do ponto de vista dos grupos de interesse para entrar no objeto, muitas vezes apresenta o risco de superestimar seu peso no processo de construção de problemas na sociedade e negligenciar a complexidade das transações sociais.

Nesses processos e dinâmicas de poder que colocam a área do entorno da Resex Tauá-Mirim no centro do interesse de corporações transnacionais, sendo lugar de disputa de narrativas, formas de se relacionar com a natureza e valorações diferentes em/com/de ela:

Empresários e corporações não apenas trabalham em estreita colaboração com atores estatais, mas até mesmo adquirem um papel importante no momento da redação das legislações, determinam políticas públicas e estabelecem os marcos normativos regulatórios (que são vantajosos para eles mesmo). Dessa maneira, surgem padrões de negociação que introduzem interesses comerciais e, em alguns casos, profissionais no exercício do governo (Harvey, 2005, p. 86).

Assim, seguindo as reflexões de Offerlé, Igor Grill (2010, p. 127) propõe entender:

que as organizações encontram-se entrelaçadas a múltiplos engajamentos, modalidades diversas de promoção e usos políticos de interesses, bem como a setores estatais e seus recursos materiais e simbólicos, ou seja, como parte integrante de um campo de lutas e de forças, composto de produtores de “referencial e da abordagem cognitiva das políticas públicas”.

Desta forma, não é difícil refletir junto com Offerlé (1998, p. 142-143). que:

O que podemos chamar de “política pública” é na realidade o equilíbrio alcançado a cada momento na luta dos grupos. A ideia de uma leitura unidimensional dos conflitos na sociedade se deparou com o questionamento de uma visão vertical e econômica das oposições de interesse. [Sendo possível entender assim os governos e políticas públicas como] um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes estão organizadas em um número limitado de categorias singulares, obrigatórias, não competitivas, reconhecidas ou aprovadas se não criadas pelo Estado e às quais foi garantido um monopólio deliberado de representação dentro suas respectivas categorias em troca da observação de certos controles sobre a seleção de líderes e a articulação de solicitações e interesses.

Ao falar das lideranças comunitárias, o conceito “empreendedores” faz muito sentido se consideramos que são aquelas pessoas que fazem possível articular os objetivos, sofrimentos e perspectivas das e dos agentes para constituir um grupo e se apresentar como tal, seja ante eles mesmo, diante das instituições ou diante do Estado

(Informação verbal do professor Igor Grill)²³. Desta forma “uma parte importante da relação entre ‘Estado’ e ‘sociedade civil’ e as diferenças existentes entre Estados ou mesmo entre setores podem ser analisadas a partir de duas perguntas: quem pode alcançar o status de ator relevante aos olhos dos líderes?” (Offerlé, 1998, p. 133).

Chegamos assim, finalmente, ao conceito “capital militante”. Matonti e Popeau (2006) mencionam a existência de uma “versão idealizada do militantismo” na qual o militante deveria ser inflexível, selvagem, ter boa fé e ferocidade (Matonti; Popeau, 2006, p. 127). Lembrando as trajetórias de alguns militantes do MDI que foram compartilhadas neste trabalho, é claro que existe uma multiplicidade de motivos para se engajar nas lutas e movimentos socioambientais, mesmo como histórias pessoais que ajudam ou dificultam os processos de engajamento.

Tal multiplicidade de motivos e essa versão idealizada permite entender o motivo da multiplicação dos estudos sobre o militantismo, renovação do interesse devido à mobilização social; à construção de categorias; ao surgimento ou a multiplicação de organizações; bem como à invenção ou a reinvenção de formas de ação; sendo o mais importante o que Cécile Pechu chama de “diferenciação entre ‘campo militante’ e ‘campo partidário’” (Matonti; Popeau, 2006, p. 127).

A problematização do conceito capital militante é fundamental já que ele se refere a “aprendizagens conferidas pelo militantismo, pelas competências importadas do exterior e, também, por aquelas que são aprendidas na prática”; assim, “o capital militante se distinguiria então do capital político que é, em boa parte, um capital de função nascida da autoridade reconhecida pelo grupo e, por isto, instável” (Matonti; Popeau, 2006, p. 129-130).

Esses autores concluem que analisar o capital militante possibilita a oportunidade de reconhecer “indivíduos que vivem um processo de desclassificação social, produto do descompasso entre as aspirações ligadas a uma escolarização prolongada e a realidade da posição (social e profissional) ocupada” (Matonti; Popeau, 2006, p. 131). Assim, nas palavras desses autores, “a noção de capital militante aparece

²³ Fala do professor Igor Grill na disciplina “Teoria Política”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA). 5 nov. 2019.

como uma forma de analisar a lógica de investimentos militantes que não podem ser suficientemente explicados pelas crenças individuais” (Matonti; Popeau, 2006, p. 132); restando “compreender a lógica das transferências pela qual o capital militante ou pelo menos uma parte dele pode ser utilizado em outros espaços” (Matonti; Popeau, 2006, p. 133).

Finalmente, é interessante destacar que algumas das lideranças ocupam cargos de representação nas comunidades ou em diversos organismos não governamentais, assim como em ONGs que apoiam o movimento. Desta forma, o capital militante poderia funcionar de forma similar à noção do capital cultural, tendo determinados recursos do campo político como a crença, crédito e reconhecimento, os quais são alvo de uma constante construção e desconstrução. Os militantes, e sobretudo os mais engajados, se apresentam como uma via de acesso para a compreensão e análise dos movimentos; da relação entre o engajamento e as histórias-trajetórias de vida particulares; do capital militante que “carregam” consigo e como uma possível ferramenta de desconstrução do campo político, a representação e as relações entre governos, políticas públicas e projetos desenvolvimentistas.

Para finalizar esse capítulo, destacar a crítica realizada pelos agentes locais à institucionalização do potencial político das pessoas, já que com suas ações diárias em relação à tomada de decisões e gestão coletiva do território, articulação regional e local-nacional, bem como através do entrelaçamento constante dos aspectos ambientais, religiosos, legais e econômicos (entre outros) com os comumente considerados propriamente políticos, desmontam dia a dia o que no capítulo foi catalogado como institucionalização e profissionalização do campo político.

A partir da análise realizada nesses anos para construir essa tese, é possível entender como o campo do político se mostra diferente de uma concepção institucional na que um grupo afasta-se do resto da sociedade para tomar decisões, mas pelo contrário, o político é uma dimensão constitutiva da vida social que engloba o conjunto de práticas sociais, desde o micro até o macro, em que o conjunto de expressões, significados, valores e concepções socioculturais se encontram entrelaçados fortemente.

O questionamento da suposta representatividade dos “representantes” políticos realizada pelos agentes locais, deixa claro que, no estágio atual, a legitimidade da

democracia é posta em dúvida, pois é condicionada por empresas transnacionais e grupos econômicos transnacionais de grande capital político-econômico que colocam candidatos em cargos no governo e, uma vez lá, realizam políticas públicas – e projetos desenvolvimentistas de acordo com os interesses daqueles que os colocam ali.

Compreendendo que todo movimento social tem um “núcleo” que forma a base da disputa de narrativas, resistência, organização e planejamento das atividades; uma das grandes virtudes do MDI é que, na conformação desse núcleo, foram articulados moradores e agentes sociais de diversas comunidades do entorno da Resex Tauá-Mirim; ativistas; acadêmicos; população da cidade de São Luís; integrantes de vários grupos ambientais, sindicais, artísticos e de defesa dos direitos humanos; membros da igreja e advogados, entre outros militantes engajados, o que tem permitido realizar essa disputa pelo direito de existir das comunidades da zona rural de São Luís, encravado no centro do interesse do grande capital transnacional.

Esse interesse é histórico e tem explicações geográficas, sociais e políticas dessa índole que precisam ser analisadas.

Capítulo 3

“As nossas comunidades não estão sob ameaça, estão sobre ataque”: Capital transnacional contra a natureza, os territórios e populações

3.1 Amazônia legal e o Maranhão: natureza e populações atacadas pelo capital

Maranhão, meu tesouro, meu torrão
(Humberto de Maracanã)

Maranhão, meu tesouro, meu torrão
Fiz esta toada pra ti, Maranhão

Terra do babaçu que a natureza cultiva
Esta palmeira nativa é que me dá inspiração
Na praia dos lençóis tem um touro encantado
E o reinado do rei Sebastião

Sereia canta na proa
Na mata o guriatã
Terra da pirunga doce
E tem a gostosa pitombotã
E todo ano, a grande festa da Juçara
No mês de outubro no Maracanã

No mês de junho tem o bumba-meu-boi
Que é festejado em louvor a São João
O amo canta e balança o maracá
A matraca e pandeiro é que faz tremer o chão

Esta herança foi deixada por nossos avós
Hoje cultivada por nós
Pra compor tua história, Maranhão

Para falar do cuidado e conexão com a natureza, poucas pessoas tão potentes quanto dona Maria Máxima Pires²⁴. Moradora da comunidade Rio dos Cachorros, expressa com palavras simples, lindas e diretas, o que os teóricos chamam de “linguagens de valoração”, “éticas ambientais” ou “ecologismo dos pobres”. Começando sua fala com o canto acima, em uma atividade realizada na Universidade Federal do Maranhão, expressa:

Nesse canto ele diz tudo, faz um apelo ao Maranhão, aos ludovicenses, para a proteção da natureza [...] Eu lembro que eu disse para ele “Beto [Cantanhede Lopes], essas comunidades tradicionais ou se mobilizam ou elas somem. Vocês jovens das universidades, das comunidades, tem que ter participação na discussão do território. As comunidades que somos pescadores, lavradores, extrativistas, mulheres, idosos, aqueles que nos passaram a história, que

²⁴ Maria Máxima Pires é liderança [ou podemos considera-la “referência comunitária”, como ela prefere ser chamada] comunitária da comunidade Rio dos Cachorros, articuladora da CONFREM e membro do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim.

contaram para nós. Nós, tivemos esse privilégio de ter, de ver os animais que estão descritos nessa música. A gente foi educado para respeitar aqueles animais. Fomos educados para só apanhar a fruta madura. Fomos educados para reverenciar às nascentes, ninguém entrava no mar sem se benzer (áudio com participação de Máxima Pires, no XVII Encontro Humanístico-UFMA. 23 junho 2023).



Imagem 12. Arquivo GEDMMA. Atividade de campo e oficina no Rio dos Cachorros, 14 agosto 2021.

Como entender o conflito de narrativas, os códigos em disputa, as lógicas, as práticas e o cuidado com a natureza? Como se confrontam os ideais desenvolvimentistas com o sentir, as práticas, o que faz sentido na vida das e dos moradores das comunidades, e o porquê dessas/es agentes sociais reivindicar o direito de existir nelas?

Eu tenho 64 anos. Meu pai é pescador e lavrador, ele pescava lá na Madre Deus [bairro de São Luís]. Vocês pensam que lá na praia não tem um touro encantado? Tem. Eu tinha 10-12 anos e a minha avó já falava, então, isso [da música de Humberto de Maracanã] não pode ser mentira. Minha avó já falava “tem um touro encantado e ele passa aqui pela beira do mar”. Ela dizia “tem dia que ele passa aqui, ele é pretinho e passa aqui”. Então, quem pensa que isso é invenção de Humberto, não é? (áudio com participação de Máxima Pires, no XVII Encontro Humanístico-UFMA. 23 junho 2023).

A partir dos seus estudos, Helciane de Fátima Abreu Araújo (2013, p. 31) conclui que o estado do Maranhão, no Nordeste do Brasil, apresenta um perfil:

cuja estrutura de poder – ainda que montada sob o discurso da modernidade – alimenta-se por uma espécie de hibridização entre interesses do capital mundializado e dimensões do patrimonialismo e do colonialismo – tal como as interpretações de Holanda (1995) e Santos (2007), que se colocam como resistência à consolidação de um Estado democrático de direito, em construção no Brasil, a partir da Constituição de 1988.

Para compreender a particularidade deste Estado brasileiro, é necessário localizá-lo geograficamente. Assim, situado em uma área de transição, entre a Amazônia, o Brasil Central e o Nordeste (Araújo, 2013, p. 112), o Maranhão compreende uma área de 329.651,496 km², onde vive uma população estimada²⁵, em 2022, de 6.775.152 habitantes, distribuída em 217 municípios, destacando que uma das peculiaridades do estado é que é o único estado nordestino cujo território está inserido no bioma Amazônia.



Imagem 13. Fonte: Spinelli et al, 2016, p. 18.

Em termos de população, o Maranhão ocupa a 12^a posição dos 27 estados em que se divide o território brasileiro, possuindo uma densidade populacional de 20,55 habitantes por km². Em relação ao perfil educacional da população maranhense, vale ressaltar que, em 2021, o número de alunos matriculados no ensino fundamental a levou a ocupar a 10^a colocação em nível nacional com 1.112.636 alunos matriculados. Naquele ano, 279.213 alunos estavam matriculados no ensino médio, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

²⁵ IBGE. Informação disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> Acesso 4 outubro 2023.

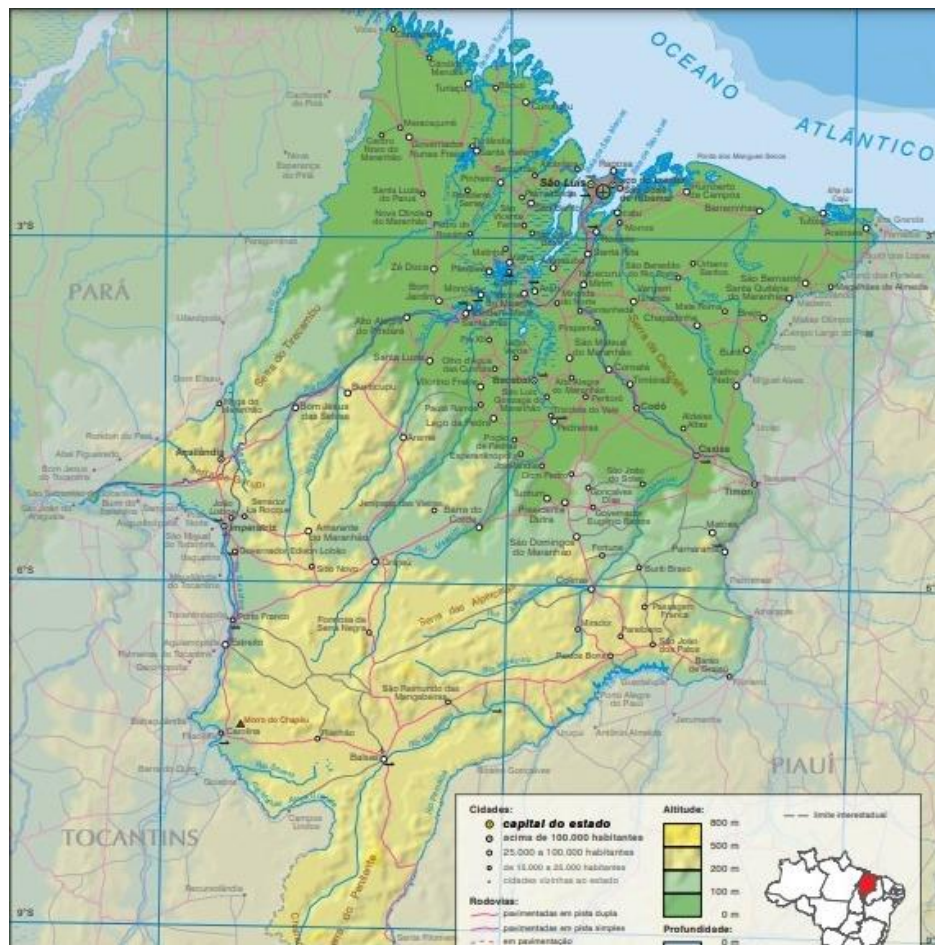


Imagem 14. Fonte: Captura de imagem do mapa disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/atlas_educacionais/atlas_geografico_escolar/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/fisico/maranhao.pdf Acesso 4 outubro 2023.

As áreas em que o Maranhão ocupa posições intermediárias ficam para trás na análise das esferas do trabalho e da economia. Por exemplo, o Maranhão ocupa a última posição no nível nacional em relação ao nível da renda nominal mensal per capita por domicílio, sendo o equivalente 814 reais, ou seja, inferior ao salário mínimo estabelecido no Brasil (1.320 reais a partir de maio de 2023). Do mesmo modo, a população de 16 anos ou mais com emprego formal (com 26,8%) e o rendimento médio (2.250 reais) no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais ocupam a última e a antepenúltima posição a nível nacional, respectivamente. Em contrapartida (ou deve-se questionar a relação entre os dois fenômenos), os trabalhadores dos ramos da administração pública, defesa e previdência do estado representam o 11º lugar em todo o Brasil. Por fim, cabe

destacar que o Maranhão ocupa a última colocação em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano em nível nacional (IBGE, 2021)²⁶.

Falar dos recursos naturais do Maranhão implica compreender que:

O relevo maranhense apresenta topografia regular, com aproximadamente 90% da superfície abaixo de 300 metros de altitude. É formada por um litoral recortado e uma planície costeira com dunas e planaltos no interior. O ponto mais alto do Maranhão é a placa das Mangabeiras: 804 metros de altitude. O clima equatorial é predominante na porção oeste do estado, apresentando alta média de chuvas (pluviosidade) e altas temperaturas. O restante do território maranhense é influenciado pelo clima tropical, com maiores taxas de chuvas nos primeiros meses do ano. O Maranhão possui uma grande variedade de biomas. Sua vegetação é composta por mato de cocais (ao leste), manguezais (no litoral), floresta amazônica (ao oeste) e cerrados (ao sul). Com grande riqueza de recursos hídricos, os principais rios do Maranhão são os rios das Balsas, Gurupi, Itapecuru, Mearim, Parnaíba, Pindaré, Tocantins, Turiaçu (Francisco, s/d).

Essa diversidade de biomas e ecossistemas abriga áreas de caatinga, cerrado e também do bioma Amazônia “com direito a extensas áreas inundáveis” devido a grande quantidade de rios que atravessam os territórios, assim como “um vasto litoral, com seus manguezais e praias”, que, como afirmam lideranças dessas comunidades “são tantos os atributos naturais com potencial de sustentabilidade econômica, social e ambiental que fica incompreensível assistir governos ‘com o pires na mão’ submetendo-se aos caprichos de empresas transnacionais” (Lopes et al., 2020, p. 429-430).

²⁶ Dados e informação disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama> Acesso 4 outubro 2023.

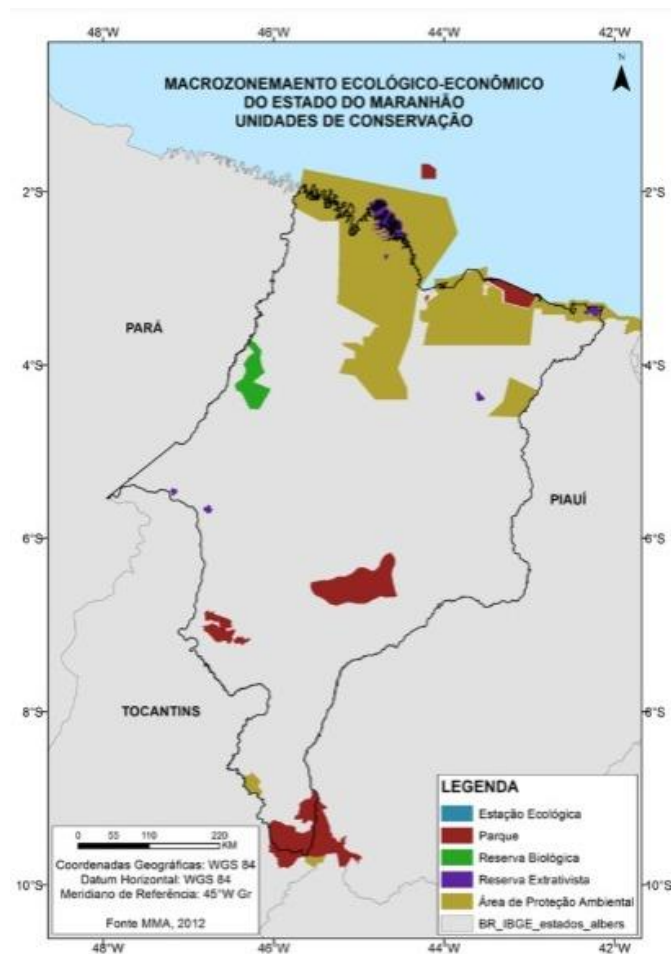


Imagem 15. Fonte: Spinelli et al, 2016, p. 18.

Se analisarmos dados sobre a conservação da biodiversidade do Maranhão, encontramos que:

O total de áreas remanescentes de vegetação, em suas diferentes fisionomias (Figura 4), totaliza 75% do Maranhão, e apesar disso, menos de 19% do Estado está protegido por unidades de conservação, englobando as categorias reserva biológica (0,8% do Estado), Parque Nacional e Estadual (3,7%) e Estação Ecológica (0,0003%) como unidades de proteção integral, e Área de Proteção Ambiental (14,2%), Reserva Extrativista (0,1%) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (0,01%) como unidades de uso sustentável (Embrapa, 2016, p. 21-22).

Vale ressaltar que o Maranhão apresenta um dos maiores índices de queimadas no âmbito nacional - e o maior no Nordeste. As questões ambientais que explicam isso são a extração ilegal de madeiras, a produção de carvão, as próprias queimadas para incentivar a monocultura de soja e eucalipto, isso tudo em diferentes municípios e regiões do estado. A poluição dos rios, falta de saneamento básico, coleta de lixo e tratamento de

esgoto pioram a situação e complicam a preservação do meio ambiente, gerando assim diversos conflitos socioambientais (Araújo, 2013, p. 211).



Imagem 16. Fotografia pessoal. Poluição de córrego de água no Rio dos Cachorros, de acordo com informação das moradoras e moradores, consequência da poluição das atividades das empresas na região. 11 junho 2022.

Mesmo nesse cenário adverso, o Maranhão possui o Parque Estadual do Sítio Rangedor, Área de Proteção Ambiental (APA) de Itapiracó, APA da Baixada Maranhense, Parque Estadual do Bacanga, Parque Estadual do Mirador, Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís, Parque Estadual Marinho do Banco do Tarol; APA da Foz do Ríó Preguiças, Pequenos Lençóis, Região Adjacente da Laguna; APA das Reentrâncias Maranhenses; APA do Maracanã; APA de UPAUAN-AÇU, APA Miritiba-Alto do Ríó Preguiças; APA das Nascentes do Rio Balsas; a APA dos Morros Garapenses e o Parque Ecológico Estadual Laguna de Jansen, todos reconhecidos como unidades de conservação pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA, 2018).

Unidade de Conservação	Área da UC (km²)	Área da UC pertencente ao Bioma (km²)	Área da UC no Bioma (%)	Área equivalent e do Bioma (%)
Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense	17.269,698	16.228,383	93,97	11,76
Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses	26.317,148	10.042,897	38,16	7,28
Área de Proteção Ambiental de Upaon-Açu / Miritiba / Alto Preguiças	15.353,100	7.013,861	45,68	5,08
Reserva Biológica do Gurupi	2.712,103	2.707,393	99,83	1,96
Reserva Extrativista de Cururupu	1.850,479	763,123	41,24	0,55
Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís	456,073	456,073	100,00	0,33
Reserva Extrativista Mata Grande	114,414	107,775	94,20	0,08
Reserva Extrativista Quilombo do Frexal	93,310	93,310	100,00	0,07
Reserva Extrativista do Ciriáco	81,054	81,054	100,00	0,06
Parque Estadual do Bacanga	26,210	26,210	100,00	0,02
Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã	21,888	21,888	100,00	0,02
Área de Proteção Ambiental do Itapiracó	3,551	3,551	100,00	0,00
Área de Proteção Ambiental da Lagoa da Jansen	1,970	1,938	98,38	0,00
Parque Estadual do Sítio do Rangedor	1,263	1,263	100,00	0,00
TOTAL	64.302,261	37.548,717	18,56	27,22

Tabela 1. Fonte: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). 2020²⁷

Além das citadas unidades de conservação estaduais, também é preciso mencionar aquelas criadas e administradas pelo Governo Federal. Segundo dados de Murer e Futada²⁸:

Atualmente no Brasil, há 336 Unidades de Conservação federais, das quais 146 estão localizadas na Amazônia Legal. Estas, somadas a mais 194 unidades estaduais, compõe uma extensa rede formada por 122 unidades de proteção integral e 218 unidades de uso sustentável. Essas 340 federais e estaduais na Amazônia Legal localizam-se em um total de 339 municípios, diretamente beneficiados pelo reconhecimento e destinação desses territórios para áreas de conservação, uso sustentável, repartição de benefícios, turismo de base comunitária e ecoturismo. São 148 municípios com incidência de Unidades de Conservação de Proteção Integral e 282 com UCs de Uso Sustentável na região amazônica (Murer; Futada, s/d).

²⁷ Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). Relatório Técnico de Classificação da Vegetação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão (ZEE-MA). 2020. Disponível em: <http://homologacao.zee.ma.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Vegetacao.pdf> Acesso em 3 outubro 2023.

²⁸ Murer, Beatriz Moraes; Futada, Silvia de Melo. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados#:~:text=Altera%C3%A7%C3%B5es%20na%20regula%C3%A7%C3%A3o%20clim%C3%A1tica%20clim%C3%A1ticas,est%C3%A3o%20localizadas%20na%20Amaz%C3%B4nia%20Legal> Acesso 3 outubro 2023.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA				
Federais				
Categoria	Quantidade	Área Oficial (há)	% da Área em Relação à Área Total de Ucs	% da Área Oficial em Relação à Área da AM Legal
Proteção Integral				
ESEC	15	7.154.171	5,537	1,42
PARNA	26	22.925.378	17,743	4,57
REBIO	10	4.069.884	3,15	0,83
Total Proteção Integral (federal)	51	34.149.433	26,43	6,82
Uso Sustentável				
APA	5	2.605.628	2,017	0,52
ARIE	2	20.864	0,016	0,00
FLONA	34	17.077.656	13,217	3,43
RDS	1	64.735	0,050	0,03
RESEX	51	13.002.459	10,063	2,55
Total Uso Sustentável (federal)	94	32.771.342	25,364	6,54
Total Geral (Federal)	145	66.920.775	51,794	13,36
Estaduais				
Categoria	Quantidade	Área Oficial (há)	% da Área em Relação à Área Total de Ucs	% da Área Oficial em Relação à Área da AM Legal
Proteção Integral				
ESEC	9	4.640.276	3,591	0,92
MONAT	4	32.710	0,025	0,00
PES	44	7.013.953	5,429	1,46
REBIO	6	1.261.650	0,979	0,25
RESEC	1	100.000	0,077	0,0
RVS	6	110.740	0,086	0,02
Total Proteção Integral (estadual)	70	13.159.369	10,185	2,62
Uso Sustentável				
APA	40	19.734.719	15,274	3,94
ARIE	1	25.000	0,019	0,00
FERS	10	278.966	0,216	0,05
FES	18	13.258.757	10,262	2,64
FLOREX	1	1.055.000	0,817	0,23
RDS	24	12.632.153	9,777	2,52
RESEX	26	2.131.209	1,649	0,42
RFAU	1	10.463	0,008	0,00
Total Uso Sustentável (estadual)	121	49.126.267	38,022	9,83
Total Geral (Federal)	191	62.285.636	48,207	12,44
Total na Amazônia	336	129.206.411	100,000	25,86

Tabela 2 Fonte: Instituto Socioambiental²⁹

Os gráficos apresentados à continuação exemplificam como, das 146 Unidades de Conservação Federais³⁰ localizadas na Amazônia legal, 51 estão categorizadas como Unidades de Conservação de Proteção integral, dentre as quais encontramos 15 de Estações Ecológicas (ESEC), 26 Parques Nacionais (PARNA) e 10 Reservas Biológicas (REBIO).

²⁹ Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/amazonia/terras-indigenas-e-unidades-de-conservacao-na-2> Acesso em 3 outubro 2023.

³⁰ Gráficos elaborados com informação disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados#categorias> Acesso 3 outubro 2023.

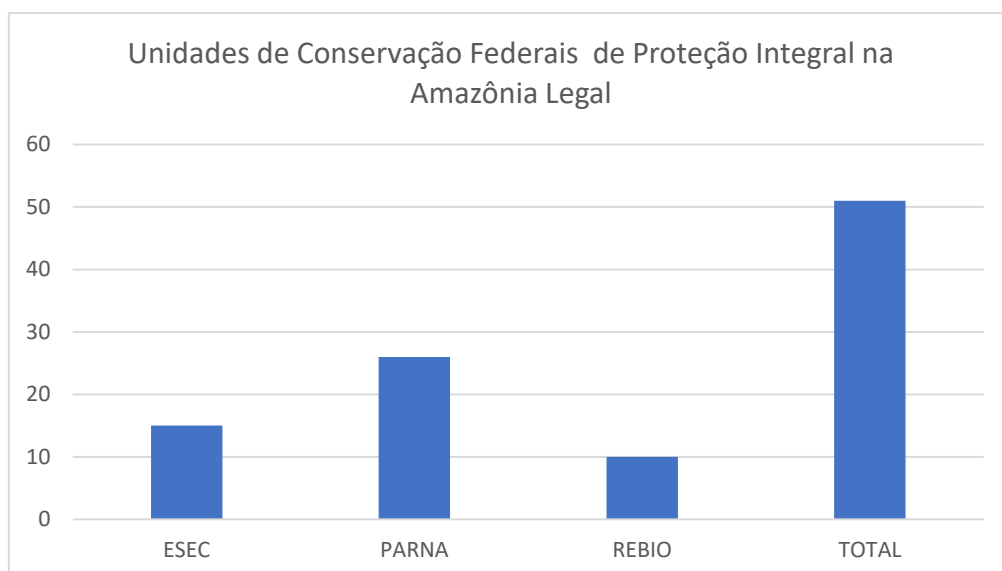


Gráfico 1. Unidades de Conservação Integrais na Amazônia Legal. Fonte: Instituto Socioambiental

Também encontramos 95 categorizadas como Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Delas, 5 são Áreas de Proteção Ambiental (APA), 3 Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), 35 Florestas Nacionais (FLONA), 1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e 51 Reservas Extrativistas (RESEX).

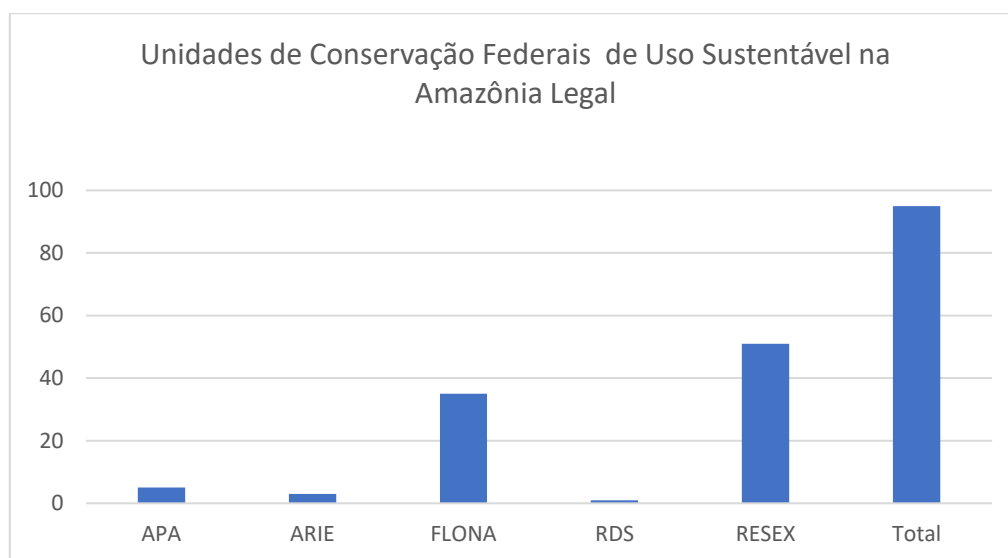


Gráfico 2. Unidades de Conservação de Usos Sustentáveis na Amazônia Legal. Fonte: Instituto Socioambiental

Importante frisar que das 95 categorizadas como Unidades de Conservação Federal de Uso Sustentável localizadas na Amazônia legal, 51 são reservas extrativistas. Porém, no Maranhão só encontramos nove: Arapiranga-Tromaí, Cururupu, Quilombo Frechal, Itapetininga, Baía do Tubarão, Marinha do Delta do Parnaíba, Chapada Limpa, Ciriaco e Mata Grande. Nenhuma delas está localizada em São Luís.

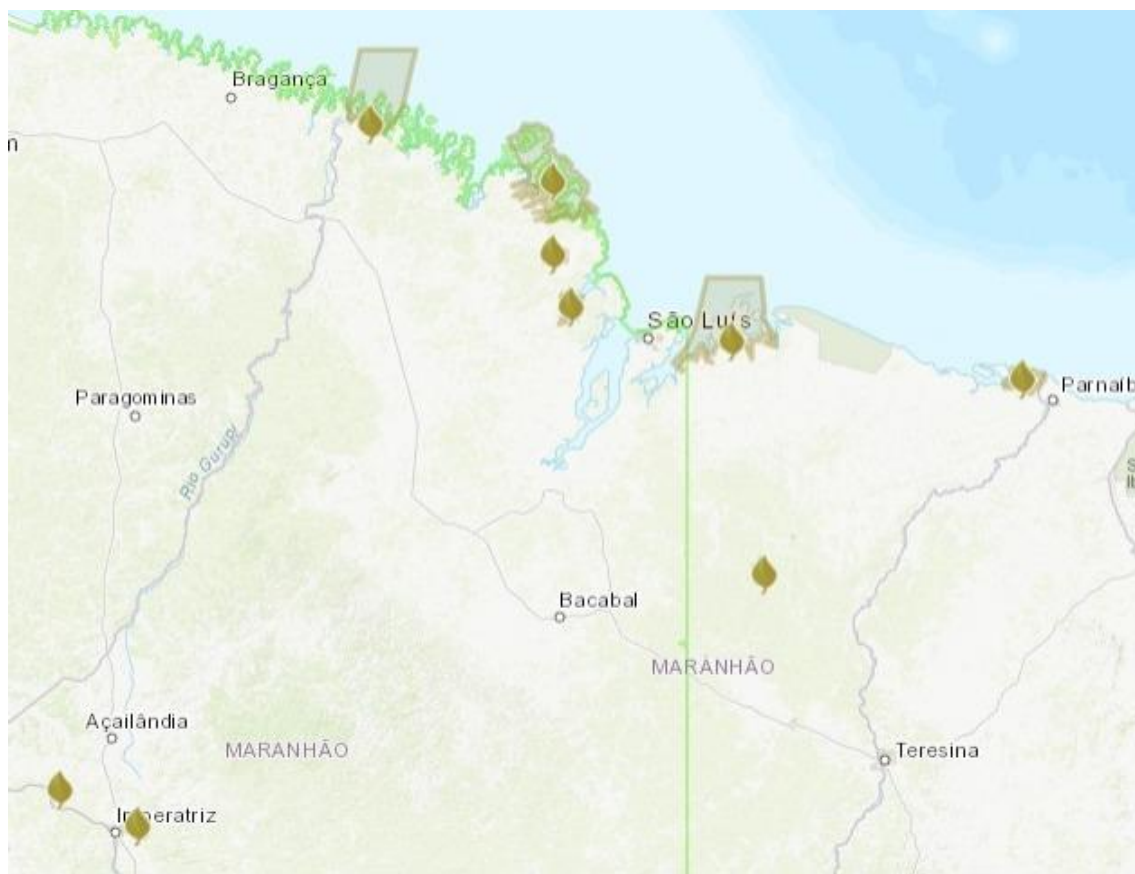


Imagem 17. Reservas Extrativistas no Maranhão. Fonte: Instituto Socioambiental³¹

Com todos os dados citados, fica demonstrada a importância da riqueza e diversidade que a Amazônia legal e o Maranhão possuem, bem como da incrível natureza que habita nessa área. Por outro lado, também são claras as graves ameaças em torno das comunidades, sejam tradicionais, indígenas ou quilombolas que habitam esses entornos naturais, cobiçados pelo grande capital.

Como veremos a seguir, falar da “Grande São Luís” implica saber que:

No Golfão e em seu entorno localizam-se os municípios de São Luís, capital do estado do Maranhão, São José de Ribamar, Raposa, Paço de Lumiar, Alcântara, Bacabeira, Rosário, Santa Rita, Icatu, Morros, Presidente Jucelino, Axixá, Cachoeira Grande que compõem o que o planejamento territorial estadual denomina como Região Metropolitana ou Grande São Luís (Lopes et al., 2020, p. 411).

³¹ Captura de tela do mapa disponível em: <https://uc.socioambiental.org/> Acesso 3 outubro 2023.

3.2 Rumo ao des-envolvimento: a colonização do Maranhão

De acordo com dados oficiais:

A região que hoje é o estado do Maranhão foi dividida pelo rei de Portugal, Dom João III, em duas capitanias hereditárias em 1535. O local fora doado, mas não foi nenhuma expedição para lá até que em 1612 os franceses resolveram por lá se estabelecer. Em 1615, uma expedição portuguesa partiu da capitania de Pernambuco rumo ao Maranhão com o objetivo de expulsar os franceses e consolidar o domínio português. Tal expedição foi liderada por Jerônimo de Albuquerque que tratou de fundar uma cidade junto à fortaleza erguida pelos franceses. Alexandre de Moura foi capitão-mor da armada que expulsou os franceses. Ele nomeou Jerônimo de Albuquerque para ser o capitão-mor do Maranhão, a partir de então, ficando ao cargo deste a fundação e edificação da ainda cidade do Maranhão. Cumprindo ordens, Jerônimo trata de colocar a cidade sob a proteção de Nossa Senhora da Vitória, dando o nome de São Luís, hoje capital do estado (IHGM apud IBGE, 2017).

Com as incursões portuguesas e francesas, bem como com a chegada dos holandeses em 1642, iniciou-se a ocupação e uso das terras do Maranhão. Como Araújo relata, entre os anos de 1750 e 1850, a ocupação do Maranhão aconteceu por duas frentes, uma associada à pecuária, pelos vaqueiros de Bahia que entraram pelo Sul; e outra associada à agricultura, que se estabeleceu nas terras próximas à Baixada ocidental e oriental, assim como no Baixo e Médio Mearim. Essa segunda frente se transformou na “mão-de-obra das *plantations* de cana-de-açúcar e do algodão”. Décadas depois, quando o regime escravocrata terminou – de forma oficial, a implantação do sistema produtivo pecuário extensivo deu origem a um campesinato que se sustenta por meio do uso comum de recursos e da cooperação entre unidades domésticas de produção (Araújo, 2013, p. 112).

Quando falamos sobre uso comum de recursos e cooperação dentro de unidades de produção, uma referência importante são os grupos indígenas. Assim, para explicar brevemente sobre o histórico de ocupação e condição dos grupos indígenas no Brasil³², e especificamente no Maranhão, devemos dizer que no século XVI, a população indígena estimada do estado do Maranhão era de 109000 pessoas distribuídas em 14 grupos étnicos, destacando que, no final do século XX era somente de 15916 pessoas. É óbvio que falamos da extinção por completo de diversos grupos indígenas, dentre eles – só para

³² Os dados apresentados aqui sobre a população indígena nos séculos XVI e final do século XX foram construídos com base nos dados do IBGE. A informação está disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena.html> Acesso em 4 outubro 2023.

citar um exemplo o Tupinambá de Cumá, localizado no Maranhão e com uma população estimada em 25000 pessoas no século XVI.

Cerca de 30 grupos étnicos diferentes faziam parte dessa população estimada em mais de 2 milhões de pessoas; a maioria deles, hoje, não existe mais. Povos indígenas como os Tupinambás, os Barbados, os Amanajós, os Tremembé, os Araiões, os Kapietrã, entre outros que habitavam o território que hoje é chamado Maranhão, foram exterminados ou dissolvidos social e culturalmente. Em síntese, as causas dos desaparecimentos de mais de 20 povos indígenas maranhenses ao longo dos séculos tem sido guerras de expedição para escravizar, doenças importadas, miscigenação forçada, imposição de novos modelos culturais, entre outras causas.

Segundo os dados mais atualizados do IBGE, na tabela a seguir encontramos que no Brasil habitam pouco mais de 1 milhão 693 mil indígenas, dos quais, 57214 habitam no Maranhão.

Brasil e Grande Região

Brasil	1.693.535
Norte	753.357
Nordeste	528.800
• Maranhão	57.214
Sudeste	123.369
Sul	88.097
Centro-Oeste	199.912

Tabela 3. Total de indígenas no Brasil, nas regiões e no Maranhão. Fonte: Elaboração construída com base em dados do IBGE³³.

³³ Tabela construída com informação disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37417&t=resultados> Acesso em 4 outubro 2023. Para dados mais específicos sobre a temática, consultar: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>

O extermínio por parte do Estado de grupos sociais específicos não foi restringido aos indígenas, mas também às comunidades tradicionais, quilombolas e territórios de marisqueiras, pequenos lavradores, extrativistas e outros que, nos padrões da modernidade ocidental, não são/estão “desenvolvidos”. Séculos depois, já no período 1946-1947, período posterior à ditadura do Estado Novo, assiste-se no nordeste brasileiro:

ao aparecimento das ligas camponesas e ações do Partido Comunista Brasileiro e da igreja católica no campo [portanto] no Maranhão, consolidam-se, a partir de 1953, as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, vinculadas à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, cuja principal reivindicação era a “reforma agrária democrática” (Araújo, 2013, p. 128).

Vale ressaltar o papel do governo na ocupação territorial, uma vez que essa participação “se intensifica com a abertura de trechos rodoviários entre 1939-1945 e, posteriormente, na década de 1950, com a construção do trem³⁴ São Luís-Teresina” (Araújo, 2013, p. 112).



Imagem 18. Reportagem publicada em novembro de 1929 anunciando a inauguração da estação “Urbano Santos”, nome outorgado à estação de São Luís. Jornal do 10/11/1929.

³⁴ Imagens disponíveis em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/ma-pi/sl Luiz.htm> Acesso em 19 fev. 2021.



Imagem 19. Trem na estação de São Luís, nos anos 1950 (Fotografia de Tibor Jablonsky).

Tomando em consideração esses dados, Araújo afirma que, a partir dos anos 1960, podemos enxergar uma “outra forma de ocupação”, desta vez dirigida pelo planejamento público com uma visão desenvolvimentista. Essa política classificou o Norte do Brasil (inserindo-se nessa definição genérica o Maranhão) como um “território vazio” onde poderiam ser “solucionadas” problemáticas sociais no Sul e Nordeste. Uma das bases para fundamentar essa decisão, foi o relatório “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, elaborado, pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste em 1959. O documento, recomendou “projetos de colonização no Maranhão, como meio de organizar o fluxo migratório nordestino e corrigir as distorções advindas da seca no Nordeste” (Araújo, 2013, p. 113).

A partir desse processo de ocupação territorial, se formaram associações agrícolas, camponesas e pecuárias, além de associações religiosas no Maranhão. Porém, no plano político, devemos destacar que o contexto da ditadura fez com que o processo de organização política dos segmentos sociais que viviam no campo fosse muito complicado, isso pela repressão que poderiam sofrer. Foi só em 1972 que os trabalhadores rurais criaram a Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão (FETAEMA). Com influência da Teologia da Libertação, em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que desde o começo tem sido uma aliada dos movimentos sindicais que acompanham as lutas do/no campo. Finalmente, foi no final da década de 1970 que

algumas organizações não governamentais de direitos humanos e partidos políticos de esquerda começaram a marcar presença no estado (Araújo, 2013, p. 129).

Desse processo histórico podemos afirmar que a ocupação do território maranhense “não levou em conta a formação social e econômica pré-existente no Estado e acabou estimulando os fluxos migratórios nordestinos”, o que depois provocou a venda de “terras livres” a grupos empresariais sumamente poderosos, abrindo assim as portas para a entrada do grande capital no Maranhão, sendo evidente o apoio governamental “por meio de subsídios e transferência de terras devolutas às grandes empresas agropecuárias e comerciais”, permitindo assim a entrada do Maranhão no mercado nacional e internacional (Araújo, 2013, p. 11).

Como já foi mencionado, a ideia de “integração nacional” fez com que a ocupação da Amazônia sofresse as características descritas, isso porque:

Tal interpretação induziu o Estado a uma política de colonização oficial e a apropriação privada das terras, através da posse do título, entrando em confronto com os costumes tradicionais da região e intensificando os conflitos, principalmente nas faixas pioneiras e em regiões de ocupação antiga, sobretudo em áreas indígenas, atingidas pelos projetos de colonização e de empreendimentos agrários (Araújo, 2013, p. 114).

Naquele período (meados da década de 1970) havia uma forte discussão sobre o modelo econômico que seria implantado no Maranhão, pois enquanto alguns "apontavam o <setor primário> como a alternativa econômica para o Estado. Outra orientação, no entanto, era dada pelos chamados <industrialistas> [...] que associavam a ideia de desenvolvimento à indústria e atribuíam o atraso às atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas” (Araújo, 2013, p. 115).

Pensando em tudo isso, na nossa vida, da nossa natureza, é que a gente fala que antes desse desenvolvimento desenfreado, que antes chamavam de progresso e hoje chamam de desenvolvimento sustentável, essas comunidades tradicionais sentaram, conversaram e planejaram sobre a proposta de criação da Resex Tauá-Mirim, que é a única forma de defender nosso território. Dessas estradas de ferro que chegaram aqui, eu lembro meu avô, que hoje tem 96 anos, o meu pai e a minha tia Maria Máxima Pires que era viva, dizer “começa aí o inferno para nossas comunidades” (áudio com participação de Máxima Pires, no XVII Encontro Humanístico-UFMA. 23 junho 2023).

Como veremos a seguir, nesse período de necessidade de diretrizes no sentido econômico-social, deu-se a irrupção um fenômeno global que determinou, como praticamente no mundo todo, os passos que seriam dados no Brasil. Antes de fechar este tópico, é preciso dizer que nas últimas décadas tem ocorrido um processo de

fortalecimento das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas que, apesar de serem agredidas e cercadas por diversos fatores como o desmatamento de seus territórios, poluição dos igarapés e outros, encontram no aspecto cultural e justamente no fortalecimento e defesa dos seus territórios uma ferramenta para resistir aos ataques de grupos empresariais e governos que os ameaçam.

3.3 Neoliberalismo: O capital no território maranhense

Para entender a participação do capital global, bem como as pressões político-econômicas que influenciaram as decisões governamentais ocorridas no Brasil, é necessário dizer que:

A partir do Consenso de Washington, em 1979, o governo brasileiro se vê obrigado a atender as recomendações de reforma fiscal, tributária, financeira e cambial, tendo como consequência o estabelecimento do Plano Nacional de Desestatização, com redução do crédito rural. Para enfrentar a crise de 1980 - da dívida externa, cambial e fiscal -, o governo brasileiro, ainda sob o regime militar, aposta na formação do mercado interno e passa a adotar medidas de controle das importações, das demandas internas, das despesas públicas e dos gastos com as estatais, de elevação de impostos e de redução dos salários [...] A partir de 1982, inicia-se o processo de desmonte do sistema de assistência técnica e extensão rural no Brasil [...] As medidas são embriões de uma política desenhada sob inspiração da ideologia neoliberal, predominante nas discussões de Washington, que retomava a antiga fórmula do Estado Mínimo. No Brasil, a retirada começa pelos setores mais frágeis. Enquanto em outros estados, principalmente no sul do País, o sistema de assistência técnica e extensão rural foi absorvido por outras instâncias, mantendo os serviços; no Maranhão, isso não ocorreu (...) Analisando o problema sob outro prisma, Mesquita (2008) argumenta que a pretendida modernização na agricultura não se deu no Maranhão porque, apesar de todo o aparato institucional verificado nos anos 1960/1970, a incorporação de insumos modernos no setor agropecuário se deu de forma pontual e seletiva, articulada com as grandes empresas e latifúndios subsidiados pelo Estado (Araújo, 2013, p. 159-160).

Diante de tal cenário, o governo do Maranhão optou pela “ocupação racional” das terras. Tendo como objetivo modernizar o setor primário, foram implementados investimentos empresariais e abertura de terras para projetos de colonização, “absorvendo” famílias camponesas das áreas consideradas de tensão social, como regiões Mearim/Pindaré, onde os conflitos entre agricultores e pecuaristas já eram evidentes, ou regiões de colonização mais antiga (Araújo, 2013, p. 116).

Analisando a estrutura territorial do Maranhão no período de 1970 a 1995, durante a implementação das políticas desenvolvimentistas no Maranhão, foi criada uma

estrutura de uso da terra “extremamente desigual e antidemocrática”. Se comparamos a concentração da terra no Maranhão dos anos 1950 (que foi pouco alterada), vemos que “no período de 1960 a 1985, em todas as mesorregiões houve uma alteração positiva na concentração fundiária, em particular nas regiões oeste (25%) e centro (21%)” (Araújo, 2013, p. 118).

Diante desse cenário:

As questões sociais e econômicas se intensificam-se, nos anos de 1980, na medida em que o novo projeto de industrialização inicia uma coalizão, difícil de romper, entre o setor mais atrasado da terra, com o mais adiantado da indústria, representado pelas empresas mineradoras e siderúrgicas, exportadoras dos minérios de Carajás. A aliança do poder agrário com a industrialização desmoronou de vez a ideia do celeiro do Brasil. Os empreendimentos passam a disputar agora os recursos naturais. A ideia de desenvolvimento, vinculada à industrialização, prevalece no Estado e os investimentos públicos desconhecem as diferentes territorialidades e modos de vida que coexistem, reproduzindo no dia-a-dia diferentes tipos de conflitos (Araújo, 2013, p. 121).

Nesse processo de profundas transformações sociais, políticas e econômicas, que desencadearam diversos tipos de conflitos, outro importante acontecimento ocorreu no Brasil: a Constituição Federal de 1988. Com esse marco, o país entrou numa etapa contraditória, já que começou processos de democratização, mas ao mesmo tempo “ajustamento constrangido” à ordem econômica global, ou seja, seguindo as diretrizes neoliberais. Assim, o Estado brasileiro implementou uma reforma de redução de despesas públicas e privatizações estatais, provocando redução de recursos para áreas centrais, o que resultou na extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), logo no começo da década de 1990 (Araújo, 2013, p. 163).

Conforme analisa Araújo, na segunda metade daquela década (1980), o governo liderado por Roseana Sarney adotou a linha do Banco Mundial e passou a implementar a reforma agrária do mercado por meio da “Cédula da Terra”, bem como por meio de políticas compensatórias, deixando a execução das obras públicas (estradas de acesso, eletrificação e poços artesanais) às associações comunitárias. O Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) imprimiu uma descentralização conservadora e reeditou o mecenato e previdência com práticas de arrecadação de comissão, corrupção e desvio de recursos dentro de organizações locais, que passaram a disputar projetos em conselhos municipais do Fundo Municipal de Ação Comunitária - Fumac (Tipiti, 2002) ou

convênios com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Araújo, 2013).

Desta forma, as políticas neoliberais lançaram as bases para o estabelecimento de uma forma muito particular de relações políticas, sociais e econômicas, com o seu consequente impacto na vida sociocultural da população.

3.4 Efeitos da implantação de grandes empreendimentos desenvolvimentistas na “Grande Ilha”

Sendo capital do estado do Maranhão, historicamente a cidade tem se constituído como ponto comercial das comunidades ao redor, isso também pela navegação marítima da região, propiciando a comercialização de produtos pesqueiros, agrícolas e extrativistas. Sendo uma cidade portuária, na década de 1980 permitiu a existência de um mercado consumidor local, sendo motivo de atração de população de outras regiões do estado, e inclusive, de outros estados do país (Sant'Ana Júnior, 2016, p. 282).

Para termos um melhor panorama e compreender o que está acontecendo no contexto histórico-político recente do Maranhão, vale mencionar que, depois de quatro décadas de domínio do grupo político encabeçado por José Sarney, em 2006 o oposicionista Jackson Lago, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi eleito como governador do estado, isso após uma ampla articulação que reuniu grupos políticos “dissidentes” da oligarquia Sarney e que conformavam a oposição no estado, sendo importante o papel dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil para consegui-lo. Porém, como analistas externos e principalmente, atores locais afirmam, de forma muito sofrida temos reparado que “no caso específico do Maranhão, não basta um realinhamento de forças no campo do capital, tal como ocorreu em outros estados do país” (Araújo, 2013, p. 108).

A expectativa de mudança com a chegada ao governo de um grupo político diferente daquele que governou o Maranhão por mais de 40 anos foi interrompida devido ao restabelecimento de Roseana Sarney como titular do governo, após processo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cassou a chapa liderada por Jackson Lago e findou antecipadamente seu mandato. Tal como aconteceu nessa primeira mudança de grupo

político (com Jackson Lago), esperava-se uma mudança na orientação política do, naquele momento (2014-2018), governador do Maranhão Flávio Dino, sobretudo depois de ter conquistado o governo pelo Partido Comunista do Brasil, considerado de esquerda (PCdoB).

Longe disso, com a passagem da sua gestão, analisando as políticas públicas promovidas e sobretudo avaliando seu posicionamento quanto à construção de um novo porto na cidade, tanto moradores da zona rural de São Luís quanto acadêmicos e ativistas da região chegam à conclusão de que tal mudança não existiu, uma vez que as práticas e orientações políticas se perpetuaram independentemente das iniciais ou cores dos partidos políticos que chegaram ao governo. O desencanto com a política institucional por parte de moradores é evidente.

Sislene Costa da Silva (2009, p. 84-85) resume a situação da seguinte forma:

O Estado ignora que existem comunidades que ocupam a área há mais de cem anos e que apresentam modos específicos e diferenciados de se apropriar do território e de se relacionar culturalmente com o mesmo. Também ignora que a área é formada por um mosaico de povoados que se interligam e se relacionam afetivamente (via relações de parentesco, compadrio, amizade), economicamente (através de um complexo sistema de troca de produtos e serviços), religiosa e culturalmente (através de seus santos festejados, crenças religiosas, manifestações culturais diversas) e ecologicamente (na medida em que os recursos ambientais específicos de um dado território podem complementar as necessidades de outro.

No âmbito federal, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal, em 2004, gerou no papel opções que possibilitariam a defesa dos recursos naturais e do território. As expectativas eram altas, assim como a confiança de que grandes mudanças sociais seriam realizadas a favor da população mais vulnerável. Embora o anterior tenha ocorrido em diversas áreas (como acesso à educação, obtenção de moradia e assistência médica, ou aumento do poder aquisitivo, por exemplo), na área jurídico-ambiental não foi o caso, pois ao longo dos anos, essas expectativas acabaram frustradas porque, como se verá em outros capítulos dessa tese, do nível estadual às práticas políticas dos grupos de oposição (considerados de esquerda) não eram muito diferentes em relação ao grupo oligárquico.

O entrelaçamento das esferas tradicionalmente consideradas separadas pelo pensamento ocidental, como economia, religião, vida privada, política e relações familiares, por exemplo, foi fortemente perturbado por deslocamentos populacionais nas

margens próximas à Baía de São Marcos. Como afirma Sant'Ana Júnior (2016), os processos de deslocamento refletiram na dinâmica interna das comunidades que foram deslocadas. Em termos históricos, podemos dizer que a “grande ilha” de São Luís conforma “um grande território tradicional, com relações de amizade, de parentesco e de compadrio, troca de produtos, compartilhamento de atividades festivas, religiosas e culturais” (Sant'Ana Júnior, 2016, p. 283), motivo pelo qual esses deslocamentos desestabilizaram, alteraram e modificaram as relações das próprias comunidades, assim como também a relação entre as comunidades da região.

Para continuar, é fundamental apresentar alguns dados para contextualizar. No início dos anos 1960 foi divulgada a existência de jazidas de minerais no vizinho estado do Pará. Para garantir a exportação desses minérios, “a empresa autodenominada Vale S. A. [no começo, chamada Companhia Vale do Rio Doce e, em 2007, mudou seu nome para Vale S. A.], criou o Projeto Ferro Carajás (PFC)”, um sistema composto pelas minas localizadas no município de Parauapebas - PA, uma ferrovia para transportar os minérios e um porto, de onde seriam exportadas para o mundo. Considerando a localização geoestratégica de São Luís e, principalmente, a “proximidade com os mercados estadunidense, europeu e asiático, através do Canal do Panamá, que permite o acesso entre os oceanos Atlântico e Pacífico” (Sant'Ana Júnior, 2016, p. 284).



Imagem 20. Captura de tela do documento “Porto Multimodal de São Luís”. Fonte: <http://arquivo.iengenharia.org.br/site/ieadm/arquivos/arqnot10476.pdf> Acesso em 19 maio 2021.

Zulene Muniz Barbosa (2013) argumenta que o Projeto Ferro Carajás foi pensado e promovido como uma estratégia de “salvação”. Tendo como núcleo central duas políticas, a industrialização e a energia, foram impulsados grandes projetos minero-

metalúrgicos na Amazônia tendo como patrocínio de “empresas estatais associadas ao capital privado nacional e internacional”, resultando em “alterações substanciais na política de transporte (ferroviário, hidroviária, expansão da frota marítima e fluvial, corredor de exportação), como o caso do aproveitamento e ampliação do porto do Itaqui, em São Luís do Maranhão” (Barbosa, 2013, p. 118).

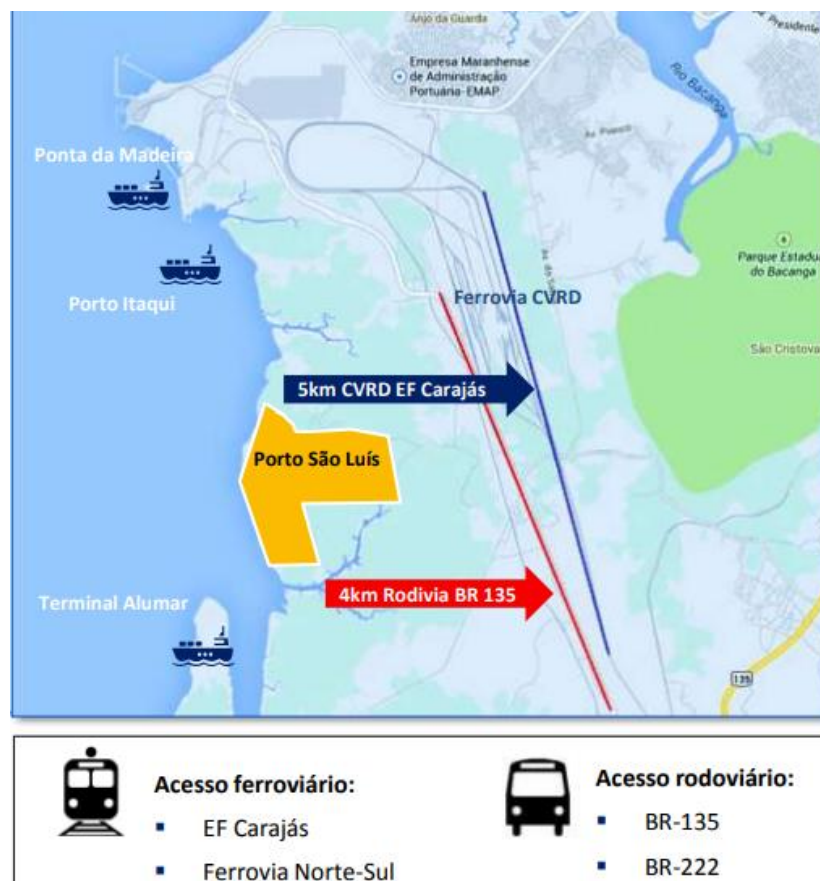


Imagem 21. Captura de tela do documento “Porto Multimodal de São Luís”. Fonte: <http://arquivo.iengenharia.org.br/site/ieadm/arquivos/arqnot10476.pdf> Acesso em 27 maio 2021.

Anos depois, em 1992, foi aprovada a Lei Municipal nº 3.253, que estabelecia o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo no município. Essa lei estabeleceu como rural grande parte dos territórios que haviam sido decretados como parte do Distrito Industrial de São Luís (Disal) por leis estaduais, criando uma divergência legal que se acirrou em 2001, quando o Governo Federal aprovou o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257), que “passou a considerar o município como principal e prioritário responsável pelo planejamento urbanístico”. Dessa forma, a Lei Municipal foi considerada, na

perspectiva dos empresários que estavam por trás da proposta de industrialização da área, um grande obstáculo.

Em 2004, quando foi anunciada publicamente a intenção de construir um polo siderúrgico, a área destinada para esse fim foi localizada entre o Porto do Itaqui e a comunidade Rio dos Cachorros, da zona rural de São Luís. Dessa forma, “essa área foi declarada como de utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo do Estado do Maranhão [o que] implicaria no deslocamento compulsório de seus moradores e/ou daqueles que a utilizam de forma produtiva” (Sant’Ana Júnior, 2016, p. 286), pelo que aproximadamente de 14400 moradores de doze povoados (Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Vila Madureira) se viram ameaçados de deslocamento compulsório de seus territórios.

As experiências de deslocamento populacional na região têm diversos antecedentes como, por exemplo, na década de 1980 com a instalação das empresas Vale e Alumar. Mas, diante da pressão social e das mobilizações realizadas por diversos setores da população, no final das contas o polo siderúrgico não foi implementado. Em 2009 a comunidade da Vila Madureira foi deslocada para construção de uma termelétrica. Esta situação foi bastante ilustrativa da forma como os meios de comunicação, pressionados por grupos político-empresariais, realizaram uma campanha para difamar as comunidades porque:

as pessoas foram classificadas como invasoras [enquanto] as pessoas que ali viviam eram de localidades próximas, como os municípios de Alcântara, Rosário ou o Cururupu, chegando naquela área há vários anos para fazer suas construções, plantio e pesca (áudio de palestra feita por Elio de Jesus Pantoja Alves, acadêmico de São Luís. 16 julho 2018).

O que se deve destacar é que, como menciona Sant’Ana Júnior (2016, p. 283), “os deslocamentos de algumas comunidades desestabilizaram essas relações e geraram a percepção de que novos deslocamentos, com todas suas consequências, seriam possíveis a qualquer momento”, o que teve repercussões importantes na composição sociocultural da atual população da região, situação que será abordada nos capítulos etnográficos desta pesquisa.

Quando foi implantar a termelétrica lá de Itaqui foi chamado de “o novo Eden”³⁵, que era para onde essas famílias iam morar. Eram famílias que nunca tinham tido contato com computador, não sabiam nem manusear mas elas [as empresas] vinham comprar as pessoas com isso. Nessa época eles falavam desse jardim do Eden, que eram essas casas novas e as famílias que eram pesqueiras foram para um lugar que elas não se adaptaram, muitas delas sofreram e sei porque as vezes encontro algumas e, falando da situação, elas comentam que antes era perto para eles ir pescar e aonde eles foram colocados eles precisavam andar 6 km para ir pescar, antes a pessoa andava 100m e já estava lá na maré para pescar. Então, teve muitos impactos muito grandes e eles agem de uma forma muito ruim para colocar esses empreendimentos de qualquer jeito. As informações, eles não são claros, a gente fica confuso em vários momentos nas audiências, nas reuniões, porque eles não passam as informações como deveriam passar, para o entendimento nosso. Usam muito termo técnico e as pessoas das comunidades não têm esse conhecimento técnico e aí a gente tem que buscar ajuda fora das comunidades. Na época tinha o [Movimento] Reage São Luís, o [advogado] Zagallo ajudaram muito a entender o que estava acontecendo porque se a gente não tivesse esse conhecimento de pessoas de fora para explicar pra nós, a gente podia pensar que realmente era o Eden, e na verdade não é. Nós estamos sendo expulsos do Eden porque onde a gente mora nós temos, tínhamos paz, a natureza para gente utilizar e a gente não vivia tão mal como vive agora, porque é muito impacto (Fala de Rosana Mesquita³⁶ na comunidade do Taim, 5 junho 2021).

Antes de oferecer dados sobre o caso de Cajueiro, é preciso fazer um breve comentário em relação à situação política atual de Maranhão e de São Luís, o que irá nos ajudar a compreender de melhor forma o contexto específico no qual acontece a resistência de Cajueiro e a luta pela legalização da Resex Tauá-Mirim. Nesse sentido, como aponta Araújo (2013), temos que lembrar que o Maranhão contemporâneo mostra uma “hibridização” entre os ajustes do capital globalizado – com expressões como o agronegócio ou turismo – mas com dimensões colonialistas, nas quais as relações de compadrio e os laços de consanguinidade têm uma importância fundamental, sendo base de transações comerciais e criando redes de corrupção que ultrapassam as fronteiras não só estatais, mas nacionais. Em síntese, o Maranhão se apresenta como um cenário onde coexistem elementos ditos “modernos” como tecnologias de ponta, mas que, nas palavras de Araújo, “se sustentam por meio de relações sociais de produção características do início da revolução industrial na Europa, com práticas de trabalho escravo e exploração do trabalho infantil” (Araújo, 2013, p. 111).

³⁵ Refere-se ao Residencial Nova Canaã, que estava sendo construído no município de Paço do Lumiar para o deslocamento das famílias da Vila Madureira, permitindo a liberação do espaço para instalação da Termelétrica Porto do Itaqui.

³⁶ Rosana Mesquita é liderança da comunidade de Taim, atualmente nomeada Conselheira Tutelar da Área Rural. Tem atuado por mais de 20 anos na defesa do território e é importante referência nas comunidades da Resex Tauá-Mirim.

Desse modo, é possível compreender a articulação entre as escalas local, regional e global, que estão fortemente interligadas no caso do Cajueiro. Tendo em vista esses fatores, é mais fácil entender que “o encontro com o Outro”, no Maranhão, não é nada fácil (Araújo, 2013, p. 48-49). Existem diversas situações que permitem afirmá-lo, como as resistências das comunidades quilombolas de Alcântara face à instalação de uma base de lançamento de foguetes; a resistência das comunidades de Itapecuru-Mirim face à duplicação da rodovia que as atravessam; a luta das quebradeiras de coco babaçu para manter suas práticas ancestrais nos territórios e face a diversos empreendimentos baseados na monocultura e na lógica econômica transnacional; as comunidades indígenas que vivem sofrendo invasão dos seus territórios e ataques de garimpeiros e madeireiros; mesmo como a luta do Cajueiro face à construção do porto na comunidade.

Em suma, a riqueza de recursos naturais da região tem implicado significativa pressão dos agentes econômicos que, fortemente ligados a grupos políticos, vêm atacando as populações que hoje vivem na área há décadas. As "mudanças" nos grupos políticos que comandam os governos, do nível federal ao estadual e municipal, não representaram diferenças significativas no rumo das políticas públicas voltadas à população, razão pela qual as eleições não se mostraram um espaço de giro do leme para a realidade prática e concreta dessas comunidades. As perspectivas geradas pelas mudanças nos grupos políticos dos diversos níveis de governo são abordadas nos capítulos seguintes, nos quais os moradores e agentes locais da região analisam a relevância da política, expressando seu repúdio à sua institucionalização.

3.5 Cajueiro e a zona rural de São Luís: espaço de lutas e resistências articuladas



Imagem 22. Fotografia pessoal realizada na comunidade de Cajueiro, durante uma oficina de trabalho/planejamento das atividades de resistência do coletivo Raízes do Cajueiro, no quintal da casa de uma das principais lideranças da comunidade. 26 junho 2021.

Como temos visto ao longo deste capítulo, a luta do Cajueiro se enquadra no contexto de uma luta maior, já que:

A discussão e a construção de formas de luta para garantir o controle do território por parte de um conjunto de comunidades próximas ao Complexo Portuário de São Luís³⁷ acontecem desde a implantação desse Complexo e de empreendimentos a ele associados. Dentre as formas de luta acionadas, destaca-se a demanda pela constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, que hoje tem um perímetro que abarca doze comunidades [que buscam] formas de garantia do controle territorial contra possíveis ameaças de agentes governamentais ou empresariais (Sant'Ana Júnior, 2016, p. 288-289).

³⁷ Segundo informações do governo do Maranhão, “O Porto do Itaqui, juntamente com os terminais privados da Vale e da Alumar faz parte do segundo maior complexo portuário com movimentação de cargas do país. Desenvolvimento econômico e social do Maranhão [...] Em relação aos demais portos brasileiros, o Porto do Itaqui é o que apresenta o melhor custo-benefício para o mercado nacional e internacional (...) Em comparação com os portos do Sudeste brasileiro, até sete dias de viagens aos maiores portos do mundo”. Informações disponíveis em: <http://estadodomaranhao.blogspot.com.br/2016/11/complexo-portuario-de-sao-luis.html> Acesso em 21 maio 2021.

Pensando principalmente nas ameaças vindas da política desenvolvimentista, se decidiu demandar a constituição de uma Reserva Extrativista.



Imagem 23. Fonte: <http://estadodomaranhao.blogspot.com/2016/11/complexo-portuario-de-sao-luis.html>
Acessado em 21 maio 2021.

A busca por instrumentos legais para preservar a permanência em seus territórios por grupos sociais detentores da terra, mas não devidamente regularizados, motivou o reconhecimento das terras quilombolas, indígenas e de povos e comunidades tradicionais a partir da Constituição de 1988. Assim, deve-se observar que, no caso específico do Cajueiro, é importante destacar o favorável contexto político local e nacional:

Após a posse de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República, em 2003, a Superintendência da Regional do Maranhão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis foi assumida por Marluze Pastor, ao mesmo tempo em que Kátia Barros assumia a direção local do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), então vinculado ao IBAMA. Ambos tinham fortes vínculos com o movimento negro no Maranhão e muita proximidade com os moradores da zona rural de São Luís, em especial com moradores da comunidade do Taim. Essas aproximações foram decisivas para a veiculação de informações sobre reservas extrativistas e sobre os mecanismos de sua efetivação (Sant'Ana Júnior, 2016, p. 288-289).

O Maranhão é o estado do Brasil que mais tem solicitado a criação de unidades de conservação sob o modelo de reservas extrativistas - até 2011 existiam já dezenove pedidos de criação de Reservas Extrativistas no estado. Como exemplo, em 2003 a comunidade de Taim, umas das integrantes da Resex Tauá-Mirim, apresentou um abaixo assinado solicitando a criação da referida Resex – pela legislação ambiental, basta que

uma das comunidades solicite a criação da unidade de conservação. Inicialmente, o nome da unidade de conservação seria Resex do Taim. O pedido foi acolhido pelo Ibama, mas, em 2004, quando foi divulgada a notícia da pretensão de instalar um polo siderúrgico na área, se configurou o conflito.

Após várias assembleias realizadas nas comunidades, a deliberação sobre a necessidade de incluir algumas que inicialmente não foram consideradas, ocorreram intensas negociações com o governo e uma grande quantidade de trabalho interno nas comunidades:

No ano de 2008, o Ministério solicitou que houvesse alteração do nome da Reserva, pois já existe uma Estação Ecológica no Rio Grande do Sul com esse nome. Após serem ouvidas as comunidades, decidiu-se por trocar o nome para Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. Nas Considerações Finais do Laudo enviado para o Ministério do Meio Ambiente, encontra-se a frase: “A luz dessas considerações e das informações sistematizadas neste laudo, conclui-se que a área em questão possui vocação ecológica e social para a consolidação de uma Reserva Extrativista” (Sant’Ana Júnior, 2016, p. 290. O sublinhado é meu).



Imagem 24. Disponível em: <http://ronalddealmeidasilva.blogspot.com/2016/08/293-meio-ambiente-polemica-necessaria.html> Acesso em 4 outubro 2023.

Embora, desde então, o pedido de criação daquela Resex tenha sido protocolado, os diversos governadores do Maranhão e as autoridades locais, assim como as empresas Vale (exportação de produtos da mineração e produção de pelotas de ferro) e Alumar (produção de alumina e alumínio) têm colocado um grande número de obstáculos para a

criação da referida reserva. Ao fazer uma revisão das declarações de membros da classe política sobre o assunto, destaca-se a posição dos integrantes da família Sarney, que na época chegaram a afirmar:

“Em momentos de crise como essa não podemos podar o crescimento do Maranhão. Essa reserva do jeito que está sendo colocada eu sou contra e vou determinar ao ICMBio³⁸ que reveja essa questão”, disse Sarney Filho³⁹ [sendo esse um exemplo que mostra que] para os empresários do Maranhão, a proposta de criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim “é um dos maiores entraves para o desenvolvimento da economia local”, pois compromete a expansão do Distrito Industrial de São Luís (Disal), onde funciona o Porto de Itaqui, que atende multinacionais do alumínio e do ferro, como Alcoa/Alumar e a Vale, além do projeto do grupo WTorre, que planeja construir um terminal portuário no distrito (Amazônia Real, 2016). O sublinhado é meu.



Imagem 25 e 26. Fotografias pessoais. As imagens, da comunidade Porto Grande, expressam parte da economia local⁴⁰ dessa e as outras comunidades integrantes da Resex Tauá-Mirim. 4 junho 2023.

³⁸ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

³⁹ Sarney Filho foi Ministro do Meio Ambiente em dois mandatos: 1999 a 2002 e 2016 a 2018, Deputado Federal pelo Maranhão entre 1983 e 2019 e Deputado Estadual do Maranhão entre 1979 e 1983.

⁴⁰ A partir da análise realizado aos laudos socioeconômicos de órgãos institucionais como o Ibama (2007), por exemplo, Rafael Bezerra Gaspar (2007, p. 48) conclui que “as atividades designadas não explicitam outras que por ventura são realizadas em casos bem específicos. Situações como dos jovens estudantes que exercem, ao mesmo tempo, tarefas de pesca e na roça, e que não são contabilizados como atividades, pois os mesmos não se auto denominam pescadores, lavradores ou quaisquer outras categorias nativas”. Nesse sentido, Gaspar (2007, p. 49) chama nossa atenção para o fato de que esse tipo de documentos oficiais “não deixa[m] claro se são os próprios moradores quem definem qual tipo de atividade é extrativista, ou seja, se partem do saber nativo para definir uma ou outra atividade como extrativista”, o que nos faz refletir a questão de que “os modos de vida das coletividades que vivem na área prevista [da Resex Tauá-Mirim] são constituídos de relações complexas e que, de forma nenhuma, serão totalmente conhecidas em um só

Ao fazer um breve balanço da trajetória e dos vínculos políticos de Sarney Filho, autor dessas declarações, interessa destacar que, além do parentesco com a então governadora Roseana Sarney, quem na época autorizou a instalação do porto na área:

Nas eleições de 2014 para a Câmara, ele recebeu doações de R\$ 300 mil da construtora WTorre, que é uma das empresas que investem na construção de um porto no entorno da Resex Tauá-Mirim. Já o comitê do partido do ministro, o PV, recebeu mais R\$ 250 mil da WTorre na última campanha eleitoral [além disso]. Não é a primeira vez que membros da família Sarney se declaram contra a criação da reserva. Em novembro de 2014, a ex-governadora Roseana Sarney encaminhou ao ICMBio um documento titulado “Avaliação Técnica da Proposta de Criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim”, no qual se posiciona contrária à criação da unidade de conservação na categoria reserva extrativista marinha (Amazônia Real, 2016).

Apesar das expectativas criadas em torno de uma mudança na consolidação e legalização da Resex Tauá-Mirim, com a chegada ao governo do Maranhão de Flavio Dino [PCdoB, Partido Comunista do Brasil], em 2014, nenhuma mudança significativa ocorreu a favor desse objetivo. Por isso, em 2015, foi criado o Conselho Gestor da Resex, cuja missão é realizar uma mobilização constante para consolidar sua criação, bem como pensar em um plano de gestão para sua implantação. Dessa forma:

Um dos desafios enfrentados pelo Conselho Gestor durante o ano de 2015 foi a tentativa da Prefeitura Municipal de São Luís de promover uma alteração no Plano Diretor e fazer uma revisão completa da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município. O estudo da proposta inicial apresentada pela Prefeitura Municipal demonstrou que, mais uma vez, havia uma tentativa de converter boa parte da Zona Rural de São Luís em Zona Industrial ou Portuária. Essa conversão comprometeria fortemente a demanda pela oficialização da Resex, pois parte de seu território deixaria de ser zona rural (Sant’Ana Júnior, 2016, p. 291).

Justamente é nesse cenário no qual a luta do Cajueiro se enquadra, comunidade que desde o primeiro semestre de 2014 sofre a tentativa de construção de um porto que na época contou com o apoio de Roseana Sarney, do deputado e governador interino durante 21 dias Arnaldo Melo, no final de 2014 e, posteriormente, Flávio Dino, governador do Estado entre 2015 e 2022. Só para termos uma ideia:

Essa empresa de fachada [na época, WPR Gestão de Portos e Terminais Ltda., quem começou o projeto. A partir de 2022 a Cosan⁴¹ adquiriu o

trabalho técnico” (Gaspar, 2007, p. 49), ou seja, que estamos analisando uma região com uma economia multifacética, polivalente, complexa e que se complementa com diversas atividades como produção de farinha, pesca, lavoura, extrativismo e elaboração artesanal de produtos vegetais, por exemplo.

⁴¹ Empresa fabricante de etanol e exportadora de cana-de-açúcar. É a maior operadora de ferrovia da América Latina e mantém a liderança na distribuição de gás natural e de combustíveis e lubrificantes no Brasil. Informação disponível em: <https://www.infomoney.com.br/cotacoes/b3/acao/cosan->

empreendimento], tem realizado todas as arbitrariedades possíveis e imagináveis para tentar arrancar parte da comunidade tradicional do Cajueiro (mais precisamente, os moradores da área conhecida como Praia de Parnauçu) de suas terras. Mentiras, enganações, jagunços armados, audiência pública no Comando Geral da Polícia Militar, derrubada irregular de casas, ameaças a moradores e a pessoas que apoiam sua luta, tentativas de provocar divisões na comunidade, falsas promessas de emprego, destruição de um poço de água são algumas das ações feitas pela WPR na tentativa de intimidar os moradores que resistem (Jornal Vias de Fato, 2020).

Longe de ter uma opinião homogênea, podemos diferenciar dois grandes grupos de moradores da comunidade no que diz respeito ao posicionamento face ao empreendimento. O primeiro, que, diante das ameaças do deslocamento e o desmatamento intenso na área, se posicionou “favoravelmente” ao mesmo e buscou algum ganho no processo de indenização e negociação com a empresa; o segundo, formado por aquelas pessoas que até hoje acreditam na possibilidade de resistir no seu território e manter suas formas ancestrais de vida, que continuam a resistir e que demandam a criação da Resex como forma de garantir sua permanência no território (Sant’Ana Júnior et al., 2009, p. 31-32).



Imagem 27. Fotografia pessoal. Registro de oficina sobre defesa do território e violações jurídicas /ambientais no caso Cajueiro. Oficina realizada na comunidade de Cajueiro. 26 junho 2021.

[csan3/#:~:text=Sobre%20Cosan&text=%C3%89%20a%20maior%20fabricante%20de,combust%C3%A Dveis%20e%20lubrificantes%20no%20Brasil](#). Acesso em 21 setembro 2023.

Chama muito nossa atenção que a até então encarregada do empreendimento, a empresa W-Torre, em seu “Estudo de Impacto Ambiental do Terminal Portuário de São Luís” reconhecia as graves e alarmantes consequências que acarretaria o início do empreendimento, na medida em que afirma no próprio documento:

Geralmente, a atração de um trabalho cria uma especulação de oferta de emprego, fato que acaba exercendo uma atração demográfica para a região. O aumento populacional também gera tensões sociais entre a população local e os recém-chegados devido às diferenças culturais e socioeconômicas, além do possível aumento da violência, do uso de álcool e drogas. Além disso, a chegada de um grupo, essencialmente masculino, pode aumentar os casos de prostituição e doenças sexualmente transmissíveis, bem como uma maior incidência de gravidez, principalmente entre raparigas adolescentes (...) O impacto no cotidiano da população ocorre pela presença de trabalhadores próximos às residências, interferindo na privacidade do núcleo social e familiar e causando um transtorno no cotidiano da população, principalmente no contexto de suas representações sociais, desde as relações cotidianas de convivência, proximidade, estabelecimento de Confiança, a proximidade dos centros de trabalho e lazer são alteradas [enquanto no aspecto ambiental] Os efeitos decorrentes de um derramamento acidental de óleo no meio marinho se manifestarão diretamente na qualidade das águas da região por meio de alterações físico-químicas e biológicas propriedades, a extensão desses efeitos sendo diretamente proporcionais aos volumes derramados (...) espécies economicamente importantes também podem ser afetadas, principalmente crustáceos, amplamente utilizados no comércio e na subsistência de pequenas comunidades pesqueiras locais (...) Os principais efeitos negativos na avifauna ocorrem devido à perda de áreas costeiras, pontos de forragem e descanso para pássaros. A perda da cobertura florestal também terá um impacto negativo (Comitê em Defesa da Ilha, 2018).

A participação das forças policiais nas comunidades envolvidas atingiu tal grau que, diante da situação vivida, se decidiu apresentar uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Embora existam muitas comunidades envolvidas, é claro que:

A situação mais grave diz respeito à comunidade tradicional de Cajueiro, cuja propriedade coletiva do território outorgada a 103 famílias pelo governo do Maranhão no ano de 1998, bem como a posse antiga, que também confere propriedade a outros residentes no local, não vem sendo respeitadas pela empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, responsável pelo empreendimento, que tem promovido remoções compulsórias de membros da comunidade por meio de ingerências arbitrárias e abusivas. Dentre as práticas abusivas, são apontados o uso de vigilância clandestina e ostensiva, a realização de demolições arbitrárias (sem ordem judicial) de construções, a promoção de audiência pública no Comando da Polícia Militar do Estado, além do início da instalação do empreendimento com a presença de dezenas de famílias ainda residindo na área, gerando uma cultura de terror, com

insegurança e violências psicológica e simbólica contra aqueles que legitimamente resistem em sair do local (Anadep⁴², 2018).

Enquanto isso, ao ser questionado sobre a relação e influência positiva com a comunidade, o diretor do projeto responde:

Nós assumimos um compromisso com a comunidade de tirar de forma adequada as 107 famílias de lá. Nós nos comprometemos usar o que nós pudéssemos de pessoas da região para trabalhar nas obras [...]. Pretendemos aumentar bastante esse número de pessoas [cinco no momento da entrevista] porque colocaremos mais máquinas para trabalhar e mais velocidade na obra [...] Temos o compromisso assumido com o estado de que 85% de tudo que eu contratar será de empresas do Maranhão (Jornal O Imparcial, 2018).

A revisão do caso particular ilustra tristemente um exemplo de tantos que acontecem no mundo. Diante de tal situação, pode-se afirmar que:

A particularidade do caso brasileiro [e de Cajueiro em particular] reside no fato de que, enquanto “agente importante”, apresenta-se como “ajustador”, que privilegia políticas de ajuste às condições da ideologia neoliberal, com tensionamentos da democracia [...] Caccia Bava (2010) avalia que no Brasil houve uma orientação do Estado para garantir o funcionamento do livre mercado, ou seja, para assegurar as regras de operação das grandes empresas, segundo a lógica do lucro máximo [sendo esse um exemplo de que o Brasil] ainda não superou o controle do Estado por parte de grandes grupos econômicos, das oligarquias regionais [podendo afirmar que esses] São grupos de interesse privado que privatizam o espaço público, submetendo-o à lógica que norteia os seus interesses privados (Araújo, 2013, p. 55).

Mesmo o Brasil tendo ratificado e assinado a Convenção sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007, como analisam Araújo e Almeida (2019) para o caso do “Brasil central”, área denominada como “Cerrado”, essas reflexões podem ser utilizadas para explicar a situação no nordeste brasileiro, considerando termos como “agricultura empresarial”, “agronegócio”, “hidronegócio”, ou “hidroagronegócio”, “grilagem”, “devastação de babaquais”, “Mapatopiba”⁴³, dentre outros, já que seus efeitos:

se inscrevem em memórias e práticas no presente, cartografadas, atualizadas, e como atualidade enquanto estratégias são expressões de programas, planos e projetos que vistos do ponto de vista de povos e comunidades tradicionais produzem efeitos [...] como contaminação e assoreamento de rios, lagos, lagoas, devastação de babaquais, “desaparecimento de povoados”, intrusão de terras tradicionalmente ocupadas, expulsão de terras,

⁴² Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep).

⁴³ Segundo documento aprovado em 2021, “O Complexo Geoeconômico e Social do Mapatopiba abrange o sul dos Estados do Maranhão e Piauí, o sudeste do Estado do Pará, o norte do Estado de Tocantins e o oeste da Bahia” (Gil, p. 9, 2020). Assim, a região refere-se a uma “grande fronteira” geoestratégica pro Brasil, na qual habitam “diversas populações tradicionais – indígenas, quilombolas, geraizeiros, quebradeiras de coco e muitas outras (Gil, p. 4, 2020).

discriminação institucional, agressões, crimes ambientais (Araújo; Almeida, 2019).

Se relembrarmos vários dos conflitos ambientais mencionados neste capítulo em relação ao Maranhão, bem como as mobilizações socioambientais dos moradores para defender a natureza e suas formas tradicionais de viver, é preciso lembrar, como aponta Araújo, que:

A construção de uma cultura política [emancipatória], no Maranhão, não pode prescindir da recuperação histórica da resistência dos povos que habitam este território desde os tempos coloniais. Tal narrativa é ainda uma exigência para se compreender por que o Maranhão é o lugar onde a oligarquia mais resiste e onde os movimentos sociais têm mais dificuldades de promover articulações capazes desse contrapor a este padrão de dominação (Araújo, 2013, p. 127).

A presente tese é um modesto exemplo com vista a contribuir para este objetivo.

Capítulo 4

Des-envolvimento, ética ambiental e linguagens de valoração: racismo ambiental como expressão da necropolítica

4.1 O percurso histórico do conceito desenvolvimento

Que entendemos quando escutamos a palavra desenvolvimento? Quando escutamos que alguma coisa, pessoa, município ou processo está desenvolvido, que vem nas nossas mentes? Na linguagem comum, desenvolvido refere-se a uma ideia de algo completo, acabado, de alguma coisa melhor ou superior (Esteva, 1996). Ao escutar a palavra desenvolvimento, também podemos entendê-la como um processo, como o percurso de um acontecimento e a trajetória que uma pessoa, coisa ou fenômenos seguiu para chegar a certo ponto. No percurso desta tese iremos questionar essas ideias, por isso o trocadilho com o nome desta seção da tese.

Andreu Viola (2000) afirma que o conceito do desenvolvimento e seus antecedentes conceituais tem operado há muito tempo como uma espécie de “filtro intelectual” no que corresponde a nossa percepção do mundo. Os antecedentes desta ideia podem ser encontrados séculos atrás. Mesmo que o conceito “evolução” tenha surgido na área das ciências naturais, dito conceito ajuda a entender, séculos depois, a dinâmica social como se fosse um processo “natural”. Vejamos.

No século XVIII, aconteceu um fato sumamente importante, pois “o desenvolvimento evoluiu de uma noção de transformação que supõe um avanço a uma forma apropriada de ser, para uma concepção de mudança que implica caminhar a uma forma cada vez mais perfeita” (Esteva, 1996, p. 62), sendo este o momento em que os conceitos evolução e desenvolvimento começavam a estreitar seus caminhos.

Anteriormente ao conceito de evolução, apareceu outro conceito antecedente do desenvolvimento, que foi chamado “progresso”. Sbert (1996) afirma que esse conceito tem sido a ideia mais influente e que sempre tem estado presente no pensamento moderno. A explicação oferecida por filósofos, teóricos e pensadores da Europa, é que os novos modos de vida descobertos na América, África e Oceania (durante os séculos XIV ao XVIII) seriam vestígios de anteriores formas de vida às europeias, isto é, seriam estádios “atrasados” que não alcançaram a “progredir” ou “evoluir”.

Nesse sentido, Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021, p. 197) afirmam:

A r-existência dos povos e comunidades a essa ofensiva [...] não enfrenta apenas vetores conjunturais, pois eles se assentam e se legitimam a partir de uma colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza que legitima a guerra de extermínio contra os povos e comunidades, seja como guerra justa, descimento ou correria, que persiste na atualidade com as invasões ou “desafetações” dos territórios tradicionalmente ocupados e a expulsão de seus povos.

Ailton Krenak (2019, p. 14) resume da seguinte forma “A civilização chamava aquela gente de bárbaros e imprimiu uma guerra sem fim contra eles, com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade”.

Dessa concepção do progresso devemos entender a íntima relação entre, por um lado, o mercado, a indústria e a “humanidade homogênea” que pretendia ser criada, e por outro, pessoas e agentes sociais “profundamente enraizados na sua cultura e nos seus territórios”. Nessa ideia de um progresso unilinear das sociedades humanas, o progresso ridiculariza as crenças e “reverências pela natureza” (Sbert, 1996) das comunidades tradicionais.

As implicações em termos culturais foram gravíssimas, uma vez que o respeito pela natureza e pelas relações estabelecidas com ela era contrário à inércia do progresso. As medidas impostas nos territórios coloniais permitiriam afirmar que essa nova “fé” em andamento implicou tentar despojar os seres humanos de seus referentes culturais (Sbert, 1996). Na área específica acompanhada em esse processo de deslocamento, violação de direitos humanos e ambientais, vemos que, segundo trabalhos de pesquisadores na região, as implicações socioculturais são terríveis, já que:

A não efetivação da Resex, a transformação da área rural de cenário da vida dessas populações em Zona Industrial, constitui-se numa ameaça ao modo de vida tradicional dos grupos ali estabelecidos e ao meio ambiente em geral [...] no referido laudo⁴⁴ foi atestado que a conservação ambiental na região está aliada ao modo de vida comunitário engendrado por aquelas comunidades, cujas práticas (ex.: não extração de madeira dos mangues para fazer carvão, proibição da extração de areia em algumas comunidades a fim de evitar o assoreamento dos cursos d’água, entre outras) possuem em si uma consciência de preservação ambiental atrelada à possibilidade de reprodução cultural dessas pessoas pois, contribuindo para manter o ambiente saudável, sem degradações, preserva-se o modo de vida e a sobrevivência de seus filhos (GEDMMA, 2014, p. 8-9).

⁴⁴ Faz referência ao Laudo Sócio-Econômico e Biológico para Criação da Reserva Extrativista do Taim elaborado pelo Ibama e que justificava e atestava a necessidade de criação da Resex (IBAMA, 2007).

Uma referência importante a ser mencionada na revisão dos antecedentes do conceito de desenvolvimento é o colonialismo. Os domínios de vastos territórios na África, América e algumas regiões da Ásia permitiram encontrar grandes recursos naturais, especialmente para mineração, como ouro, prata, zinco e carvão por exemplo; os quais poderiam ser e foram explorados por aquelas potências. No início dos anos 90 do século passado, afirmou-se que havia uma importante relação entre o declínio da ordem colonial e o nascimento de discurso do desenvolvimento.

Nesse sentido, a opinião de Gustavo Esteva (1996, p. 76) é muito ilustrativa quando afirma:

Durante o século XIX, mas realmente muito antes na Europa, a construção social do desenvolvimento associou-se com um desenho político: extrair da sociedade e da cultura uma esfera autônoma, a econômica, e instalá-la no centro da política e da ética. Essa transformação brutal e violenta, concluída pela primeira vez na Europa, sempre foi associado à dominação colonial no resto do mundo.

Essa ideia é muito importante porque permite anunciar a criação de uma ética de valoração específica em relação à natureza, que será analisado na próxima seção desse capítulo.

Os conceitos evolução e progresso não se restringiram às ciências naturais, pois também irromperam nas ciências sociais “graças” a Justus Moser que, no final do século XVIII, utilizou a palavra *Entwicklung* [desenvolvimento] para se referir ao processo gradual de mudança social, isto é, ao se referir a mudanças nas situações políticas. Ele as descreveu como se fossem processos “naturais”.

A partir deste momento é possível perceber que conceitos como evolução, progresso e desenvolvimento têm sido utilizados para tentar caracterizar um fenômeno (seja ele natural ou social) e sua mudança, sempre falando de uma mudança que beneficia ou é superior ao estágio anterior, razão pela qual seu uso se tornou muito comum no cotidiano não só dos cientistas das áreas das ciências naturais ou sociais, mas da maioria das pessoas.

O progresso, a sua efetivação nas comunidades, foi associado “à dominação colonial no resto do mundo” (Esteva, 1996, p. 76). No início dos anos 90 do século passado, afirmou-se que havia uma importante relação entre o declínio da ordem colonial e o nascimento do discurso crítico do desenvolvimento. Diversos autores começaram reflexões chamando a atenção no sentido de compreender o desenvolvimento como um

discurso, ou seja, dizendo que é preciso analisar os elementos do sistema, as relações que permitem a criação de objetos, instituições, estratégias e processos. Assim, alguns agentes determinam quem pode falar, quais os pontos de vista válidos, quem tem a autoridade e define as regras que transformam algum problema-objeto em um plano ou política pública (Escobar, 2007).

Desta forma podemos começar a problematizar uma das ideias centrais do presente trabalho, que é entender o desenvolvimento justamente como uma tentativa de “des-envolver” as relações entre os moradores das comunidades nas quais pretendem ser impostos alguns projetos desenvolvimentistas. Desenvolvimento como violência contra as populações. Violência apoiada, tolerada e promovida pela lógica ocidental. Como vai ser analisado mais adiante, a relação entre o colonialismo e a modernidade tem sido fundamental desde sus começos, sendo possível afirmar que existe um “continuum” (Mendonça, 2019) entre ambos os processos.

Quando falamos do desenvolvimento é fundamental falar sobre o “Discurso Truman”, que pode ser considerado a pedra fundacional sobre a qual foi universalizada a linguagem do desenvolvimento. Após ter concluído a segunda guerra mundial, Harry Truman, em sua posse como presidente dos Estados Unidos, em 1949, pronunciou o seguinte:

Mais da metade da população mundial vive em condições próximas à miséria. Sua alimentação é inadequada, são vítimas de desnutrição. Sua vida econômica é primitiva e miserável. Sua pobreza é uma deficiência e uma ameaça, tanto para eles como para as regiões mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a técnica para aliviar o sofrimento dessas populações. Os Estados Unidos ocupam um lugar de destaque entre as nações no desenvolvimento das técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos usar para ajudar outros países são limitados. Mas nossos recursos em conhecimento técnico (que, fisicamente, não pesam nada), não. Eles param de crescer e são inesgotáveis. Acredito que podemos disponibilizar para os povos pacíficos [isto é, não comunistas, os do Terceiro Mundo] os benefícios do acúmulo de nosso conhecimento técnico para ajudá-los a satisfazer suas aspirações por uma vida melhor (...) O que estou propondo é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de negociação equitativa e democrática (...) Uma maior produção é a chave para a prosperidade e a paz. E a chave para maior produção, é uma aplicação mais extensa e mais vigorosa do conhecimento técnico e da ciência moderna (Viola, 2000, p. 14).

Na anterior citação, destaca-se o fato da vontade de “ajudar” as populações menos desenvolvidas ou primitivas. Assim, é possível falar da “ajuda moderna”, como é definida por Gronemeyer (2000), como a criação das condições de ruptura das “amarras

culturais primitivas ou tradicionais” (Mendonça, 2019, p. 51) para favorecer ao projeto moderno. Nesse sentido:

As intervenções dos países do bloco industrializado, geralmente, pelas suas agências de ajuda, sob a rubrica de ajuda para o desenvolvimento, ou ajuda humanitária, têm como propósito desmontar os arranjos sociais e culturais de comunidades locais (no Brasil, a maioria de ancestralidade indígena e/ou africana), investindo na destruição dos seus modos de produção dos alimentos, dos abrigos, das vias de acesso, das construções dos espaços públicos, dos meios de cura, dos sistemas políticos, retirando o controle desses processos das organizações locais (Mendonça, 2019, p. 51).

No caso específico analisado neste movimento, acontecem muitas dessas condições no Cajueiro: a destruição dos modos de produção e das casas dos moradores; a impossibilidade de circular livremente pelas vias de acesso do local; bem como a intervenção das forças estatais para reprimir aos opositores do projeto desenvolvimentista; provocando assim a perda do controle dos processos organizativos locais por parte dos moradores, além da impossibilidade de ir e vir dentro do próprio território, consequência dos grupos de segurança privada da empresa que circulam os caminhos que circundam e atravessam o Cajueiro.



Imagens 28, 29 e 30. Fotografias pessoais. “Oficina de comunicação comunitária” na comunidade de Cajueiro. 17 julho 2021.

Escobar (1999; 2007) acredita que, muito pelo contrário "do reino da abundância" prometido por políticos e teóricos, o que vivemos desde os anos cinquenta do século XX é o aumento em grandes regiões do mundo da fome, miséria e múltiplas formas de exploração, assim como crises, pobreza e especialmente violência, aspectos que considera "os sintomas mais patéticos" que evidenciam a falha no discurso do desenvolvimento.

Dado o possível descontentamento que seria gerado como resultado do processo de imposição do desenvolvimento nas comunidades, Sbert cita Ayres⁴⁵ para exemplificar o pensamento da elite intelectual da década 40 – e posteriores – do século XX:

A resistência (...) não pode salvar os valores tribais (...) Eles não têm mais alternativa que aceitar inteligente e voluntariamente o modo de vida industrial e todos os valores que o acompanham. Não precisamos nos desculpar por recomendar esse caminho. A sociedade industrial é o modo de vida mais bem-sucedido que a humanidade tem conhecido (...) Para todos aqueles que conseguem o desenvolvimento econômico, a severa mudança cultural é inevitável. Mas as recompensas são consideráveis (Ayres, 1944, pp 24-25. *apud* Sbert, 1996, p. 384).

Desta forma, a criação de instituições internacionais tais como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional, bem como diversas agências locais para implementar o desenvolvimento nos países, possibilitou a construção daquilo que Arturo Escobar define como “o discurso do desenvolvimento”. Como ele afirma:

Para entender o desenvolvimento como discurso, é necessário não olhar para os elementos em si mesmos, mas sim ao sistema de suas relações recíprocas. É este sistema de relações o que permite a criação sistemática de objetos, conceitos e estratégias; ele determina o que pode ser pensado e dito. Essas relações, estabelecidas entre instituições, processos socioeconômicos, formas de conhecimento, fatores tecnológicos, entre outros; definem as condições sob as quais os objetos, conceitos, teorias e estratégias podem ser incorporados ao discurso. Ou seja, o sistema de relações estabelece uma prática discursiva que determina as regras do jogo: quem pode falar, desde qual ponto de vista, com qual autoridade e de acordo com quais qualificações; define as regras a serem seguidas pro surgimento, denominação, análise e eventual transformação de qualquer problema, teoria ou objeto em um plano ou política (Escobar, 2007, p. 80).

As críticas às afirmações e formas de entender o mundo sob a concepção clássica do desenvolvimento são variadas. Por isso, é fundamental aprofundar na análise sobre o desenvolvimento e seus efeitos, tendo em mente a continuidade e relação entre os

⁴⁵ "The Theory of Economic Progress. A study of the fundamentals of economic development and cultural change. Nueva York: Schocke Books, 1762, pp. 24-25.

processos modernizadores e coloniais, mesmo como a implantação de grandes empreendimentos nas comunidades. Neste sentido, Radomsky (2011, p. 149-150) opina:

a ideia de desenvolvimento (e todos os derivados que geralmente aparecem ligados ao termo “desenvolvido”: sub, semi, pós) não perde força imaginativa e poder conceitual, mesmo em meio à ruína que um olhar crítico poderia depurar. Artificio ideológico, implicação de um poder discursivo ou esperança de superação de problemas como a pobreza e a desigualdade, deve-se destacar sua resiliência diante das tentativas de desconstrução (...). Comum a este debate é a arquitetura que reveste de tempos em tempos o desenvolvimento com novos adjetivos e que se propõe revitalizar sua importância, tanto na academia como nas relações entre organizações da sociedade e o Estado.

A ideia do desenvolvimento é violenta em si mesma (lembrar a expressão colocada acima por Ayres, citada por Sbert). Nesse sentido, podemos entender junto a Radomsky (2011, p. 153) que:

a violência não é um efeito do descaso, do acesso desigual a políticas e dos efeitos prometidos e não cumpridos dos programas. Ele é o resultado próprio do dispositivo [do desenvolvimento] como um todo, ao movimentar, planejar, quantificar a vida das pessoas. Para tal efeito se cumprir, a visualização é basilar, fato característico da modernidade; assim o regime objetificador é a luz necessária para o dispositivo verificar e controlar (Radomsky, 2011, p. 153).

Outro ponto fundamental é entender o desenvolvimento como um conceito surgido na Europa, já que “a desconstrução do desenvolvimento adquire força ao descentrar o viés eurocêntrico sob o qual está erigida a teoria social, o que introduz uma geopolítica da epistemologia e uma virada político-interpretativa” (Radomsky, 2011, p. 150). Na tentativa de analisar o eurocentrismo, são fundamentais as contribuições de Samir Amin (1989). Este autor “elabora uma tese que rompe com a noção da progressão linear no desenvolvimento das sociedades” (Lopes, 2009, p. 109), ajudando-nos a compreender que o eurocentrismo não é um etnocentrismo como qualquer outro, mas sim “um universalismo no sentido que propõe para todos a imitação do modelo ocidental como única solução aos desafios do nosso tempo” (Amin, 1989, p. 9).

A proposta de Amin é central já que seu ensaio permite pensar ao eurocentrismo como uma construção ideológica do projeto capitalista, pelo qual é preciso identificar as “funções de legitimação” e como elas contribuem ao “ocultamento do capitalismo realmente existente” (Amin, 1989, p. 10). Desta forma, a revisão do eurocentrismo permite identificar formas específicas de conhecimento, de construção e de relações de poder, já que:

o eurocentrismo é uma atitude colonial frente ao conhecimento, que é articulada de forma simultânea com o processo das relações centro-periferia e as hierarquizações étnico/raciais. A superioridade atribuída ao conhecimento europeu em muitas áreas da vida foi um aspecto importante da colonialidade do poder do sistema-mundo (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 20).

Como vai ser abordado nas próximas seções do capítulo, todos estes elementos nos levam a refletir sobre as origens do desenvolvimento, colocá-lo como um conceito surgido numa geografia e tempo histórico específico e, assim, questionar a impossibilidade de pensar fora desse padrão de comportamento, ideologia e ações impostas para as sociedades.

4.2 Éticas ambientais: linguagens de valoração e racionalidades não ocidentais-capitalistas

No pensamento ocidental, natureza e cultura são duas coisas separadas e claramente diferenciadas uma da outra. Olhando a partir do pensamento antropológico, “essa distinção nem sempre é tão simples assim”. Como exemplo, podemos citar a opinião de Philippe Descola quando afirma “a maior parte dos objetos que nos rodeiam, incluindo nós mesmos, encontram-se nesta situação intermediária: são naturais e culturais ao mesmo tempo” (Descola, 2016, p. 8). Como o autor afirma, a dificuldade é que “como não temos o hábito de raciocinar dessa maneira, temos muita dificuldade de entender tudo isso” (Descola, 2016, p. 21) e nesse sentido devemos entender que “para que se possa falar de natureza, é preciso que o homem tome distância do meio ambiente no qual está mergulhado, é preciso que se sinta exterior e superior ao mundo que o cerca” (Descola, 2016, p. 22).

Como Descola comenta, citando a Lévi-Strauss, “não há nada de automático nem de previsível no modo como uma sociedade seleciona este ou aquele aspecto de seu habitat para atribuir-lhe um significado particular” (Descola, 2011, p. 36). Daí que Descola chame nossa atenção para um fato contundente: a necessidade da antropologia – e das ciências sociais críticas e reflexivas para desvendar essas barreiras de concepção unilinear nas nossas mentes. Assim, podemos afirmar que “é necessário ir ao encontro das pessoas e observar seus costumes, suas formas de fazer, de dizer; é necessário compartilhar sua vida cotidiana durante vários anos, aprender aquilo que sabem, compreender aquilo que fazem. Em suma, é preciso praticar a etnografia” (Descola, 2016,

p. 9-10), isto porque “o que as pessoas fazem depende daquilo em que as pessoas acreditam” (Gudynas, 2021, p. 34).

Falar da natureza como algo apartado da cultura, como um todo externo à cultura e às construções humanas, demanda entender um processo histórico que começou na Europa no século XVII de forma paralela à concepção do progresso, processo que foi devastador e com implicações terríveis para o mundo todo. O processo foi definido por Descartes como aquele no qual o homem se transformou em “mestre e senhor da natureza”, já que implicou um aperfeiçoamento das ciências e técnicas para explorar a natureza e, desta forma, entender às plantas, terras, águas e animais como “meros recursos que podemos usar e dos quais podemos tirar proveito”. Nesse momento, “a natureza havia perdido sua alma e nada mais nos impedia de vê-la unicamente como fonte de riqueza” (Descola, 2016, p. 23).

Consideramos que este processo é o ponto de partida para compreender a ideia da natureza como um recurso. Na opinião de políticos, empresários e outros agentes, a natureza é simplesmente uma coisa, algo inanimado. A partir dos seus estudos, Eduardo Gudynas afirma que “no mundo de governos e empresas (...) a Natureza é um conjunto de recursos a ser utilizados” (Gudynas, 2021, p. 36), pois é uma coisa/objeto/recurso, externa a nós e da qual não formamos parte, que serve para satisfazer nossas necessidades (alimentação, moradia, produção de energia etc.) À natureza não correspondem direitos, nem tem por que ser respeitada. A natureza está aí para ser explorada pelos seres humanos ou bem, para, por meio dela e o seu aproveitamento, levar o chamado desenvolvimento à sociedade.

Se pensarmos sobre os determinantes econômicos que conduzem (e determinam) a relação entre o ser humano e a natureza na modernidade, é importante voltar à relação natureza-cultura, o que permite entender a construção de diversas éticas ambientais, linguagens de valoração e racionalidades ambientais. Nesse ponto, é importante aclarar o que entendemos por ética no presente trabalho. Assim, trazendo ao diálogo as palavras de Gudynas, entendemos que “a ética, está relacionada aos valores e às valorações e, no nosso caso, especificamente, aborda como se reconhecem, ou não, os valores meio ambientais e quais são esses valores, atributos, tipos etc.” (Gudynas, 2021, p. 42). Por exemplo, podemos começar pela seguinte problematização: a natureza tem unicamente valores utilitários – se colocando em uma posição antropocêntrica-utilitarista e do ponto de vista do capital, sim – ou tem “valores intrínsecos”?

Nessa relação entre natureza-cultura, que poderíamos chamar de “natureza cultural” ou “cultura natural”, se problematizarmos o fato de que “a natureza condiciona as operações intelectuais graças às quais a cultura recebe um conteúdo empírico”, não é complicado compreender que “a natureza torna-se como um gigantesco reservatório de propriedades observáveis dentro do qual o espírito terá toda a possibilidade de vir colher objetos para convertê-los em signos” (Descola, 2011, p. 38). Na modernidade e no pensamento ocidental centrado em um ponto de vista antropocêntrico utilitarista, a natureza é vista só como objeto para produzir ganhos e o maior lucro possível. Natureza como um recurso a ser explorado. Nesta linha de pensamento, não surpreende descobrir que a oposição entre cultura e natureza não seja “nem um dado primitivo, nem um aspecto positivo da ordem do mundo. Dever-se-ia ver nela uma criação artificial da cultura” (Descola, 2011, p. 41).

Num interessante trabalho, Dimas Floriani (2019) propõe pensar à ética como “a relação dos seres humanos com a natureza”. Derivado dessa proposta, afirma que “é necessário analisar historicamente os modos de subjetivação em torno das concepções de natureza, da corporeidade, das formas de apropriação e usos feitos pelas sociedades”, bem como dos conflitos [ambientais] que acontecem como resultado “das diferentes leituras e sistemas de práticas produzidos ao longo do tempo histórico” (Floriani, 2019, p. 76).

A nossa proposta, quando focamos nas palavras, reflexões e saberes dos agentes dos próprios territórios que integram a Resex Tauá-Mirim, é considerar os “modos de subjetivação” como modos de fazer, pensar e agir, o que permite pensar um instrumental analítico para abordar os conflitos socioambientais ao falar de uma ética ambiental, entendendo-a como “vínculos entre indivíduo e o coletivo, definindo determinados padrões de conduta”, destacando que o sentido desses valores pode ser comparado com o de outras culturas “quando se tornam entraves para introduzir alternativas de comportamentos e mudanças nas normas legais que definem os códigos escritos do sistema jurídico e de direito de uma determinada sociedade” (Floriani, 2019, p. 80).

Ao falar de “valorações” distintas, diferenciadas, e muitas vezes nos conflitos socioambientais, antagônicas em relação à natureza, a intenção é frisar que o valor econômico é só um, de entre a “enorme variedade de valorações”, como podem ser as estéticas, culturais ou históricas, mas, como Gudynas alerta, existe um “mito de comensurabilidade perfeita” segundo o qual, “se aceita que as essências das espécies e

dos ecossistemas possam ser comparadas de maneira rigorosa e efetiva em uma mesma escala econômica, expressa no preço”, ou seja, fugir, rejeitar, condenar e principalmente se opor a ideia de que “o valor econômico parece expressar a essência de todo valor possível na Natureza” (Gudynas, 2021, p. 44-45).



Imagem 31. Fotografia pessoal. Comunidade de Cajueiro, 13 agosto 2021. “Da mãe palmeira aproveitamos todo, seja para artesanato, fazer óleo, biscoito, mingau, se aproveita todo” Dona Lucilene, moradora de Cajueiro.

Nesse sentido, precisamos lembrar que “ao tutelar a natureza, tendo em vista a sua utilidade econômica, as novas leis ambientais se opõem às representações atribuídas pelos diversos grupos sociais designados como povos e comunidades tradicionais do país” (Shiraishi Neto, 2017, p. 119), sendo fundamental dizer que, por exemplo, povos indígenas, comunidades ribeirinhas, de extrativistas ou quilombolas “atribuem valores ainda mais complexos ao meio ambiente”, segundo os quais as árvores, nascentes, frutos, animais ou flora, caminhos, montanhas, rios, “estão revestidos de personalidade própria” (Gudynas, 2021, p. 46) e são ancestrais/raízes daqueles territórios, morada de encantados, entidades, espíritos que regulam, guiam e/ou punem o comportamento das pessoas que habitam aí.

Nesse cenário, chama nossa atenção “o uso crescente do Direito como mecanismo de elaboração e legitimação da pilhagem” (Mattei; Nader, 2013, p. 2) para se apropriar desses territórios indígenas, extrativistas, sertanejos, amazônicos, pretos, toda vez que as distintas relações sociedade-natureza apresentam um campo polissêmico de disputas que leva a refletir sobre os regimes de verdade/enunciação. Assim, a existência

de “umbrais” (Floriani, 2019), permite compreender a disputa de sentidos sobre as distintas valorações, códigos, práticas, éticas, relações com a natureza.

É importante destacar que existe uma “amalgama” entre os modos de pensar, fazer e de subjetivização, ideia que Floriani retoma de Michel Foucault para afirmar que dita amalgama “define os contornos ou os padrões ontológicos diferenciados entre modos de viver, modos de perceber e nomear o mundo e de se apropriar material e simbolicamente dele” (Floriani, 2019, p. 83). As reflexões de Floriani nos convidam a pensar em uma ética específica para cada formação sociocultural, relacionada com uma filosofia e uma forma de se entender e posicionar no mundo, assim como a relação entre os seres humanos e os animais; os seres humanos com outros seres humanos; os seres humanos e a natureza; e como isso afeta a relação natureza-cultura em cada momento e tempo histórico.

Falar de uma “ética ambiental” implica reconhecer a existência de problemas entre essas diversas éticas, filosofias e modos de subjetivação das culturas que habitam na modernidade, pois “esses problemas reúnem atores heterogêneos, que expressam sentidos diferenciados sobre determinadas formas de representar a natureza e seus usos sociais, entre as quais as hegemônicas, que associam esses usos às lógicas produtivistas do mercado”. Desta forma, “a ética ambiental emerge, pois, como resposta aos riscos e danos da modernidade e que correspondem a signos negativos civilizacionais” (Floriani, 2019, p. 87-88) e, se considerarmos os valores intrínsecos da natureza como aqueles que não se centram no valor instrumental e econômico dela, entender que “A Natureza como conjunto reaparece como sujeito de valores. Isso permite reconhecer que conta com atributos próprios do conjunto, propriedades emergentes ou expressões que não podem se derivar de cada uma de suas partes (Gudynas, 2021, p. 68).

Para nutrir, tecer e acrescentar as reflexões anteriores, é importante retomar a opinião de Arturo Escobar (2000), segundo o qual a reafirmação dos lugares e a cultura local e não capitalista que dá preferência ao espaço, deve produzir teorias que tornem visíveis as possibilidades de reconhecer e reconstruir o mundo desde a perspectiva das práticas realizadas em lugares (Escobar, 2000, p. 172). Assim, Escobar afirma que o lugar continua sendo importante na vida de muitas pessoas, talvez da maioria, se entendemos o lugar como a experiência de um local específico com um vínculo à terra, um sentido dos limites e uma conexão com a vida cotidiana.

a natureza não é apenas seres vivos com plantas e animais, a natureza e energia é espiritualidade, e foi através dela que foi adquirido todo os ensinamentos e conhecimentos para ainda existirmos aqui. Considero como meu território, todo aquele que desde o início até em torno de (1500) tinha e ainda é conhecido por nome “Pindorama” que, por sua vez, mudou de nomes e hoje é conhecido com Brasil! Todo o espaço que serviu e serve de fonte de sustento para o povo suprir suas necessidades tanto físicas quanto espirituais. Territórios não é apenas demarcação, mas sim conexão! (entrevista realizada com João Victor Barbosa Aires, em 4 outubro de 2023).

Escobar fala de “novas metáforas da mobilidade” para compreender e explicar alterações das dinâmicas principais da economia e da cultura, propondo, por exemplo, falar de desterritorialização, deslocamento, diáspora, migração, viagem, passagem de fronteiras ou *nomadologia* referida a processos de nomadismo. Como vai ser compartilhado mais adiante, na tentativa de construção de um porto no Cajueiro tem acontecido esses processos por meio da violência de empresários e diversos funcionários públicos, sendo provas claras de práticas necropolíticas, além da pressão de empresários por modificar o uso de solo, a delimitação das zonas e usos da terra dos territórios da zona rural, sempre em pressão utilizando as lógicas, dinâmicas, práticas do capital.

A classificação desses territórios como espaços vazios, sem história, sem população, está fortemente ligada à colonialidade do poder (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, à lógica do capitalismo e aos processos de racismo ambiental e necropolítica. Se retomarmos a análise de Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021, p. 15), podemos entender o que sucede no Cajueiro e na zona rural de São Luís, lembrando que:

o capitalismo, pela colonialidade que lhe é constitutiva, conseguiu transformar essa região – produzida por esse patrimônio de conhecimentos praticados/pensados a partir de diferentes línguas indígenas e enriquecidos pela diversidade de fazeres/saberes afro-amazônicos e camponeses, que diversificam ainda mais a ancestralidade amazônica – em um espaço vazio e atrasado. Tal transformação é operada pela representação da região como natureza inóspita, que precisa ser dominada e não cuidada, ou como natureza intocada, expressão máxima de um vazio, alegoria do massacre, pois ninguém sente falta do que foi legitimado como não existente.

O esquecimento do lugar, apagá-lo, traz consequências profundas na forma em que entendemos a(s) cultura(s), o(s) conhecimento(s), a(s) natureza(s) e a(s) economia(s). Nessa perspectiva, nos convida a pensar o desenvolvimento como um abismo entre o lugar e a vida local, como um des-envolvimento. Assim, novamente, podemos pensar o desenvolvimento como um processo violento por meio do qual se pretende impor uma ética ambiental específica nas comunidades atingidas, a ética da modernidade, utilitarista, antropocêntrica. É importante lembrar que os lugares são criações históricas que precisam

ser explicadas considerando as formas em que a circulação global de capital, conhecimento e meios de comunicação, configuram a experiência da localidade. Assim, a proposta de Escobar é pensar os múltiplos e variados laços entre identidade, lugar e poder (Escobar, 2000, p. 173).

Uma característica distintiva do conhecimento local da agricultura tradicional é a maneira como se relaciona com o processo produtivo, o qual precisa ser entendido como uma interação permanente entre trabalho “mental” e “manual”, assim como pressupõe uma contínua interpretação e valoração do processo contínuo de produção (Van der Ploeg, 2000). Esse tipo de conhecimento local conduz à geração de conhecimentos novos e detalhados, toda vez que não é facilmente padronizado nem se remete a uma planificação exata.



Imagem 32. Fotografia pessoal. Na fotografia aparecem cocos babaçu e instrumentos para quebra-los, prática comum nas comunidades extrativistas do nordeste brasileiro. Comunidade de Cajueiro, 13 agosto 2021.

O conhecimento local entendido como aquele que surge dos lugares na perspectiva de Escobar é difícil ou inclusive, impossível de ser generalizado e é assim porque pressupõe a existência de um agente ativo, informado, que é o “agente” da unidade e uma constante interação do trabalho mental e manual (Van der Ploeg, 2000, p. 364-365). Esses agentes sociais ativos, como veremos no decorrer desse trabalho, defendem seus territórios com práticas socioculturais que visam a saúde coletiva das entidades humanas e não humanas que habitam aí, propõem relações menos destrutivas com a natureza e expressam, com valorações e lógicas para além do ponto de vista econômico,

éticas ambientais e linguagens de valoração diferentes da ocidental/utilitarista/econômica/capitalista.

No esquema amplamente aceito na atualidade, o desenvolvimento rural é contemplado como dependente da mudança tecnológica e a introdução de “variedades melhoradas” de seres vivos como um impulso central para o desenvolvimento. Desta forma, o conhecimento científico gerou (e considera até hoje) uma “natureza sintética” e abstratamente construída. Nessa linha de raciocínio, “os modelos locais estão fora do escopo do esquema científico e, conseqüentemente, os agricultores também ficam de fora do desenvolvimento rural cientificamente direcionado” (Van der Ploeg, 2000, p. 374).

Através de suas estratégias e práticas políticas, as comunidades tradicionais promovem linguagens de valoração e racionalidades ambientais alternativas, mostrando ser movimentos com apego cultural e ecológico ao território, entendendo este último como “um espaço fundamental e tridimensional para a criação e recriação dos valores sociais, econômicos e culturais das comunidades” (Escobar, 2000, p. 197). Desta forma, “o local oferece esperança para resistência, porém, o conhecimento dos lugares e sua identidade pode contribuir a produzir significados diferentes (da economia, natureza, etc.) dentro das condições do capitalismo e da modernidade à nossa volta” (Escobar, 2000, p. 206).



Imagens 33 e 34. Fotografias pessoais. Crianças em uma casa de farinha, comunidade Porto Grande, integrante da Resex Tauá-Mirim. 4 junho 2023.

Afirmamos junto com Floriani que não há nada mais “enganoso” que “pensar que a racionalidade científica esteja isenta de valores filosóficos” (Floriani, 2019, p. 91), pelo qual a proposta de defender o conhecimento local é política e, ao mesmo tempo, epistemológica, o que gera um compromisso com um discurso anti-essencialista

(Escobar, 2000, p. 195). Finalmente, como Escobar (2000, p. 205) afirma, “é importante fazer visíveis as múltiplas lógicas locais de produção de culturas, identidades ou práticas económicas e ecológicas, que estão emergindo incessantemente desde comunidades de todo o mundo”, o qual é possível fazer partindo de uma “política relacional”, entendendo que:

o outro inclui também a natureza como sujeito e não apenas o ente humano, pois a defesa da vida implica reconhecer que a natureza é também um ser de direitos, já que ao tratá-la como simples objeto de uso e de exploração, fere sua vulnerabilidade; ao ferir sua vulnerabilidade, estamos ferindo a do ser humano, que é indissociável das condições materiais e naturais que regem a vida (Floriani, 2019, p. 89-90).

Como os moradores de Cajueiro e ativistas que defendem à comunidade irão nos mostrar na última seção do trabalho, a defesa do lugar e das formas de conhecimento local nos permitem repensar a ética da modernidade, expressa mediante a crítica ao discurso do desenvolvimento.

4. 3 Raça, necropolítica e racismo ambiental

“Todo brasileiro se sente em uma ilha de democracia racial, rodeada de racistas por todos os cantos”, afirma Angélica Daas (2021⁴⁶). Problematizar raça e racismo não só no Brasil, mas no mundo, implica problematizar a colonialidade do poder. Para explicar o funcionamento das políticas identitárias, é importante dizer que “la producción de aquellas identidades históricas no podría ser explicada por la naturaleza de las relaciones de producción que fueron establecidas en América”⁴⁷ (Quijano, 1993, p. 2⁴⁸, apud Segato (2010, p. 29), ou seja, entender que um dos maiores aportes da proposta da colonialidade do poder e sua crítica à teoria de classes, é saber que “en nuestro ambiente subcontinental,

⁴⁶ Transcrição de um trecho do vídeo: **La belleza del color de la piel humana**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3AXV6fX14oQ> Acesso 21 setembro 2023.

⁴⁷ “a produção de aquelas identidades históricas não poderia ser explicada pela natureza das relações de produção que foram estabelecidas na América” (Segato, 2010, p. 29). Tradução própria.

⁴⁸ Quijano, Anibal. “‘Raza’, ‘etnia’ y ‘nación’ en Mariátegui: cuestiones abiertas” em Forgues, Roland (ed.) José Carlos Mariátegui y Europa. La otra cara del descubrimiento. Lima: Amauta).

es mucho más fértil pensar en clasificación social, a partir de la perspectiva de poder colonial/capitalista y moderno”⁴⁹ (Segato, 2010 p. 29).

Em síntese, podemos afirmar que “um dos eixos do poder colonial foi a classificação social da população mundial sob a ideia de raça. A raça fundada em padrões fenotípicos é uma categoria da modernidade, assim como a própria Europa” (Transcrição de entrevista com Shiraishi, 2021).

Na configuração desse poder colonial global, é claro, os mecanismos violentos foram diversos, destacando entre eles alguns evidentemente físicos e abertos, e outros mais sutis ou menos evidentes, mas também com terríveis implicações. Nesse sentido, podemos pensar, por exemplo, que analisar o contexto atual do Brasil no século XXI, e nos últimos cinquenta anos – após o período da ditadura militar -, permite compreender:

uma realidade cotidiana que exhibe a força que possui a “história única” e a herança dos seus inventores ou transmissores passando a formar parte do imaginário comum, degradado em tons e autoconceitos, mas onnipresente, apesar dos gestos simbólicos que não tem mais significantes para ser simplesmente exculpatórios. A impunidade e a naturalidade do aberrante (Dass, 2021).

Entender o processo histórico do Brasil que implicou a criação e “invenção” do outro como negro, nos exige entender que “en Brasil, el signo de color se especializa más a medida que nos apartamos de la colonia y nos aproximamos al presente, y que durante un largo período histórico la movilidad socio-racial fue mayor que en la actualidad”⁵⁰ (Segato, 2007, p. 135).

Lélia Gonzalez, uma das maiores referências quando falamos de intelectuais negras do Brasil e do mundo, tem importantes contribuições para analisar o racismo. Como instrumento metodológico para interpretar o processo de formação das sociedades da América Latina, Gonzalez utiliza uma categoria explicativa oriunda da psicanálise, a chamada denegação, afirmando que “enquanto denegação dessa ladinoamefricanidade, o racismo se volta justamente contra aqueles que, do ponto de vista étnico, são os

⁴⁹ “no nosso ambiente subcontinental, é muito mais fértil pensar em classificação social, partindo da perspectiva de poder colonial/capitalista e moderno” (Segato, 2010, p. 29). Tradução própria.

⁵⁰ “no Brasil, o signo da cor se especializa mais na medida que nos afastamos da colônia e nos aproximamos ao presente, e que durante um longo período histórico a mobilidade socio-racial foi maior que na atualidade” (Segato, 2007, p. 135. Tradução própria).

testemunhos vivos da mesma, tentando tirá-los de cena, apagá-los do mapa” (Gonzalez, 1988b, p. 23). Como a própria Gonzales (1988, p. 69) diz, “vale a pena recordar a categoria freudiana de denegação [que nas palavras de Freud, é um] processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença”.

Analisando as contribuições de Gonzalez, Cláudia Cardoso (2014, p. 969) explica que “o racismo pode apresentar taticamente duas formas para manter a ‘exploração/opressão’: o racismo aberto e o racismo disfarçado [...] No racismo disfarçado, (que predominam nas sociedades latino-americanas) prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’”. Dessa forma, o racismo que experimentamos na América Latina implica que “a alienação é alimentada através da ideologia do branqueamento cuja eficácia está nos efeitos que produz: <o desejo de embranquecer (de ‘limpar o sangue’, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura>” (Cardoso, 2014, p. 969).

Como Cardoso continua explicando, Gonzales baseou seus trabalhos em muitos pensadores e pensadoras, mas sempre considerando esta ideia do racismo por denegação, tomando como principal referência a Frantz Fanon, já que suas ideias sobre racismo, alienação e assimilação foram fundamentais para analisar a dita “democracia racial” brasileira, que foi “um dos principais alvos das ações e críticas do movimento negro, nos anos 1980, através da denúncia do quanto era falaciosa tal democracia, resumindo-se, na verdade, <em um dos mais eficazes mitos de dominação>” (Cardoso, 2014, p. 969). Como a própria Gonzalez afirma, é preciso assumir que “a chamada América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação [isso porque] aqui, prevalecem as teorias da miscigenação, da assimilação e da <democracia racial>” (Gonzalez, 1988, p. 72).

Entendendo a especificidade histórica do Brasil, e concordando com Segato (2010, 2007) sobre a necessidade de uma “sensibilidade local” para falar de raça e racismo, entendemos a análise da colonialidade do poder como uma possibilidade de compreender a “estrutura cognitiva” que tem sido instaurada nos dominados mas também nos dominadores, segundo a qual, as relações de poder (desiguais, discriminatórias e excludentes) outorgam ao outro, ao negro/preto/quilombola, indígena, extrativista,

ribeirinho, um status inferior e assim, no discurso neocolonial, são colocados como “obstáculos” ou “ervas daninhas” (Alves, 2022) para atingir o progresso/desenvolvimento da nação imaginada, pensada e projetada como se fosse um bloco homogêneo, fenômeno que é realizado através de processos político-ideológicos como o chamado “embranquecimento” social ou o mito da “democracia racial” no Brasil, “uma nação que encarnou o ecocídio, o patriarcado, o racismo, o patrimonialismo e a violação étnica como regra de des-envolvimento” (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 19).

Retomando a síntese realizada por Cardoso em relação aos aportes de Gonzalez, é preciso dizer que falar de amefricaneidade:

tem força epistêmica, pois pretende outra forma de pensar, de produzir conhecimento, a partir dos subalternos, dos excluídos, dos marginalizados. Desloca mulheres e homens negros/os e indígenas da margem para o centro da investigação, fazendo-as/os sujeitos do conhecimento ao resgatar suas experiências no enfrentamento do racismo e do sexismo” (Cardoso, 2014, p. 972).

Como conclusão dos aportes de Gonzalez, Cardoso menciona que “ao propor categorias próprias para pensar a história das/os afro-ameríndias/os, [Gonzalez] aposta no desprendimento do conhecimento europeu e aponta para a decolonização do pensamento através da desconstrução das estruturas de poder que mantêm a colonialidade do saber, usando categorias fundadas a partir da cultura negra” (Cardoso, 2014, p. 972).

Nesse sentido, é importante mencionar que “raça não é necessariamente signo de povo constituído, de grupo étnico, de povo outro, mas traço, tipo uma pegada no corpo da passagem de uma história ‘outrificadora’ que construiu <raça> para constituir a <Europa> como ideia epistêmica, econômica, tecnológica e jurídico-moral que distribui valor e significado no nosso mundo” (Segato, 2007, p. 23. Tradução própria). Mas, qual a importância de analisar a criação do discurso moderno, racista, utilitarista e antropocêntrico, para compreender os movimentos socioambientais e as distintas linguagens de valoração/éticas ambientais?

A crítica decolonial argumenta que, após o fim do colonialismo e das administrações coloniais, consolidou-se um sistema mundial no qual a epistemologia ocidental domina o resto das epistemologias; hegemonia epistemológica que tem sido

baseada em uma história imperial duradoura que construiu o homem ocidental como o sujeito de enunciação superior e padrão da suposta validade universal.

Para compreender a perspectiva decolonial, deve ficar claro que "colonialismo" e "colonialidade" não são a mesma coisa. O "colonialismo" refere-se a uma relação política e econômica na qual a soberania de uma nação ou povo repousa sob o poder de outra nação. Por outra parte, a "colonialidade" refere-se a um conjunto de padrões de poder duradouros que surgiram com o colonialismo, mas definem a cultura, as relações intersubjetivas, a distribuição do trabalho e a produção de conhecimento além dos limites estritos das administrações coloniais (Quijano, 2016).

Mesmo baseada nos estudos pós-coloniais, a crítica decolonial toma como referências outras genealogias de pensamento e, portanto, mantém diferenças substanciais no quesito de como conceber a relação entre "modernidade" e "colonialidade". Os estudos pós-coloniais, emergiram da crítica ao eurocentrismo por intelectuais da Ásia Ocidental e do Sul da Ásia e relacionam a colonialidade à expansão imperialista britânica e francesa na África, posição que, epistemológica e ontologicamente falando, propõe que a modernidade é um processo europeu autônomo endógeno que começou na própria Europa no século XVII com o Iluminismo.

A perspectiva decolonial afirma que os fundamentos epistemológicos e ontológicos da modernidade estão no debate filosófico que a conquista espanhola da América produziu sobre a natureza humana das populações autóctones. Assim, colonialidade e modernidade são duas faces da mesma moeda. Em síntese, pode-se falar de uma "colonialidade global" articulada por meio de uma estrutura triangular entre "a colonialidade do conhecimento", "a colonialidade do ser" e "a colonialidade do poder", exercidas elas a partir do privilégio epistêmico ocidental (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

Nesse sentido, se pensarmos junto com Achille Mbembe (2019), sobre a questão racial, podemos afirmar que “o significante racial foi uma estrutura primordial e até mesmo constitutiva do que viria a ser o projeto imperial. E se existe uma subjetividade das relações coloniais, sua matriz simbólica e sua cena originária é certamente a raça” (Mbembe, 2019, p. 116). Dessa forma, podemos afirmar que “a hierarquização étnico-racial das populações, formadas ao longo de vários séculos de expansão colonial europeia,

não se transformou significativamente com o fim do colonialismo e a formação dos estados-nações na periferia” (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 13), mas continua até hoje, sendo preciso destacar que “o sentido específico que surge da raça na Europa na consolidação da modernidade, o sentido de uma raça que podia ser considerada como mercadoria, foi importantíssimo (e brutal) no estabelecimento da modernidade” (Informação verbal⁵¹)

Assim, é importante retomar as opiniões de Elisabeth Cunin (2002, p. 12), quem diz:

Na América colonial, a miscigenação era percebida como uma ameaça permanente: uma ameaça biológica diante de uma concepção europeia de pureza e hierarquia entre as raças; ameaça cultural em face de todos os tipos de sincretismos; ameaça política contra o empoderamento das reivindicações e pretensões dos mestiços; ameaça social, enfim, em face da dissolução de qualquer princípio de organização, em particular o da distinção entre castas.

Nessa lógica, lembrando a proposta do “Estado jardineiro”, podemos dizer que ele não se preocupava tanto com o escravo, mas com o mestiço, pois, com seu caráter liminar, confundia a “ordem” da classificação social. Assim, a “mestiçagem longe de obedecer a uma lógica de harmonia e pacificação alimentou e acentuou o recurso à ideologia racial e ao preconceito de cor” (Cunin, 2002, p. 12), mas devemos lembrar que um ponto fundamental é compreender “que haja miscigenação não significa que não haja racismo; ao contrário, supõe uma mistura entre discriminação e integração, sustentada no uso social de categorias raciais e, portanto, em nenhum momento é apagada” (Cunin, 2002, p. 28). De esse modo, “a miscigenação não pode ser percebida como uma negação do racismo: ao invés de eliminar o estigma, permite conviver com ele” (Cunin, 2002, p. 28).

Agora, considero necessário realizar umas breves reflexões em torno ao Direito: a primeira, colocá-lo em questão, desnaturalizar o que é tratado como natural, evidente e tradicional; a segunda, confrontá-lo com os contextos locais/regionais específicos nos quais opera; e a terceira, remover todo tipo de “idealismo” existente em torno dele, o que representa um obstáculo a sua compreensão. Tais exercícios possibilitam retirar o Direito

⁵¹ Fala do professor Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior na disciplina “Tópicos Especiais em Sociologia I”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ UFMA. 9 setembro 2019.

de sua redoma e colocá-lo em um campo de disputas, ou seja, no “direito de dizer o direito” (Shiraishi, 2021).

Para entender a importância do direito nos processos de conflitos socioambientais que acontecem no contexto da colonialidade/modernidade, é importante explicar o duplo sentido da globalização. Por um lado, “designa uma política que objetiva construir uma unidade global no campo econômico por meio de um conjunto de medidas jurídico-políticas” e pelo outro, “se constitui em um produto de uma política deliberada por um conjunto de agentes e instituições que atuam no sentido da criação e aplicação de regras para um fim específico” (Shiraishi Neto, 2017, p. 119-120).

A proposta de Achille Mbembe (2012) quando fala da necropolítica é sumamente interessante para analisar o caso de Cajueiro e as comunidades que integram a Resex Tauá-Mirim, se compreendemos que, entre as principais particularidades para definir à necropolítica, encontram-se que 1) trata de contextos e localidades nos quais o estado de exceção torna-se tão normal, a ponto de não ser mais uma exceção; 2) aponta para a exploração generalizada da existência humana em situações que culminam politicamente com a destruição material dos corpos e o julgamento de populações como descartáveis ou supérfluas; 3) mostra como o exercício do poder soberano apela continuamente para a noção fictícia ou fantasmática de inimigo (os grupos considerados descartáveis em nome de um “bem comum” ou “interesse público”) para buscar legitimação, numa perfeita articulação entre tecnologias capitalistas e ideologias nacionalistas que invocam o “bem da nação” (Mbembe, 2012). A partir dos estudos da obra de Mbembe, Pedro (2017) conclui que “A necropolítica aponta não só para a forma da soberania, mas para a sua correlação com a exceção, mostrando como o encontro de ambos nos processos de colonização contemporâneos forma o caminho no qual se produz a descartabilidade da vida” (Pedro, 2017, p. 48).

Nesse ponto da análise, resulta fundamental ter muito claro:

O reconhecimento de que a base da acumulação de riqueza e o exercício do poder no Brasil sustentam-se fundamentalmente pela combinação de rentismo financeiro e exportação de commodities [...] orientado pela espoliação, pela superexploração do trabalho e da natureza, pela regressão de direitos, pela flexibilização/ adaptação do Estado diretamente pelo capital e pelo controle autoritário por meio de uma necropolítica em que as grandes massas tornam-se descartáveis (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 56).

Lembrando a análise de Moore (1987) no sentido das bases da injustiça social, o que provoca sentimentos de revolta e, no final, leva à ação coletiva, podemos entender o fato de que, do outro lado, vindo do Estado, “a ação violenta só pode encontrar alguma legitimidade na condição de não dignidade daquele contra o qual é exercida, como propõe o deslocamento conceitual da biopolítica para a necropolítica [...] para situações coloniais” (Sant’Ana Júnior; Brustolin; Santos, 2019, p. 89).

Com base na proposta de Mbembe, se observamos lugares (Escobar, 2000) como o Cajueiro e as comunidades que integram a Resex Tauá-Mirim, e baseados nas propostas de Pedro (2017), podemos encontrar mecanismos característicos e dispositivos de poder de domínio colonial, ou seja, práticas necropolíticas que permitem:

estabelecer a interrelação entre eles e as estruturas molares mais amplas dos estados e governos – tais como a relação deles com a economia mundial, divisão internacional do trabalho, formas de exploração, racismo institucional, formas de resistência e caminhos do poder e da violência (Pedro, 2017, p. 49).

Geralmente, o racismo é o mecanismo de segurança acionado como legitimador para a expropriação do território e a naturalização da política de morte para as populações desses locais. Assim, nos contextos de locais e países coloniais alguns grupos sociais estariam sob o domínio de uma “expressão máxima de soberania”, ou seja, uma “necropolítica” que decide quem deverá morrer e quem irá sobreviver (Mbembe, 2011), o que permite pensar o desenvolvimento como um abismo entre o lugar e a vida local, ou seja, como um des-envolvimento, uma tentativa de tirar o envolvimento das pessoas dessas comunidades, dos humanos e não humanos que habitam nelas, e dessas comunidades com comunidades próximas.

Como já foi mencionado, podemos pensar o desenvolvimento como um processo violento por meio do qual pretende instalar-se uma ética ambiental específica nas comunidades atingidas, a ética da modernidade. Nas palavras de Máxima Pires, “o objetivo dessas empresas não é trazer desenvolvimento objetivo aqui, esses empregos mais precários que eles estão oferecendo aqui hoje são provisórios porque daqui alguns meses, nenhum de vocês estará empregado”⁵², ou bem quando escutamos ao senhor Davi Sá dizer “todos os dias eles atingem as comunidades e não deixam um legado de

⁵² Fala de Máxima Pires. Anotação no caderno de campo, 16 março 2018, em protesto realizado em Cajueiro.

desenvolvimento humano para os maranhenses”⁵³. Nesses depoimentos, analisamos como esses agentes locais criticam as noções hegemônicas de desenvolvimento, além do fato de expressar o descontentamento de ser retirados do seu local de origem, sendo impossibilitados e violentados no seu direito de existir.

Desta forma, podemos problematizar a noção de desenvolvimento como todo esse conjunto de relações entre elementos, práticas e instituições, bem como a sistematização dessas relações, ou seja, do discurso do desenvolvimento como um dispositivo de saber-poder (Escobar, 2007). A proposta permite desconstruir a concepção clássica do desenvolvimento, o que nos leva a entendê-lo como um des-envolvimento, no sentido de uma tentativa de atores, processos e fenômenos externos para tirar o envolvimento dos modos de ser, perceber, agir e pensar as relações com os outros seres vivos em/dos territórios. Ou seja, das éticas ambientais e linguagens de valoração não antropocêntricas. Como afirmam Aquino, Loureiro e Storti (2017, p. 6):

No caso brasileiro, o racismo ambiental não se restringe à cor da pele, atingindo, também, populações tradicionais como ribeirinhos, pescadores artesanais, povos indígenas, além de outras culturas e formas de organização que não são dominantes. Isto porque essas populações são constantemente invisibilizadas, fazendo com que quaisquer impactos sobre elas tenham coberturas midiáticas inferiores e assim, a pressão exercida sobre as empresas também seria menor do que se fosse um grupo privilegiado e com maior poder de influência.

Através do acompanhamento etnográfico, encontramos nas comunidades da Resex Tauá-Mirim uma tentativa dos empresários e funcionários públicos de modificação dos modos de produção local; a impossibilidade de trafegar livremente pelas vias de acesso; bem como a intervenção das forças estatais para reprimir aos opositores do projeto. A falta de consulta aos habitantes da comunidade e o desrespeito aos usos e costumes em relação ao desconhecimento das assembleias como espaços de tomada de decisão coletiva, também aparece claramente, provocando a perda do controle dos processos organizativos locais e um descontrole da dinâmica interna. Mas, neste cenário, os agentes locais atuam, se reinventam e propõem outras alternativas, como visto em outros capítulos da tese.

⁵³ Fala de Davi Sá. Anotação no caderno de campo, 16 março 2018, em protesto realizado em Cajueiro.

4.4 Movimentos socioambientais: tentativa de desconstrução e crítica ao desenvolvimento

Antes de falar sobre o movimento de resistência das comunidades da zona rural de São Luís contra a construção de um porto privado, é preciso explicar por que, neste trabalho, ele é considerado um movimento socioambiental. Desta forma, poderemos categorizar, no final do capítulo, esse movimento como uma tentativa de desconstrução, na prática, do chamado desenvolvimento.

Rosado (2008) conclui que, na atual etapa neoliberal, a produção de mercadorias e as desigualdades no consumo global têm levado a uma confrontação pelos territórios, transformados em recursos. Retomando a Joan Martínez Alier, a autora afirma:

Nascem daí os conflitos ecológicos distributivos, da utilização extensiva do ambiente natural por conta da expansão econômica, que beneficia uma parcela ínfima da população. Esses conflitos, que ocorrem simultaneamente em prol dos direitos humanos e da ecologia, vêm sendo entendidos como luta por justiça ambiental, na qual diversos atores expressam diferentes discursos de valoração do ambiente natural (Rosado, 2008, p. 151).

Podemos identificar o surgimento da questão ecológica como uma preocupação a nível global na década de 1970. Nesse período, surgiram organizações e mobilizações que ganharam um espaço importante na mídia para colocar, no centro da agenda pública, a questão ambiental. As explicações sobre porque “surgiu” nesse momento a preocupação pela questão ambiental são variadas. A partir dos seus estudos, Abraham Maslow, citado por Pádua (2007), afirma que existe uma “hierarquia das necessidades” segundo a qual “os seres humanos buscavam satisfazer suas necessidades com base em uma escala que vai do mais ao menos material”. Dado que o contexto das principais potências europeias (assim como nos Estados Unidos) era próspero e as condições de vida de boa parte da população estavam satisfeitas, a explicação foi que nesse período “surgiu” essa preocupação ambiental.

Neste sentido:

o ecologismo contemporâneo era cultivado fundamentalmente por jovens que cresceram no contexto das ricas sociedades ocidentais do [período] pós-guerra. A superação das carências materiais básicas abria espaço para o aparecimento de demandas “pós-materiais” por um ambiente com menos barulho, poluição e feiura (...). As inquietações com a qualidade de vida, para não falar em valores universais como a sobrevivência da humanidade e a conservação da biodiversidade, eram privilégios dos mais ricos (Pádua, 2007, s/d).

Contrário a essas ideias preconceituosas e errôneas, Joan Martínez Alier (2007) argumenta em seu livro “O ecologismo dos pobres” o fato de que aqueles chamados “pobres”, na maioria das vezes, “favorecem mais a conservação dos recursos naturais”, além de que são eles que sofrem mais os impactos ambientais – consequência do racismo ambiental. Rosado conclui que Alier:

traz um panorama do aumento das tensões pelo acesso a recursos naturais e da relação entre crescimento econômico e uso destes recursos, e lista uma série de conflitos, entre eles o racismo ambiental, a biopirataria, a dívida ecológica, o feminismo ambiental, com ênfase no “ecologismo dos pobres” (Rosado, 2008, p. 151).

Da tristemente enorme variedade de conflitos ambientais no mundo todo, o Brasil tem um papel importante e historicamente tem se posicionado como um espaço de grande relevância. Exemplo disso é o movimento dos seringueiros que foi liderado por Chico Mendes contra a destruição florestal, movimento que se tornou ícone internacional. Os exemplos são variados, sendo possível mencionar desde movimentos de pescadores contra a destruição de manguezais; projetos desenvolvimentistas que atingem as comunidades por meio da industrialização; emissões poluentes de indústrias que contaminam rios, aquíferos e a natureza em geral; grandes depósitos de lixo tóxico; entre outras (Pádua, 2007).

Lembrando o que foi colocado anteriormente em relação aos conhecimentos locais e a desigual relação entre eles e a produção do conhecimento científico, mesmo como a importância da etnografia, é importante destacar que a obra de Alier está baseada em uma “observação sempre participante e solidária, demonstrando que a boa produção de conhecimento não requer uma atitude de cinismo e indiferença diante dos sofrimentos e esperanças dos seres humanos” (Pádua, 2007).

Alier identifica duas propostas principais na cultura ecologista contemporânea, e propõe uma terceira. É importante citar as palavras do próprio autor para entender as diferenças entre as propostas:

Uma característica substantiva de cada uma (...) é a sua relação com as diferentes ciências ambientais, tais como a biologia da conservação, a ecologia industrial e outras. Suas relações com o feminismo, com o poder do Estado, com a religião, com os interesses empresariais ou com outros movimentos sociais não são menos importantes enquanto referências para defini-las (Alier, 2007, p. 21-22).

A primeira é denominada “culto ao silvestre”, e vê a natureza e suas paisagens mais exuberantes como um valor intrínseco a ser preservado da ação humana. Surgiu há mais de 100 anos nos Estados Unidos e foi com a publicação da obra “A ética da terra”, de Aldo Leopold, que se transformou em uma proposta que somente mencionava a necessidade de preservar a natureza intocada e admirar a beleza do meio ambiente para direcionar suas reflexões por meio da ecologia.

O culto ao silvestre “não ataca o crescimento econômico” e propõe uma “ação de retaguarda” para manter os espaços da natureza fora do alcance da exploração do mercado. No fundo, a corrente “apela para a religião”, manifestado no panteísmo ou outras religiões orientais. No caso da América, poderíamos associar seus fundamentos no “valor sagrado da natureza nas crenças indígenas que sobreviveram à conquista europeia” (Alier, 2007, p. 22-23).

Contrariamente à visão de Inglehard, segundo a qual as preocupações ambientais surgiram pelo fato de ter sido alcançado uma etapa “pós-materialista” na qual as necessidades materiais já teriam sido satisfeitas, Alier (2007, p. 25) afirma que o ambientalismo cresceu nos anos 70 do século passado “pelas preocupações muito materiais decorrentes da crescente contaminação química e os riscos e as incertezas suscitados pela energia nuclear”.

A segunda proposta é a denominada “evangelho da ecoeficiência”. Ela vê a natureza como um conjunto de recursos a serem utilizados através de tecnologias mais cuidadosas e sustentáveis, daí sua relação com a proposta do “desenvolvimento sustentável” e sua preocupação com a economia.

Da mesma forma que o culto ao silvestre, esta segunda proposta “defende o crescimento econômico, ainda que não a qualquer custo”; seus representantes usam a palavra “natureza”, mas na verdade se referem a “recursos naturais” ou, inclusive, “capital natural”, pelo qual Alier (2007, p. 26-27) afirma que “esse credo é atualmente um movimento de engenheiros e economistas, uma religião da utilidade e da eficiência técnica desprovida da noção do sagrado”.

Alier resume os aspectos centrais desse “evangelho” da seguinte forma:

Os conceitos-chaves são as “curvas Ambientais de Kuznets”, pelas quais o incremento de investimento conduz, em primeiro lugar, a um aumento da

contaminação, mas no final conduz a sua redução o “desenvolvimento sustentável”, interpretado como crescimento econômico sustentável; a busca de soluções de “ganhos econômicos e ganhos ecológicos” -win-win-, e a “modernização ecológica” (Alier, 2007, p. 27-28).

Nesta perspectiva, a ecologia passa a ser uma ciência cuja função é ajudar na limpeza na poluição e degradação ambiental provocada pela industrialização, pelo que a “ecoeffiência” pode ser compreendida como “o vínculo empresarial com o desenvolvimento sustentável”. Dessa forma, Martínez Alier (2007, p. 28-33) afirma que “o culto ao silvestre e o credo da ecoeficiência eventualmente dormem juntos”.

A terceira proposta, criada por Alier, “constrói uma ecologia das condições cotidianas de vida, vendo o ambiente como espaço de afirmação de direitos e de luta pela chamada <justiça ambiental>” (Pádua, 2007). Criticando novamente a ideia de uma etapa pós-material, os aderentes desta proposta afirmam que nos encontramos ante uma “crescente politização do mundo material, onde o ambiente natural/social se torna lugar de embate entre diferentes visões culturais, critérios de valoração, modelos tecnológicos, objetivos socioeconômicos etc.” (Pádua, 2007), razão pela qual ao entender a qualidade ambiental como um direito social coletivo, se intenta criar “barreiras à apropriação autoritária do território e à degradação do espaço comum para favorecer poderosos interesses privados” (Pádua, 2007).

Esta terceira proposta também é conhecida como “ecologismo dos pobres”, “ecologismo popular” ou “movimento de justiça ambiental”. Afirma que “desgraçadamente o crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente, chamando a atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos” (Alier, 2007, p. 33-34).

Aprofundando na proposta, encontramos que:

O eixo principal [...] não é uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje (...) Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre humanos (Alier, 2007, p. 34).

O movimento começou nos Estados Unidos e tem muita relação com o movimento pelos direitos civis dos anos 60 do século passado, daí a importância das questões do racismo que são abordadas nela. Se bem que o movimento tenha permanecido

ligado aos Estados Unidos, recentemente tem sido aplicado para identificar “movimentos do Terceiro Mundo que lutam contra os impactos ambientais que ameaçam os pobres, que constituem a ampla maioria da população em muitos países” (Alier, 2007, p. 35).

Esta proposta tem noções importantes que podemos considerar nesse trabalho. Uma delas é o chamado “ambientalismo dos pobres”, aquele em que os pobres entendem que seus meios de subsistência estão comprometidos e se manifestam contra projetos de mineração ou grandes empreendimentos industriais por exemplo, o que fazem “não por serem ambientalistas profissionais, mas porque necessitam dos serviços do ambiente para a sua sobrevivência imediata” (Naime, 2017) ou, poderíamos dizer, porque têm uma ética e linguagem de valoração distintas do antropocêntrico/utilitarista/capitalista.

Outra noção importante relacionada com esta terceira proposta é a chamada “economia ecológica”, que critica a economia convencional e a ideia do crescimento econômico infinito. Assim, a economia ecológica propõe considerar não só o aspecto econômico no impacto dos grandes projetos desenvolvimentistas, mas sim outros como os aspectos físicos, biológicos, químicos e, sem dúvida, os sociais (Naime, 2017).

Entendendo o conflito ambiental como aquele no qual estão interligados fatores ecológicos, éticos, culturais, históricos, econômicos e sociais (entre outros); os quais influenciam o modo de vida das populações e as diversas concepções que tem da sua relação com a natureza, é possível identificar o movimento dos moradores das comunidades que integram a Resex Tauá-Mirim, na zona rural de São Luís, como um exemplo de movimento ambiental que “confronta o Estado opondo-se às leis e políticas consideradas destrutivas ou injustas, desconfiando da mediação do Estado nos seus conflitos com os interesses estrangeiros” (Alier, 2007, p. 276).

Desta forma, podemos entender os conflitos socioambientais como aqueles “referidos a redes de poder e redes de valor” (Informação verbal)⁵⁴, e assim, categorizar a criação da Resex Tauá-Mirim como uma proposta específica de territorialização na qual acontece uma forte disputa de narrativas, e se expressam linguagens de valoração da

⁵⁴ Fala do professor Benedito Souza Filho na disciplina “Tópicos Especiais em Antropologia I”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA). 17 out. 2019.

natureza/éticas ambientais contrárias à visão utilitarista, econômica e antropocêntrica do capital, sendo possível enxergar processos de racismo ambiental e necropolítica.

Em esse ponto, é fundamental lembrar o seguinte:

No Brasil, a concepção de “reservas extrativistas” foi inspirada na prática dos seringueiros. Com base nesta proposta, o movimento social impôs ao Estado uma nova forma de propriedade comunitária nos anos de transição rumo à democracia, momento em que o aparato estatal tornou-se mais permeável do que antes (Alier, 2007, p. 276).

A ideia das reservas extrativistas, mesmo não sendo a mesma que das áreas de conservação, permite trazer outras reflexões importantes. Uma delas é o conceito que Diegues (2001, p. 53) define como “mito da natureza intocada”, o qual:

Diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, por tanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma “proteção total”.

Na linha de pensamento de Diegues é possível afirmar a coexistência de diversos mitos sobre a conservação do mundo natural, tais como o bioantropomórfico ou diversos mitos modernos (“neomitó”), porém, longe de definir detalhadamente cada um deles, me parece importante ressaltar a seguinte afirmação de Diegues (2001, p. 61-62):

Considerando a importância da simbiose homem-ciclos naturais existente nas populações tradicionais, a noção de parques ou áreas naturais protegidas que excluam as populações tradicionais é incompreensível para as culturas portadoras desse pensamento bioantropomórfico. A disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, em que os homens são proibidos pelo Estado de exercer suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre mitos das sociedades tradicionais.

Desta maneira, é clara a intenção de:

Definir como as populações tradicionais devem comportar-se em relação à natureza e aos usos dos recursos naturais. Trata-se, na verdade, de um processo de desposseção do conhecimento e técnicas patrimoniais em poder das populações tradicionais e a afirmação do poder da ciência nas mãos dos cientistas e dos administradores (Diegues, 2001, p. 71).

Tendo mencionado o conceito “população tradicional”, é importante esclarecer que:

Populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista

que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (Cunha; Almeida, 2009, p. 300).

Nesse cenário, a política ambiental do Brasil permite entender as tensões entre sujeitos, lógicas, conhecimentos, valorações em torno à natureza, ordens e campos políticos, mesmo assim como a necessidade de compreensão da interdependência dos fatores sociais, religiosos, políticos, econômicos e culturais nas relações entre humanos e não humanos, através da qual se “ultrapassa a dicotomia público versus privado e [se] instaura outra possibilidade de ação política, das resistências, construídas pelos diferentes grupos para fazer face às investidas do capital” (Shiraishi et al., 2019, p. 22). O acompanhamento das comunidades da zona rural de São Luís que integram a Resex Tauá-Mirim nos oferece essa possibilidade.

Capítulo 5

A unidade de conservação como alvo central do conflito socioambiental: o processo de luta pela constituição da Resex Tauá-Mirim



Imagem 35. Fotografia pessoal. Realizada na comunidade de Taim, no quintal da casa de uma das principais lideranças da comunidade. 5 junho 2021.

Como já foi comentado nesse trabalho, desde 2003, na zona rural de São Luís, capital do estado do Maranhão, doze comunidades tradicionais exigem que o Governo Federal crie a Resex Marinha Tauá-Mirim, cujos estudos de viabilidade foram concluídos em 2007 e ainda aguardam formalização. Grupos e organizações corporativas e planejadores associados nos âmbitos federal, estadual e municipal, em função da

expansão portuária e de área industrial, têm colocado obstáculos para sua legalização, estabelecendo um conflito socioambiental nessa região. Em 2015, cansados de esperar pela resolução do conflito, lideranças comunitárias decretaram a criação de fato da Resex e estabeleceram seu Conselho Gestor.

5.1 Reservas extrativistas, breve definição e situação particular no Maranhão

Se bem que possa ser uma referência comum e fácil de entender para os pesquisadores da nossa área, é importante aclarar que o conceito “reserva extrativista” deriva da noção de reservas indígenas reconhecidas pelo Estado, as quais implicam uma demarcação territorial e regulamentos jurídicos específicos ao seu interior, por exemplo. Portanto, o conceito foi adaptado para mencionar a necessidade de reservas extrativistas nas quais as comunidades de extrativistas (especialmente seringueiros e quebradeiras de coco babaçu), pescadores, ribeirinhos, quilombolas e camponeses pudessem continuar praticando as atividades que realizaram por muitas décadas.

Em 1985, no I Encontro Nacional dos Seringueiros, que reuniu também ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, pescadores e outras categorias de povos e comunidades tradicionais, surgiu a proposta de criação de reservas extrativistas como instrumento de reconhecimento e formalização de direitos territoriais. Essa demanda levou à criação, pelo Governo Federal, das primeiras Reservas Extrativistas em 1990 e, posteriormente, sua incorporação na legislação ambiental brasileira, através da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Sant’Ana Júnior, 2016; Sant’Anna, 2003).

No contexto específico do Movimento em Defesa da Ilha e do conflito socioambiental que serve como exemplo para refletir sobre a noção do desenvolvimento com base nos relatos dos moradores de Cajueiro e das comunidades vizinhas que se opõem a instalação de um porto privado nessa comunidade, assim como nas falas de ativistas, acadêmicos e apoiadores do movimento; bem como da importância da articulação local-internacional para entender estes fenômenos, deve-se notar que, como já foi afirmado anteriormente nesta tese, o Maranhão é o estado do Brasil que mais solicitou a criação de unidades de conservação sob o modelo de reservas extrativistas. Por exemplo, “Até 2011, existiam dezenove pedidos de criação de Reservas Extrativistas no Maranhão” (Sant’Ana Júnior, 2016, p. 289).

Depois de várias assembleias realizadas nas comunidades, para discussões sobre a instalação da unidade de conservação e apresentação dos estudos que estavam sendo realizados pelo Ibama, no ano de 2006 houve a deliberação sobre a necessidade de incluir os seis povoados que compõem a Ilha de Tauá-Mirim (Portinho, Jacamim, Embaubau, Amapá, Ilha Pequena e Tauá-Mirim) no perímetro da Resex⁵⁵. Em 2007, os estudos do Ibama foram concluídos, as comunidades consultadas e o processo enviado para Ministério do Meio Ambiente. Assim:

No ano de 2008, o Ministério solicitou que houvesse alteração do nome da Reserva, pois já existe uma Estação Ecológica no Rio Grande do Sul com esse nome. Após serem ouvidas as comunidades, decidiu-se por trocar o nome para Reserva Extrativista Tauá-Mirim (Sant'Ana Júnior, 2016, p. 290).

Como já foi comentado, desde que a solicitação de criação da Resex Tauá-Mirim foi feita, diferentes governantes do Maranhão e autoridades locais, bem como empresas com instalações em suas proximidades, como a Vale e a Alumar, e órgãos de representação empresarial, como a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), têm colocado muitos obstáculos à sua criação.

Nas palavras de Mendonça (2019, p. 47), se pensamos a associação entre as ideias comuns e hegemônicas de modernidade e desenvolvimento, podemos entender que:

A modernidade, conceitual e operacional, tem sido largamente utilizada das mais diversas formas e com os mais diversos objetivos, por incontáveis grupos como modo de autotransformação e de transformação do outro; que somente foi possível sua generalização por ter sido diretamente vinculada às ideias de desenvolvimento e progresso, da passagem de um estágio superior e que teria um modelo ideal/real de homem e de sociedade a ser alcançado, desejado por todos os homens e por todas as sociedades.

Desta forma, é preciso destacar que, na concepção de alguns atores políticos e empresários podemos encontrar a ideia da industrialização como o único caminho para o desenvolvimento das comunidades, expressando assim uma postura linear e única; eurocêntrica no que se refere às noções do desenvolvimento, da história mesmo e do rumo que devem seguir as sociedades. Citando Bauman, o professor e pesquisador Elio Alves

⁵⁵ De acordo com o Relatório Socioantropológico (2014) realizado pelo GEDMMA, “Na área, encontram-se as comunidades de Rio dos Cachorros, Limoeiro, Taim, Porto Grande, Vila Cajueiro, Portinho, Ilha Pequena, Embaubal, Jacamim, Amapá e Tauá-Mirim. Além dessas, integram também o território e são abrangidas pelas pesquisas do GEDMMA as comunidades de Estiva, Pedrinhas, Murtura, Vila Collier, Vila Maranhão, Sítio São Benedito, Mãe Chica, Vila Conceição, Camboa dos Frades” (GEDMMA, 2014, p. 2).

(2022) afirma que o papel do “Estado jardineiro” é expurgar o desconhecido ou o inclassificável, classificar, separar e segregar esses grupos socioculturais que “perturbam a lógica” da modernidade, grupos que podem ser considerados “ervas daninhas” se pensarmos que:

os agentes do desenvolvimento percebem e perseguem o destino e o lugar das comunidades, concebidas assim como “estruturas obsoletas”, logo, inimigas do progresso, que devem ser arrancadas do “jardim” [...] Nessa perspectiva, os territórios comunitários são necessariamente espaços vazios histórico e socioculturalmente que no ritual de sacrifício passam a ser nomeados, classificados e, por fim, dotados de novas “vocações”: industriais, portuárias, logísticas etc. (Alves, 2022, p. 38-39).

Como é expresso pelas/os moradoras/es das comunidades em questão, existem diversas formas de entender o desenvolvimento e de ser/viver na modernidade, tendo assim lógicas, práticas, racionalidades, relações dos distintos agentes (locais e externos) distintas e em confronto entre elas, em relação com a natureza.



Imagem 36. Fotografia pessoal. Comunidade de Cajueiro. 24 julho 2022.

Para encerrar este item, é preciso dizer que apesar das expectativas criadas em torno duma mudança na consolidação da Resex, com a chegada ao governo do Maranhão de Flavio Dino [PCdoB], em 2014, pois enquanto candidato apresentava-se como favorável a lutas territoriais de comunidades tradicionais, também não houve mudanças significativas a favor de tal objetivo. A pressão dos grupos empresariais dos diversos âmbitos (locais, nacionais, e inclusive, internacionais) tem colocado empecilhos aos

moradores, acadêmicos e ativistas integrantes do movimento, não conseguindo ver materializada ainda, a vontade de serem os próprios moradores aqueles que decidam sobre o futuro das suas comunidades, assim como as atividades propícias para serem praticadas nelas (pescaria, lavoura, extrativismo, entre outras).

Porém, derivado de um processo de muitas reflexões, trabalhos, discussões, debates e problematizações das condições propícias para fazê-lo (que serão apresentados adiante); em 2015, como afirmamos anteriormente, tomou-se a decisão de criar o Conselho Gestor da Resex, cuja missão é realizar uma constante mobilização com o objetivo de consolidar sua criação, bem como pensar em um plano de gestão para sua operação.

5.2 O processo de des-envolvimento na zona rural de São Luís. Continuidade do processo colonizador na modernidade

São Luís, capital do estado do Maranhão, apresenta particularidades cuja importância é fundamental para entender a situação de conflitos socioambientais que ocorrem atualmente naquele território:

Duas características importantes da baía de São Marcos, em cujas margens está localizado o município de São Luís, são acionadas discursivamente por diferentes agentes sociais, quando envolvidos em debates sobre as formas mais adequadas de sua ocupação e do uso territorial. De um lado, recorre-se ao argumento de que essa é uma baía de águas muito profundas, o que, desde o período colonial, tornou-a desejável para instalação de grandes portos, pois permite a atracação de navios de grande calado, oferecendo condições para o transporte internacional de alta escala. De outro lado, devido ao fato de ser estuário de grandes rios – como o Mearim, o Grajaú, o Pindaré – e devido à presença significativa de manguezais (ecossistema privilegiado para a reprodução de peixes e mariscos), a baía de São Marcos, para o caso aqui estudado, especialmente na porção sudoeste da ilha do Maranhão, foi historicamente percebida como bastante piscosa, propiciando a fixação de comunidades de pescadores em suas margens (Sant’Ana Júnior, 2016, p. 282).



Imagem 37. Fotografia pessoal. Comunidade de Cajueiro, “se agora dá bom, imagina como dava camarão antes deles [Alcoa, os portos de Itaqui e Madeira] virem aqui”, expressou o senhor Manoel quando pedi permissão para realizar a fotografia. 24 julho 2022.

Nessa linha de pensamento, entendemos que:

São Luís, por ser a capital do Estado do Maranhão e por ter se constituído como centro comercial associado à navegação, era o alvo principal da comercialização da parte da produção pesqueira, extrativista ou agrícola não consumida ou trocada entre as comunidades localizadas no sudoeste da ilha. Assim, até o início da década de 1980, o fato de ser uma cidade portuária, permitindo a existência de um mercado consumidor para produtos das comunidades, era também um motivo de atração para pescadores de outras regiões do estado e para a constituição e afirmação do modo de vida (Sant’Ana Júnior, 2016, p. 282).

Do outro lado da moeda, temos que lembrar que a presença de grandes portos voltados para o comércio internacional nessa região:

data do início do século XVII, com os primeiros passos da colonização europeia no litoral norte do Brasil. Contudo, a partir dos anos 1970, com os projetos de integração da Amazônia brasileira às dinâmicas econômicas da expansão capitalista no Brasil, implementada a partir de macroplanejamentos realizados pelo Governo Federal, novos e grandes portos são construídos ou planejados na região sudoeste da ilha. A construção desses portos, da infraestrutura a eles associada (ferrovias e terminais ferroviários, rodovias, terminais de tancagem, armazéns, pátios de descarga de minérios etc.) e de várias plantas industriais implicou a desapropriação de grande número de comunidade rurais e de pescadores e no consequente deslocamento compulsório de seus moradores (Sant’Ana Júnior, 2016, p. 282).

Outro fator sumamente importante para entender a configuração do cenário no qual acontece esta resistência socioambiental é o Programa Grande Carajás. No começo

da década de 1960 foi divulgada a notícia de grandes jazidas de minério de ferro no vizinho estado de Pará. Foi criado o Projeto Ferro Carajás, impulsionado pela então Companhia Vale do Rio Doce que se baseou num sistema mina-ferrovia-porto para garantir a exploração e exportação desse minério. Pensando na lógica do comércio internacional, na possibilidade de exportar através do Canal do Panamá e daí mandar o minério através dos oceanos Atlântico e Pacífico, São Luís se deparou com “argumentos para sua escolha como espaço de instalação privilegiada de portos exportadores” (Sant’Ana Júnior, 2016, p. 284).

A análise de Mendonça (2019: 62) nos ajuda a compreender a estreita relação entre o processo da modernidade, o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, os processos de colonialidade instalados no centro dos grandes empreendimentos capitalistas “para desenvolver” as comunidades, que continuam sendo tratadas como colônias:

Em uma perspectiva geopolítica globalizada contemporânea, com o permanente avanço do capitalismo global, e aceitando a hipótese de que colonialidade/modernidade/capitalismo constituem uma totalidade de organização social, econômica, política, cultural, podemos inferir que, pelo processo de colonização, a colônia é anexada à metrópole e passa a ser uma extensão, contígua ou não, como o servo pertence à terra do senhor feudal, a colônia pertence ao território da metrópole, evidenciando uma relação de exclusividade.

Outro autor que aborda as questões da complexidade das relações políticas, culturais, econômicas e sociais na modernidade, é Immanuel Wallerstein (2006, p. 285), que afirma que:

O “sistema mundo-moderno” nasceu da consolidação de uma economia-mundo, o que lhe deu tempo para alcançar seu pleno desenvolvimento como sistema capitalista. Mediante *sua* lógica interna, essa economia-mundo capitalista expandiu-se então para abranger todo o globo, absorvendo no processo todos os mini-sistemas e impérios-mundo existentes. Desse modo, ao final do século XIX, pela primeira vez em todos os tempos, havia apenas um só sistema histórico no globo.

Outro ponto importante deste autor o encontramos na base metodológica que propõe para a elaboração de uma teoria da história econômica. A proposta é “retirar da ideia do progresso o status de uma trajetória e examiná-la como variável analítica” (Wallerstein, 2006, p. 291), o que é de grande ajuda no sentido proposto neste trabalho. Nas próprias palavras de Wallerstein (2006, p. 301), encontramos que:

O trabalho de todas as ciências sociais históricas nos últimos dois séculos tem sido avassaladoramente dominado pela cronosofia [refere-se aos “pressupostos que temos acerca da relação entre passado, presente e futuro”] linear encarnada na teoria do progresso. [essa] cronosofia é de uma curva ascendente. Na versão

forte, e essa versão é a mais disseminada, o avanço ascendente da humanidade tem sido inevitável e irreversível.

Lembrando que o “sistema histórico tem de representar uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais cuja soma mantém íntegro o sistema” (Wallerstein, 2006, p. 266), que constrói narrativa de forma prática, e articula ambas com diversos processos e tipos de violência, é fundamental entender que esses:

São pactos que vêm impondo, ao longo da história, uma colonialidade do poder que não apenas nega, pela violência, todos aqueles que são vistos como ameaça à ordem estabelecida como os povos e as comunidades do campo, mas, especialmente, os horizontes alternativos que eles representam (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 78).

Como afirma Rodrigo Dos Santos (2009), é importante lembrar que a “ideologia nacional-desenvolvimentista” do Brasil tem sido orientada por alguns “mitos”, práticas e lógicas baseadas principalmente na construção de um discurso que enxerga à Amazônia como um “vazio demográfico”, de um “mito político sobre a natureza” que afirmava a necessidade de “integração da região” mediante os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Assim, encontramos que:

Em 1970, fora lançado o Plano de Integração Nacional (PIN), articulando um sentimento marcadamente nacionalista à ideia do vazio demográfico [...] produção de ‘vazio’ [que] se ligava à necessidade de promover um “escape espacial para conflitos não solucionados” (Kohlhepp, 2002, p. 37) Esse processo de incorporação, inicialmente discursivo, estabeleceu as bases simbólicas que justificavam a intervenção estatal, ou seja, a concepção da fronteira como vazio demográfico e de estoque de recursos naturais, e que, por tanto, se destinava naturalmente à expansão do povoamento e da riquezas naturais. Dessa forma, as representações sobre a Amazônia brasileira vêm sendo baseadas, desde sempre (Oliveira, 2004, p. 138-140) em ‘mitos’ políticos sobre a natureza de seu potencial econômico e suas populações [de forma que] os fundamentos sociais, econômicos e ecológicos dessas estruturas dissipativas [caboclas, camponesas, extrativistas, etc.] seriam irrelevantes para a elaboração das políticas de desenvolvimento, uma vez que para tal abordagem, além delas não reconhecer potências capazes de resolver os problemas regionais, vislumbrava que, com a edificação de estruturas modernas, elas seriam, de uma ou de outra forma, erradicadas como, inclusive, condição necessária à modernização da região (Monteiro, 1998, p. 56-57) Desse modo, a necessidade de integração amazônica expressava, então, algumas características de funcionalidade e reforço das estratégias centrais de internacionalização, formuladas e direcionadas a partir da megacefalia econômica do Sudeste (Dos Santos, 2009, p. 76-81).

Cajueiro está situado no centro de planos geoestratégicos de grande escala e de longa data; com fortes investimentos de empresários e políticos na área para extrair a maior quantidade de lucros dessa zona. Como foi analisado ao longo desse capítulo, e da tese em geral, compreendendo as práticas, discursos de valoração, éticas ambientais, e o desenvolvimento como eixo norteador das ações e políticas públicas nas comunidades

camponesas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, seringueiras, de quebradoras de coco babaçu, entre inúmeras outras, enxergamos como foi perfilado um cenário no qual:

Logrou-se estabelecer a principal atividade econômica que modela o território oriental amazônico, a mineração de ferro, bem como um conjunto das infra-estruturas necessárias para a sua extração, estocagem, beneficiamento primário (a Vale possui uma planta industrial de tratamento de minério de ferro, que produz *pellet-feed*, *sínter-feed* e granulado de minério de ferro em Carajás) e transporte ferroviário (892,5 km da EFC⁵⁶) e marítimo (Terminal Marítimo de Ponta da Madeira – TPM, localizado no Porto de Itaqui, São Luís) (Dos Santos, 2009, p. 82).

Assim, é necessário mencionar que o Cajueiro é uma comunidade tradicional de pescadores e camponeses que moram na área há décadas, propriedade coletiva do território que foi concedida a 103 famílias pelo governo do Maranhão em 1998. Mesmo assim, a partir do primeiro semestre de 2014, moradores da comunidade foram confrontados por uma empresa criada pelo grupo paulista W-Torre com o objetivo de construir um porto privado em São Luís Maranhão, especificamente nessa comunidade.

A participação das forças policiais nas comunidades envolvidas atingiu tal grau que, diante da situação vivenciada, decidiu-se abrir caminho para uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, uma vez que:

Entre as práticas abusivas, destaca-se o uso de vigilância clandestina e ostensiva, a realização de demolições arbitrárias de construções sem ordem judicial, a promoção de uma audiência pública no Comando da Polícia Militar do estado, além do início da instalação do projeto com a presença de dezenas de famílias que ainda residem na área, gerando uma cultura de terror, com insegurança e violência psicológica e simbólica contra aqueles que legitimamente resistem a sair do lugar (Defensoria Pública do Estado do Maranhão, 2018).

É claro que a intenção da construção de outro porto em São Luís responde às lógicas do mercado internacional, interesses geoestratégicos e projetos políticos lançados há muitas décadas. Neste sentido, é possível afirmar que:

A presença de grandes empreendimentos na Amazônia Legal, expressa a ideia hegemônica de desenvolvimento via uma economia ‘forte’, voltada para o mercado internacional. Nesse contexto, as empresas aparecem como destaque no debate sobre desenvolvimento regional, que se utiliza de diferentes práticas para monopolizar o território, contado com o subsídio estatal através de políticas e dispositivos legais que facilitam sua ação. Esse processo inicia-se no final do século XX e perdura até os dias atuais (Caderno Nova Cartografia, 2014, p. 08).

⁵⁶ Estrada de Ferro Carajás

Nesse contexto, a ideia de desenvolvimento aplica-se em conformidade com a ideia de anulação dos grupos sociais que habitam na área há muitas décadas, praticando atividades tradicionais. Chama-se a atenção para as formas como estes grupos sociais constituem-se contrariando uma postura economicista, unilateral e universalizante de desenvolvimento. O avanço do empreendimento é evidente e, por momentos, parece não ter contrapeso. Apesar disso, Cajueiro e diversas comunidades realizam até hoje a defesa do território fazendo uso de argumentos ambientais, arqueológicos, legais, identitários e religiosos (entre outros), o que lhes permitiu dizer, orgulhosamente, que a empresa ainda não começou a construção do porto, embora os planos para iniciar os trabalhos fossem no início de 2015.

O trabalho de campo e acompanhamento realizados na comunidade, nas reuniões do Movimento em Defesa da Ilha, Audiências Públicas, entre outras atividades, nos permitiu identificar toda uma série de diferenças na aplicação da justiça, a violação dos direitos humanos e ambientais devido aos modos de vida dos moradores de Cajueiro. Ao longo do período em que escrevemos a tese, encontramos exemplos concretos, nas políticas públicas, nas desigualdades entre os setores/classes da população, do racismo ambiental e da necropolítica.

5.3 Resex Tauá-Mirim e o Movimento em Defesa da Ilha: espaços de desconstrução e crítica do discurso desenvolvimentista

Na primeira seção do capítulo dois foram comentados alguns dos principais antecedentes em relação às lutas socioambientais realizadas em São Luís nas últimas décadas. Assim, é momento de falar sobre o Movimento em Defesa da Ilha e o contexto que lhe deu origem:

Para fazer alterações na demarcação das áreas rurais e industriais da região da cidade é necessário fazer alterações na "Lei de Zoneamento". Aproveitando a situação política de 2014 e a situação de Cajueiro, as comunidades articuladas com os movimentos reativam um processo de mobilização que resulta no "Movimento em Defesa da Ilha", colocando as comunidades rurais que fazem parte do município de São Luís no centro do debate, questionando o modelo urbano proposto pela cidade. As comunidades fazem uma aliança com a academia, por exemplo, com o Gedmma e o movimento é criado, o que mostra que não somos apenas pesquisadores, mas também agentes políticos que ajudamos a formular e tornar visíveis os problemas para dar uma luta política. Eu acho que o papel do Gedmma tem sido justamente dar visibilidade à história social e ao universo produtivo dessas comunidades (Entrevista realizada com Bartolomeu Mendonça, em 11 julho 2018).

Outro ativista do movimento comenta em relação ao Movimento em Defesa da Ilha:

O município pretende mudar o Plano Diretor da Cidade e o Mapa de Zoneamento, então o "Movimento em Defesa da Ilha" reflete e articula experiências de movimentos passados contra a Alcoa e aprendizados do "Movimento Reage São Luís". Com a luta que está ocorrendo, colocamos uma "rolha" às intenções do empreendedorismo em conjunto com a prefeitura municipal de cada vez mais transformar essa área rural em industrial (Entrevista realizada com Saulo Arcangeli, em 1º agosto 2018).

Desde então, o Movimento em Defesa da Ilha acompanha de perto as mobilizações, ações e decisões das comunidades. Assim, seus integrantes foram testemunhas de inúmeros abusos por parte de diversas Secretarias, empresários e figuras públicas:

Em 2014, uma pessoa da Resex Tauá-Mirim tinha uma filha que trabalhava em uma escola em Vila Maranhão e essa mulher disse “haverá uma audiência sobre o porto que eles querem construir em Cajueiro aqui na escola”. Por esse boato, muitas pessoas sabem e foram lá. Nesse ato, pessoas de Cajueiro e outras comunidades da Resex se acorrentaram na entrada da escola para impedir que a escola fosse aberta para realizar a audiência porque disseram: “se as pessoas não foram convocadas e não receberam os estudos, essa audiência não vai acontecer” (...) A segunda audiência também foi brutal, foi outro aprendizado. A Secretaria de Meio Ambiente chamou e convocou com urgência ao Comando da Polícia Militar para proteger a realização de uma segunda audiência e a fez. Todas as audiências têm que ocorrer nas comunidades envolvidas, mas nessa ocasião foi ordenado que fosse no Comando da Polícia Militar (...) Todos os dias havia uma situação de emergência em Cajueiro. Um dia eles enviavam pistoleiros para a comunidade, as pessoas denunciavam e os pistoleiros eram presos, mas não houve uma queixa contra o proprietário da empresa que foi quem os enviou (Entrevista realizada com Viviane Vazzi Pedro, em 16 julho 2018).

Como será apresentado abaixo, os exemplos de abusos contra os moradores são variados e recorrentes desde muitos anos atrás, porém, como os moradores afirmam “Virá um novo dia, um novo sol, uma nova terra, um novo mar, e naquele dia os oprimidos, em uma voz a liberdade proclamarão” (Registro de fala de Maria Máxima Pires⁵⁷, no Seminário da Resex Tauá-Mirim, em 21/07/2018). Essa frase foi expressa por uma moradora da zona rural de São Luís quando deu as boas-vindas a um Seminário do Conselho Gestor da Resex, acrescentando:

E assim faremos diante de tantos desafios que nos são apresentados, mas somos muito resistentes, porque amamos e respeitamos nossas tradições, nosso povo, irmãos, nossa vida, é por isso que estamos aqui, porque temos as mesmas ideias em defesa do nosso território. E viva a Resex Tauá-Mirim! (Registro de fala

⁵⁷ Registro de fala de Maria Máxima Pires no Seminário da Resex Tauá-Mirim, em 21 julho 2018.

de Maria Máxima Pires, no Seminário da Resex Tauá-Mirim, em 21 julho 2018).

Para entender a história das comunidades, não há melhor que os próprios moradores para explicar-nos:

A história das comunidades tem muito a ver com a migração. Quando fizemos um processo de treinamento em educação ambiental em 2011-2012, percebemos que atualmente, as pessoas têm um histórico de 150 anos de permanência nessa região. Aqui o processo foi de pescadores que desceram das nascentes dos rios e se estabeleceram nesta área (...) Dentro dessa história, encontramos maneiras de organização de comunidades claramente diferenciadas, pessoas que cuidam mais do seu território e pessoas que se importam menos (...). Vemos que a ilha de São Luís acabou dominada por uma ideologia europeia, embora o número de pessoas que chegaram da Europa foi mínimo. No entanto, toda vez que o Estado dizia que iria desenvolver, abatia uma geração de pessoas dessas comunidades. No século passado, essas comunidades moravam aqui harmoniosamente da caça, pesca e coleta de frutas que nem precisavam ser plantadas porque bastava coletá-las. Isso misturava-se com outra economia paralela que diziam que era desenvolvimento, que correspondia à implantação de algumas fábricas em São Luís (Fala de Alberto Cantanhede, no Seminário da Resex Tauá-Mirim, em 21 julho 2018).

Na leitura realizada pelos habitantes, entendendo a íntima relação entre economia e política e como isso reflete nos processos de diferenciação e dominação social que permitem falar de um “continuum colonial”; os planos geoestratégicos ao nível internacional; a articulação entre empresários e políticos para garantir os maiores lucros; entre outros processos; não resulta complicado entender as políticas públicas (se não a falta de) que são implementadas na região:

São Luís entra nas rotas internacionais e nós, que vivemos aqui, nos tornamos objeto de desapropriação. Alguém pode pensar que o governo não se importa conosco, porque eles não fazem escolas, estradas, energia elétrica ou outras coisas, pelo contrário, acho que ele se importa muito conosco porque existe todo um planejamento para que assim seja e continuemos assim, para que nós queiramos sair daqui. O sistema educacional, de saúde, qualquer política pública que pensemos, não é para garantir as condições de sobrevivência da população aqui. Se a gente sair daqui esse espaço não vai ficar vazio, mas será ocupado, e muito bem ocupado (Fala de Alberto Cantanhede Lopes, no Seminário da Resex Tauá-Mirim, em 21 julho 2018).

A leitura de diversos integrantes do Movimento em Defesa da Ilha é fundamental para entender e articular, em breves palavras, o marco teórico apresentado e as reflexões colocadas em outros capítulos do presente trabalho. Como exemplo, interessa destacar a seguinte fala:

O que eles chamam de declínio econômico, para as comunidades era abundância e não decadência porque éramos mais livres e menos pressionados. Desde a construção do Porto de Itaqui, São Luís passou a fazer parte do grande mercado internacional. Então os depósitos de ferro no Pará foram descobertos,

o grande projeto mina-ferrovia-porto [Programa Grande Carajás] foi construído e a atenção do capital internacional cresceu. É por isso que quando estávamos em uma reunião com Chico Gonçalves, Secretário de Direitos Humanos da administração atual⁵⁸, pressionando pela formalização da Resex, ele disse “a Resex já é mais difícil porque existe numa área de interesse do grande comércio internacional”. Que significa isso? Que aqui passa muita riqueza. É por isso que eles [empresários e governos] procuram por essa terra de Tauá-Mirim que parece isolada, são necessários 40 minutos para chegar, mas tem gente olhando aqui, olhando e com atenção para Jacamim, eles já chegaram em Cajueiro e estão em cima de Taim e Rio dos Cachorros (Fala de Alberto Cantanhede Lopes, no Seminário da Resex Tauá-Mirim, em 21 julho 2018. Os sublinhados são meus).

Nesse sentido, é importante mencionar aqui a proposta de Juan Manuel Sandoval Palacios (2019, p. 28) quando fala de “Zonas Específicas de Intensa Acumulación” (“Zonas Específicas de Intensa Acumulação”) do capital, entendendo-as como:

un complejo entramado de infraestructuras establecidas para la expansión del capital transnacional y para su intensa acumulación. Comprenden diversos territorios, microrregiones, localidades y zonas urbanas articuladas por medio de infraestructura de transporte y energética, donde se ha creado y desarrollado la infraestructura industrial para grandes proyectos productivos y/o extractivos e intensivos, de corporaciones transnacionales, mismas que son apoyadas financieramente por la banca nacional e internacional y por políticas públicas de todos los niveles de gobierno, así como por acuerdos y tratados internacionales; y sus productos se valorizan en las Bolsas de Valores globales⁵⁹.

Com esse conceito teórico/analítico, podemos entender a importância da região da Resex Tauá-Mirim e sua localização geoestratégica para o mercado internacional, isso se analisamos e compreendemos o processo que vem acontecendo em São Luís e a zona rural cumpre com muitas das características apresentadas acima. As reflexões de diversos integrantes do Movimento em Defesa da Ilha, acadêmicos e moradores da área da Resex em relação ao atuar das distintas instâncias do governo e dos empresários, assim como do poder judicial; permite entender que os aspetos econômicos estão fortemente ligados com

⁵⁸ Refere-se a Francisco Gonçalves, secretário da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão, durante os governos de Flávio Dino.

⁵⁹ “Uma complexa rede de infraestruturas estabelecida para a expansão do capital transnacional e a sua intensa acumulação. Incluem diversos territórios, microrregiões, localidades e áreas urbanas articuladas por meio de infraestrutura de transporte e energia, onde foram criadas e desenvolvidas infraestruturas industriais para grandes projetos produtivos e/ou extrativistas e intensivos de corporações transnacionais, que são apoiadas financeiramente por fundos bancários nacionais e internacionais, bem como por políticas públicas de todos os níveis de governo, bem como por acordos e tratados internacionais; e seus produtos são avaliados nas bolsas de valores globais”. Tradução livre feita pelo autor.

as decisões tomadas no âmbito das políticas públicas direcionadas para as questões ambientais, prevalecendo muitas vezes os interesses geopolíticos internacionais e não o bem estar das pessoas que moram nas comunidades onde os empreendimentos pretendem ser instalados. Assim, Saulo Arcangeli expressa:

Nessa organização da vida, com o dinheiro e o comércio mais importantes e as grandes corporações cada vez mais fortes, os governos perderam força. Hoje os governos estão cada vez mais sujeitos aos desejos das grandes empresas. Então, elas se impõem aos desejos dos governantes. Primeiro elas financiam as campanhas e deixam os governantes de mãos atadas, chantageá-los dizendo que, se não fizerem o que lhes disseram, investirão em outro estado. Assim, os governos deixaram de ser o lugar onde as decisões de maior importância são tomadas. O governo decide apenas o que é secundário. O que é fundamental, onde os grandes investimentos serão feitos e como a economia vai funcionar, é decidido por grandes empresas e não pelos governos (entrevista realizada com Saulo Arcangeli, em 1º de agosto de 2018).

Frente a esse panorama, as lideranças das comunidades que integram a Resex Tauá-Mirim, reagiram:

Criamos o Conselho Gestor da Resex um 17 de maio de 2015. De 2015 até aqui, quando politicamente foi combinada a criação autônoma da Resex, realizamos as reuniões do Conselho. Era necessário ter um relacionamento mais oficial ou de captação de recursos, assim como pensar em outras estratégias. Nossa tarefa agora é propor ações para buscar autonomia econômica (Fala de Máxima Pires, no Seminário da Resex Tauá-Mirim, em 21 julho 2018).

Nesse cenário de confronto, luta e disputa de lógicas, discursos, práticas, narrativas sobre a relação com a natureza, algumas/alguns agentes locais, que habitam na área da Resex, têm muito claro o seguinte:

Tem uma convergência de conspirações, de poder institucional contra a criação da Reserva, e no nosso histórico, tendo a gente, é só ver a documentação, que a Alcoa recebeu quase 10.000 hectares de terra e ainda ostenta hoje um parque ambiental, que curiosamente é aqui do outro lado do rio, é o mesmo Estado que nega 4.000 hectares para doze comunidades, que é a área que estamos solicitando para a criação da Reserva Extrativista [Tauá-Mirim]. Ela vai dar em torno de 17.000 hectares, mas contando com espelho de água e mangue, terra firme são 4.000 hectares. Então, o mesmo Estado que deu 10.000 hectares para uma multinacional, deu mais 8.000 para outra, que é a Vale (na época se justificou porque era uma empresa pública, mas depois foi privatizada e levou tudo, o território também), é o Estado que nega 4.000 hectares para doze comunidades, cerca de 2.000 pessoas que vivemos nesse território. Nós continuamos a luta, mantemos nossos laços pela pescaria, pela agricultura, pelas festas, pela cultura, e estamos sempre nivelando informações para que não ninguém fique para trás e a gente consiga superar essas demandas que vêm contra a gente, do Estado, principalmente do Estado (entrevista de Alberto Cantanhede Lopes, em 31 maio 2023).

O ano de 2019 foi de intensa mobilização. Empresários e investidores, diversos políticos, assim como os diversos poderes (legislativo, judicial e executivo) mostraram suas cartas.

A ação de reintegração de posse começou por volta das 7h da manhã e previa a derrubada de 23 casas. Até o início da tarde, 20 já tinham ido ao chão. Comboios da polícia, caminhões de mudança e até ambulância, entraram no povoado, e a toda hora, chegava mais reforço policial. O clima era de tensão (JMTV, 2019).



Imagem 38. Fotografia pessoal realizada na comunidade de Cajueiro minutos após realizada a derrubada ilegal de casas na comunidade. 12 agosto 2019.

“Operação policial de reintegração de posse não pode ser surpresa, operação policial surpresa é contra criminosos”, argumentou na época Rafael Silva⁶⁰, advogado ligado ao Movimento em Defesa da Ilha e próximo às comunidades da Resex Tauá-Mirim. Por outro lado, a lógica hegemônica, industrial, da modernidade, o discurso desenvolvimentista, o “continuum colonial”, expressava:

Estamos oferecendo um acordo bastante vantajoso para elas [as pessoas], que inclui a garantia de uma vaga de emprego, a indicação de mais uma vaga, o

⁶⁰ Transcrição da fala de Rafael Silva na matéria “21 casas são derrubadas no Povoado Cajueiro em São Luís”, do JMTV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7837748/> Acesso 4 outubro 2023.

reassentamento, ou seja, eles vão sair hoje de um imóvel que não é deles legalmente, e vão receber um imóvel com matrícula, uma propriedade regular (Ulisses Penachio⁶¹, advogado. JMTV, 2019. O sublinhado é meu).

A disputa, é claro, também acontece nas narrativas, do que é vantajoso para as populações que, na lógica hegemônica, não sabem o que é vantajoso para elas mesmas e, por isso, têm que ser “iluminadas” por agentes externos para indicar o caminho a ser seguido. De acordo com uma lógica moderna e colonial, com uma linguagem de valoração específica e que simplesmente nega outras formas de ser/habitar/se reconhecer nos territórios.

É importante mencionar que essa demolição de casas, aconteceu uma segunda feira. No domingo, no dia prévio. Moradores do Cajueiro, amigos e vizinhos/vizinhas da zona rural de São Luís, agentes ligados ao Movimento em Defesa da Ilha e ao Conselho Gestor, realizaram um protesto na frente do Palácio dos Leões (sede do Governo estadual). A resposta, também foi muito representativa:

Tendo em vista que, o horário já está passando desse horário que eu falei, que é 22h. Então, para o bem de todos, todos nós somos cidadãos de bem, então, quero a compreensão dos senhores, e das senhoras [...] O local que nós destinamos para os senhores e para as senhoras, é aí do outro lado, lugar que tem área de segurança também (Palavras de Comandante da Polícia na área em frente ao Palácio dos Leões. 11 agosto 2019)⁶².

⁶¹ Transcrição da fala de Ulisses Penachio na matéria “21 casas são derrubadas no Povoado Cajueiro em São Luís”, do JMTV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7837748/> Acesso 4 outubro 2023.

⁶² Transcrição da fala do Comandante da Polícia na matéria “Polícia usa força excessiva para expulsar moradores do Cajueiro do Palácio dos Leões”. Disponível em: <https://maranhahoje.com/moradores-do-cajueiro-expulsos-a-ferro-e-fogo-do-palacio-do-leoes/> Acesso 4 outubro 2023.



Imagem 39. Captura de imagem de vídeo no Palácio dos Leões durante o despejo de moradores, moradores e apoiadores do MDI e o Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim durante protesto pacífico. Arquivo GEDMMA.

No dia 23 de agosto de 2019, diversos integrantes do Movimento em Defesa da Ilha junto a moradores do Cajueiro tentaram reagir a essas situações, recebendo maus tratos na própria Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular, de onde foram impedidos de sair durante um final de semana inteiro, de receber alimentos, colchões e insumos básicos para passar a noite. Ao ser questionado sobre a situação, em coletiva de imprensa que aconteceu no dia 24 de agosto, Francisco “Chico” Gonçalves [Secretário Estadual da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (na época), SEDIHPOP], afirmou “O governo do Estado teve preocupação com as famílias que estão na área, agora, não cabe ao governo responder coisas que não são da sua responsabilidade, que tem que ser tratadas no âmbito da justiça”. Do outro lado, se afirmou⁶³:

os advogados que tentaram contato foram negados, inclusive a comissão de prerrogativas da OAB, a Comissão de Direitos Humanos esteve aqui e foi impedida de acesso, ou seja, eles não estão tendo nem direitos que inclusive prisioneiros condenados tem que é de acesso a assessoria jurídica.

⁶³ Transcrição de fala de diversas pessoas na matéria “Moradores do Cajueiro ocupam sede de Secretaria de Direitos Humanos do MA”. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/08/24/moradores-do-cajueiro-ocupam-sede-de-secretaria-de-direitos-humanos-do-ma.ghtml> Acesso 4 outubro 2023.



Imagem 40. Captura de imagem de vídeo disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/08/24/moradores-do-cajueiro-ocupam-sede-de-secretaria-de-direitos-humanos-do-ma.ghtml> Acesso em 4 outubro 2023. Na imagem, uma das lideranças do Cajueiro, antes de passar mal durante a ocupação da SEDIHPOP.

Neste sentido, é interessante pensar novamente na ideia do continuum colonial, pois baseados nos estudos de Bartolomeu Mendonça (2019, p. 66-86), podemos afirmar que:

se expressa nas relações assimétricas na geopolítica interna e externa, quando envolve relações de usurpação dos territórios tradicionais ao inviabilizar a reprodução social (física e simbólica) do grupo mesmo que este permaneça em seu território; ao impor deslocamentos compulsórios mediante reassentamento, indenizações ou expropriação direta com uso de violência física ou simbólica operada por particulares, milícias ou pelo Estado ou por quaisquer dos seus entes (...) Os governos das elites locais fazem as vezes dos chefes coloniais, editam leis, normas, decretos com o propósito de receber o empreendimento “inovador” em desfavor dos grupos locais que são silenciados, despejados, postos a viver em atmosfera insalubre.

Outro ativista do Movimento em Defesa da Ilha, ressalta o papel do poder judiciário neste processo de disputa pelo território:

O judiciário também tem um lado, historicamente sempre esteve em serviço do grande capital mesmo em áreas urbanas e rurais; como nas decisões sobre Cajueiro, onde há algumas discussões nas instâncias de justiça e no primeiro momento os resultados são favoráveis, mas são alterados na segunda instância. Outro exemplo foi a suspensão do juiz que deu sentenças tecnicamente favoráveis à comunidade porque você não pode ter juízes que tomam decisões favoráveis à população e contrárias aos empreendedores; é preciso ter juízes para fazer que façam o oposto. Em resumo, sabemos que a justiça é muito seletiva e sempre está do lado do capital (Entrevista realizada com Saulo Arcangeli, em 1º agosto 2018).

Neste contexto, como avaliar os grandes empreendimentos, os processos de (in)justiça para sua aplicação nas comunidades, o papel dos poderes públicos envolvidos

no caso e o interesse das empresas e corporações? Ao se referir ao processo de criação da Resex Tauá-Mirim, Rosana Mesquita (Registro de fala no Seminário da Resex Tauá-Mirim, em 21 julho 2018) afirma:

O pedido de formalização já tem 15 anos (foi em 2003), em Brasília tem esse documento desde 2007. Várias vezes já chegou ao gabinete do presidente e, só faltando a assinatura, chegam recursos econômicos para que o documento não seja assinado. O governo do Maranhão tem agido fortemente contra a autorização da Resex. No processo, há cartas de Roseana Sarney dizendo que a reserva extrativista não deve ser criada. Alumar e Vale mostraram uma grande oposição ao projeto e se opõem, porque se uma unidade de conservação for criada do lado deles, a auditoria sobre eles irá aumentar e eles não querem ser inspecionados. Atualmente, ninguém os controla, eles fazem auto-auditoria em termos ambientais. Se a Resex for autorizada, eles estariam na zona de amortecimento da zona de conservação e seriam mais controlados pelas fiscalizações. Fiema (que é controlada pela Alumar) se manifesta contrariamente, o Sinduscon-MA [Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão] também porque desejam areia dessa área para uso na construção civil. Existem duas empresas de cimento que já operam lá (irregularmente porque o cimento é muito poluente e não deve operar, mas eles passam pela lei), então, nessa imagem geral que vemos que existem agentes econômicos muito fortes contrários à criação da Resex.

Mesmo sendo um quadro adverso, os integrantes do movimento e agentes locais das comunidades continuam firmes na luta, como costumam lembrar:

Há momentos em que o movimento é mais forte, às vezes mais fraco ou pensa-se mesmo que ele morreu, de repente as pessoas retornam. Em 2014, com a questão da construção do porto de Cajueiro houve uma recuperação do movimento porque as comunidades começaram a perceber o seguinte: se o porto for construído em Cajueiro cairemos todos os outros porque implicaria a chegada de mais empresas. Se uma comunidade cai, o restante é mais frágil (...). Foi em uma reunião que foi para outra questão em que alguém colocou a possibilidade sobre a mesa “Olha, se o governo não cria a Resex, por que as comunidades não fazem isso?” (...). A experiência indígena nos inspirou para que pensássemos em realizar a auto-demarcação. Com ela e a autoproclamação da Resex, a partir daquele momento não falamos sobre “a futura Resex”, falamos sobre a Resex e afirmamos “a Resex já existe, já foi criada e delimitada nas comunidades”. A luta pelo reconhecimento continua, mas para as comunidades já existe (...) O seguinte que devemos fazer é lançar a criação da Associação de Reserva Extrativista (Fala de Máxima Pires, no Seminário da Resex Tauá-Mirim, em 21 julho 2018).

Para concluir este capítulo, podemos afirmar que:

Eles têm medo de nós, eles se preocupam conosco. Tanto que eles gastam tempo e recursos respondendo ao que denunciemos, eles tentam nos desmoralizar, criar divisão em nossas comunidades, por que eles fazem tudo isso? Porque eles sabem que a resistência tem seus efeitos (...). Quando você olha para o tamanho do desafio, parece que nós não temos forças. Mas do nosso lado, é com a união com a qual ganhamos força, que é muito maior do que imaginamos (Fala de Alberto Cantanhede Lopes, no Seminário da Resex Tauá-Mirim, em 21 julho 2018).

Reflexões para continuar o debate

No Estado do Maranhão, conflitos de várias ordens, especialmente os chamados socioambientais, se arrastam fundamentalmente desde a década de 1980, os quais estão dentro do cenário político contemporâneo, calcado em um ideal desenvolvimentista que tem marginalizado, silenciado e invisibilizado grupos sociais por meio de processos de usurpação de seus direitos territoriais. Tais conjunturas têm ganhado ainda mais força, especialmente, através do anúncio da implantação de grandes empreendimentos desenvolvimentistas e de suas ampliações que se tornaram base para ações políticas estatais preocupadas em atender às necessidades e especificidades do mercado externo, em detrimentos daqueles agentes sociais e suas realidades localizadas e específicas que historicamente têm sido direcionadas ao esquecimento, isso porque nas sociedades ditas modernas, as lutas socioculturais têm-se consolidado nos diversos campos de disputas material e simbólica, quando, por exemplo, assume-se a inevitabilidade da chamada globalização, dos mercados mundiais e de commodities.

É pelos modos de resistência cotidiana vivenciadas por estes agentes sociais, prefiguradas tanto nas suas práticas quanto ao cuidado e defesa dos seus territórios; que se poderá desconstruir os modelos impositivos de desenvolvimento e fortalecer modos de vida dotados de um sentido próprio de ser, agir e sentir a natureza, outras noções de emprego e de objetivos na vida por exemplo (não exclusivamente o lucro e a ganância).

O desenvolvimento tornou-se um paradigma em que a industrialização é um dos eixos centrais das políticas públicas, já que um país “desenvolvido”, no discurso e fala de agentes políticos de vários matizes e de membros do empresariado, é aquele que tem indústrias, refinarias e portos por exemplo. As implicações do exposto refletem-se no ataque às comunidades tradicionais e na desapropriação dos seus recursos naturais, deslocamento e até extermínio das populações que se opõem à adoção do modo de vida industrial-moderno. Como a produtividade e os dados econômicos são um eixo central dos governos atuais, não é de surpreender que as práticas produtivas de comunidades tradicionais, como aquelas acompanhadas nesse movimento, sejam subestimadas e desqualificadas, uma vez que não entram na lógica do lucro e da geração de riqueza.

O trabalho aqui apresentado, a partir do exame da atuação pública referida à Resex Tauá-Mirim dos vários agentes sociais e governamentais envolvidos, visa verificar qual é a relação entre a expansão capitalista nessa zona de intensa acumulação de capital

e os entraves colocados à criação da Reserva, identificando, assim, os interesses do capital internacional conflitantes com a legalização da Resex. Como foi colocado, a área apresenta características de intenso fluxo de capital internacional e interesses geoestratégicos que articulam esse espaço local ao espaço global, apresentando-se assim noções diversas sobre o uso e apropriação do território pelos moradores (de conservação da natureza por exemplo) e, por outro lado, do empresariado e planejadores governamentais.

Ao ouvir atentamente as vozes dos moradores, acadêmicos e ativistas do Movimento, descobrimos que, longe de serem noções contraditórias, a modernidade e o colonialismo andam de mãos dadas. Infelizmente, neste contexto, São Luís se apresenta como um ponto onde, como em muitos outros cantos do mundo, projetos de modernização coexistem com práticas coloniais. Assim, as práticas coloniais continuam seu curso porque, como foi problematizado no trabalho, a modernidade precisa de práticas coloniais para sua manutenção (práticas como a exploração de populações marginalizadas ou racismo), práticas muito recorrentes no Maranhão de hoje.

Se bem que não seja possível esconder a divisão dentro dos próprios moradores do Cajueiro em relação à aceitação ou rejeição sobre a construção do porto na comunidade ou da zona rural, divisão que é notória e que vem sendo promovida por parte das autoridades e da empresa mediante diversas formas (intimidação, desapropriação, ameaças, deslocamento, violência policial, entre outras); é importante ressaltar que uma das grandes virtudes do Movimento em Defesa da Ilha é que, na conformação do “núcleo” do movimento, estão articulados integrantes de diversas comunidades, tais como ativistas; acadêmicos; população da cidade de São Luís; membros de vários grupos ambientais, sindicais, artísticos e de defesa dos direitos humanos; membros de grupos de igrejas e advogados; entre outros.

Assim, podemos pensar e manter a esperança, mas sobretudo a convicção, de que o movimento não vai desistir e que vai continuar nos ensinando lições, na prática, sobre como desconstruir a noção europeia-moderna de desenvolvimento, propondo formas de vida alternativas que permitam pensar na possibilidade de outros mundos possíveis, ou melhor, na necessidade cada vez mais urgente de um (vários) mundo(s) outro(s).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**, p. 30-35, maio/ago. 1996.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: **Lua Nova**, p. 49-86, n. 76, 2009.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Movimento Reage São Luís. Repertórios da Mobilização Política em São Luís MA**. São Luís: EDUFMA, 2022.

_____. **Repertórios e argumentos da mobilização política**: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís, em São Luís – MA, outubro de 2014. 190f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AMIN, Samir. **El eurocentrismo**. Crítica de una ideologia. Trad. Rosa Cusminsky de Cendrero. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1989.

ANADEP, 2018. **MA: DPE pede medidas cautelares na CIDH em favor de comunidades ameaçadas por implantação de terminal portuário**. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=36346> Acesso em 22 maio 2021.

APPADURAI, Arjun. **La modernidad desbordada**. Dimensiones culturales de la globalización. Argentina: Edições Trilce-Fondo de Cultura Económica da Argentina, 2001.

AQUINO, M.; Loureiro, Y. V. M.; Storti, M. A. A justiça e o racismo ambiental diante do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana - MG): A educação ambiental de base comunitária e os movimentos sociais diante da problemática econômica e ambiental em torno da mineração. 2017. **Anais do IX EPEA (Encontro Pesquisa em Educação Ambiental)**, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/Movimentos sociais no campo**: a trama de construção conjunta de uma política pública no Maranhão. Manaus, Edições UEA, 2013.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; Almeida, Alfredo Wagner. **Nova cartografia social dos conflitos por territórios no Brasil Central**. - 1. ed. - Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2019. Disponível em: <https://portal.uneb.br/ppgecoh/wp-content/uploads/sites/84/2020/04/LIVRO-BRASIL-CENTRAL.pdf> Acesso em 24 setembro 2023.

ARCANGELI, Saulo Costa. **Cajueiro**. A luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo: Editora Sundermann, 2020.

BARBOSA, Zulene Muniz. **O global e o regional**: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. Universidade Regional de Blumenau, Brasil, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3651/pdf_11 Acesso em 6 março 2021.

BOURDIEU, Pierre. “A representação Política. Elementos para uma teoria do campo político”. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação**: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. N.º 4 (jul. 2014). Manaus: UEA Edições, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Prologo: Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 9-22.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro. 2014.

COMITÊ EM DEFESA DA ILHA, 2018.

CRESPO, Carlos, “**Políticas públicas, gobierno local y conflictos socioambientales**”. Ponencia preparada para la Conferencia Electrónica FAO- FFTP-Comunidec: “Conflictos Socioambientales: desafíos y propuestas para la gestión en América Latina”. Quito: s/d, 1999.

CUNIN, Elisabeth. La competencia mestiza. Chicago bajo el trópico o las virtudes heurísticas del mestizaje. **Revista Colombiana de Antropología**, Volumen 38, enero-diciembre, 2002.

DAMASCENO, Elena Steinhorst. **A Resex de Tauá-Mirim e seus rizomas**: um trabalho de construção coletiva e etnografia do processo. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

DASS, Angélica. 2016. **La belleza del color de la piel humana**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3AXV6fX14oQ> Acesso 21 setembro 2023.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, 2018. Disponível em: https://defensoria.ma.def.br/dpema/index.php/SiteInstitucional/ver_noticia/5485
Acessado 14/10/2018.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. Trad. Cecília Ciscalato. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. As duas naturezas de Lévi-Strauss. **Revista Sociologia e Antropologia**, Vol. 01-02, p. 35-51, 2011.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DOS SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. “Estado nacional e desenvolvimento econômico na Amazônia oriental: modelos de ação estatal e representações da modernização induzida nos últimos 40 anos”. In: FERRETI, Sérgio Figueiredo; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Amazonia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. Luís: EDUFMA, 2009.

ELIAS, Norbert Mozart. **A Sociedade dos Indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercer Mundo**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2007.

_____. “El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar”. In: Viola Andreu (Org.) **Antropología del desarrollo**. Teorías y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona: Paidós, 2000, pp. 169-216.

_____. **El final del salvaje**. Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea. Bogotá, CEREC-ICAN, 1999.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Diccionario del desarrollo**. Una guía del conocimiento como poder. Lima: PRATEC, 1996. pp. 52-79.

FASSIN, Didier. **La fuerza del orden**. Una etnografía del accionar policial en las periferias urbanas. Argentina: Siglo XXI, 2016.

FLORIANI, Dimas. “Natureza da ética e ética da natureza: pensar, fazer, subjetivar, julgar e decidir no socioambientalismo”. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FLORIT, Luciano (Orgs.). **Ética socioambiental**. Barueri: Manole, 2019.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueria e. “Aspectos Naturais do Maranhão”. In: **Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-naturais-maranhao.htm> Acesso em 10 maio 2021.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O Taim e a criação da Reserva Extrativista**: Um estudo sobre as relações entre sociedade e ambiente. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

GEDMMA, Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente. **RELATÓRIO SOCIOANTROPOLÓGICO RESEX de Tauá-Mirim**: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA. 43p. 2014.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, Pastor. Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. **Projeto de Lei complementar Nº 246, de 2020**.

GLEDHILL, John. La ciudadanía y la geografía social de la neoliberalización profunda. **Relaciones**, Michoacán, V. 100, Outono, 2004.

GONZALEZ, Lélia. 1988. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun.

_____. 1988b. Nanny. **Humanidades**, Brasília, v. 17, ano IV, p. 23-25.

GRILL, Igor G. Comentário realizado pelo professor e registrado na livreta de notas em 19 nov. de 2019.

_____. Comentário realizado pelo professor e registrado na livreta de notas em 05 nov. de 2019.

_____. A ação coletiva dos dominantes: notas sobre uma agenda de pesquisas sobre as “organizações patronais”. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 7, n. 13, 2010.

GRONEMEYER, Marianne. Ajuda. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M. Joscelyne et al. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000. pp. 18-39.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza**. Ética biocêntrica e política ambientais. Trad. Igor Ojeda. São Paulo: Elefante, 340p. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. Trad. Ana Varela Mateos. México, Ediciones Akal. 2005.

HINDESS, Barry. La ciudadanía neoliberal. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Ciudad de México, UNAM, vol. XLV, No. 186, Setembro-Dezembro. 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBAMA. **Lauda Sócio-Econômico e Biológico para Criação da Reserva Extrativista do Taim**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA-MA, São Luís, 2007.

IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama> Acesso em 17 maio 2021.

IHGM, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/historico> Acesso em 24 abril 2021.

IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos). **Relatório Técnico de Classificação da Vegetação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão (ZEE-MA)** – Etapa Bioma Amazônico. Ariadne Enes Rocha; Paulo Henrique de Aragão Catunda; Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias (coordenadores). São Luís: IMESC, 2020. Disponível em: <http://homologacao.zee.ma.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Vegetacao.pdf> Acesso em 2 outubro 2023.

JURIS, Jeffrey S. **The Movements Against Corporate Globalization**. EUA: Duke University Press, 2008.

KLEIN, N. **La doctrina del shock**. El auge del capitalismo del desastre. Barcelona: Paidós, 2007.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

LOPES, Alberto Cantanhede; Mesquita, Glauton Max Simões; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; SILVA, Leda Maria da Silva e; BORBA, Polliana; GONÇALVES, Vinicius Melo. Ilha Upaon-Açu: usos e desusos das águas pela mineração no entorno da Reserva Extrativista Tauá-Mirim. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; RIGOTTO, Raquel Maria (Orgs.). **Ninguém bebe minério. Águas e povos versus mineração**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020.

LOPES, Tiago Camarinha. **Eurocentrism**. 2ª ed. New York: Monthly Review Press, 2009.

MC ADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. São Paulo: Lua Nova, 76, p. 11-48, 2009.

MAGALHÃES, S. Barbosa. **Lamento e Dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará.

MALHEIRO, Bruno; Porto-Gonçalves, Carlos Walter; Michelotti, Fernando. **Horizontes amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MALINOWSKI, B. **Los argonautas del Pacífico Occidental**: comercio y aventura entre los indígenas de la Nueva Guinea melanésica. Barcelona: Península, 1995.

MARANHÃO, Tatiana G. **Governança mundial e pobreza** – do consenso de Washington ao consenso de oportunidades. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARSHALL, Thomas. **Ciudadanía y clase social**. Cambridge, Reino Unido, 1949.

MATONTI, Frédérique; POPEAU, Franck. O capital militante. Tentativa de definição. **Plural**, n. 13, 2006.

MATTEI, Ugo; NADER, Laura. “A Pilhagem e o Estado de Direito”. In: MATTEI, Ugo e NADER, Laura. **Pilhagem. Quando o Estado de Direito é ilegal**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. Rio de Janeiro: M-1 Edições, 2019.

_____. “Necropolítica, una revisión crítica”. In: GREGOR, Helena Chávez Mac (Org). **Estética y violencia**: Necropolítica, militarización y vidas lloradas. México: UNAMMUAC, 2012.

_____. **Necropolítica seguido de El gobierno privado indirecto**. Trad. Elisabeth Falomir Archambault. Madrid: Melusina, 2011.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Continuum colonial**. São Luís: EDUFMA-Paco Editorial, 2019.

_____. “A natureza da conservação: RESEX, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável”. In: TEISSERENC, Maria José de Aquino; SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ESTERCI, Neide (Orgs.). **Territórios**. Mobilizações e conservação ambiental. São Luís: EDUFMA, 2016.

MOORE Jr., Barrington. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MURER, Beatriz Moraes; FUTADA, Silvia de Melo. **Painel de dados**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados#:~:text=Altera%C3%A7%C3%B5es%20na%20regula%C3%A7%C3%A3o%20clim%C3%A1tica%20clim%C3%A1ticas,est%C3%A3o%20localizadas%20na%20Amaz%C3%B4nia%20Legal>. Acesso em 3 outubro 2023.

NAIME, Roberto. “O ecologismo dos pobres segundo Alier”. **EcoDebate**. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/12/21/o-ecologismo-dos-pobres-segundo-alier-artigo-de-roberto-naime/>. Acesso em 14 fev. 2023.

OFFERLÉ, Michel. **Sociologie des groupes d'intérêt**. Paris: Montchrestein, 1998.

ONG, Aihwa. **Neoliberalism as exception**. Mutations in citizenship and sovereignty. EUA: Duke University Press, 2006.

PÁDUA, José Augusto. “Pobres e verdes”. Resenha do livro “O ecologismo dos pobres” de Joan Martínez Alier. Publicado no **Caderno MAIS** da Folha de São Paulo em 16/09/2007 com o título de “Guerra Verde”. Disponível em: [https://www.academia.edu/15923165/POBRES_E_VERDES - Resenha do livro O Ecologismo dos Pobres de Joan Martinez Alier 2007 Folha de São Paulo](https://www.academia.edu/15923165/POBRES_E_VERDES_-_Resenha_do_livro_O_Ecologismo_dos_Pobres_de_Joan_Martinez_Alier_2007_Folha_de_S%C3%A3o_Paulo) Acesso em 28 março 2023.

PALACIOS, Juan Manuel Sandoval. La “Megarregión Arizona-Sonora” como Zona Específica de Intensa Acumulación (ZEIA) en el espacio global para la expansión del capital transnacional de la frontera México-Estados Unidos. **Repocs**, São Luís, v. 16, n. 32, ago./dez. 2019.

PEDRO, Viviane Vazzi. “**QUEM NÃO PODE COM A FORMIGA NÃO ASSANHA O CAJUEIRO**”: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís – MA. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

PEREIRA, João Márcio M. Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais. **Tempo social**, São Paulo, v. 23, n. 2, 2011.

PINTO, Raquel Giffoni. **Conflitos ambientais, corporações e as políticas de risco**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

QUIJANO, Anibal. 2016. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (compilador). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2016. p. 219-264.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento; a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 25 nº 75, fevereiro de 2011. p. 149-193. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n75/09.pdf> Acesso 09 fev. 2020.

ROSADO, Rosa Maris. O ecologismo dos pobres. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, SP, V. 34, n. 1, pp. 151-157, junho, 2008.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; BRUSTOLIN, Cíndia; SANTOS, Dayanne da Silva. Nas margens da nação: ritos e violências na instalação de grandes empreendimentos no Maranhão. Shiraishi Neto et al (Orgs.). **Problema Ambiental: naturezas e sujeitos em conflitos**. São Luís: EDUFMA, 2019.

_____. Comentário realizado pelo professor e registrado na livreta de notas em 09 setembro 2019.

_____. **Complexo portuário, reserva extrativista e desenvolvimento no Maranhão**, Cadernos CRH, v. 29, n. 77, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v29n77/0103-4979-ccrh-29-77-0281.pdf> Acesso em 2 maio 2021.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes et al. (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de desenvolvimento, impactos sócio-ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. **Ciências humanas em Revista**. UFMA, v. 5, p. 29-40, 2007.

SANT'ANNA, Renata. Populações humanas em unidades de conservação. **Boletim Rede Amazônia**. Ano 2, nº 1. Rio de Janeiro, 2003. pp. 117-123.

SAWICKI, Frédéric; SIMEANT, Joana. Inventario da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, V. 13, n. 28, 2011.

SBERT, José María. Progreso. In: SACHS, Wolfgang (Ed.) **Diccionario del desarrollo**. Una guía del conocimiento como poder. Lima: PRATEC, 1996. pp. 299-318.

SCOTT, James. **Seeing like a State**. How certain schemes to improve the human condition have failed. Londres: Yale University Press, 1998.

SEGATO, Rita. Los cauces profundos de la raza latinoamericana: una relectura del mestizaje. **Crítica y emancipación. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**. Año II. Nº3. Primer semestre 2010. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20120301125018/CyE3.pdf> Acesso 21 setembro 2023.

_____. **La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SEMA, 2018. Disponível para consulta no site: <https://www.sema.ma.gov.br/unidades-de-conservacao/> Acesso em 20 de maio de 2021.

SHIRAISHI NETO, Joaquim; LIMA, Rosirene Martins; SOARES, Ana Paulina Aguiar; SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). Desafios da Discussão Ambiental em um Estado de Exceção: ataque e destruição da política ambiental. Shiraishi Neto et al (Orgs.). **Problema Ambiental**: naturezas e sujeitos em conflitos. São Luís: EDUFMA, 2019.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Transcrição de entrevista realizada por Whats App. 16 julho 2021.

_____. Globalização do Direito: novos conteúdos à natureza. **Revista Internacional de Direito Ambiental**, v. VI, n.17, p. 115-140, 2017.

SILVA, Ronald de Almeida, **Reserva extrativista RESEX Tauá-Mirim de 16.663 hectares na área retroportuária do complexo portuário da região metropolitana da grande São Luís, MA. Prós & contras**. 2016. Disponível em: <http://ronalddealmeidasilva.blogspot.com/2016/08/293-meio-ambiente-polemica-necessaria.html> Acesso 4 outubro 2023

SILVA, Sislene Costa da. **“Filhos do Taim”**: estratégias para defesa e uso de um território. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

SOLANO, Andrés, “Friction: Etnografiando lo global en las montañas de Indonesia”. **Boletín de Antropología Universidad de Antioquía**, vol. 27, núm. 44, pp. 340-344, Universidad de Antioquía, Medellín, Colombia, 2012.

SPINELLI-ARAUJO, Luciana et al. **Conservação da biodiversidade do estado do Maranhão**: cenário atual em dados geoespaciais / Luciana Spinelli-Araújo... [et al.]. Jaguaruina: Embrapa Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/159940/1/Serie-Documentos-108-Luciana.pdf> Acesso 2 outubro 2023.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Trad. Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: estudo sobre cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TSING, Anna Lowenhaupt, **Friction**. An ethnography of Global Connection, New Jersey: Princeton University Press, 2005.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: el caso del cultivo de la patata en el altiplano peruano. In VIOLA, Andreu (comp.) **Antropología del desarrollo**. Barcelona: Paidós, 2000.

VIOLA, Andreu. **Antropología del desarrollo**. Teorías y estudios etnográficos en América Latina, Barcelona: Paidós, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a Ciência Social**: os limites dos paradigmas do século XIX. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2006.

LINKS DE SITES / OUTRAS FONTES

AMAZÔNIA REAL. **Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho se declara contra a criação da RESEX Tauá-Mirim**. 2016. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/ministro-do-meio-ambiente-sarney-filho-se-declara-contr-a-criacao-da-resex-taua-mirim/> Acesso 4 outubro 2023.

JORNAL O IMPARCIAL. Porto multicargas de São Luís tem projeto em andamento. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/negocios/2018/01/porto-multicargas-de-sao-luis-tem-projeto-em-andamento/> Acesso 16 maio 2021.

JORNAL VIAS DE FATO. Desmatamento da WPR no Cajueiro continua e Governo se faz de João sem Braço. Disponível em: <http://www.viasdefato.jor.br/desmatamento-da-wpr-no-cajueiro-continua-e-governo-se-faz-de-joao-sem-braco/> Acesso 22 maio 2021.

Entrevistas realizadas/transcritas

Alberto Cantanhede. Transcrição de entrevista realizada no 31/05/2023.

_____. Transcrição de fala no Seminário da RESEX Tauá-Mirim, em 21/07/2018.

Bartolomeu Rodrigues Mendonça. Entrevista realizada no dia 11/07/2018.

Davi Sá. Entrevista realizada no dia 28/09/2021.

Elio de Jesus Pantoja Alves. Entrevista realizada no dia 16/07/2018.

João Victor Barbosa Aires. Entrevista realizada no dia 4/10/2023.

Maria Máxima Pires. Transcrição de fala no Seminário da Resex Tauá-Mirim, em 21/07/2018.

_____. Transcrição de áudio no XVII Encontro Humanístico-UFMA. 23 junho 2023.

Rosana Mesquita. Transcrição de fala gravada em visita na comunidade do Taim, em 05/06/2021).

_____. Transcrição de fala no Seminário da Resex Tauá-Mirim, em 21/07/2018.

Saulo Arcangeli. Transcrição de entrevista realizada no dia 1/08/2018.

Viviane Vazzi Pedro. Transcrição de entrevista realizada no dia 16/07/ 2018.